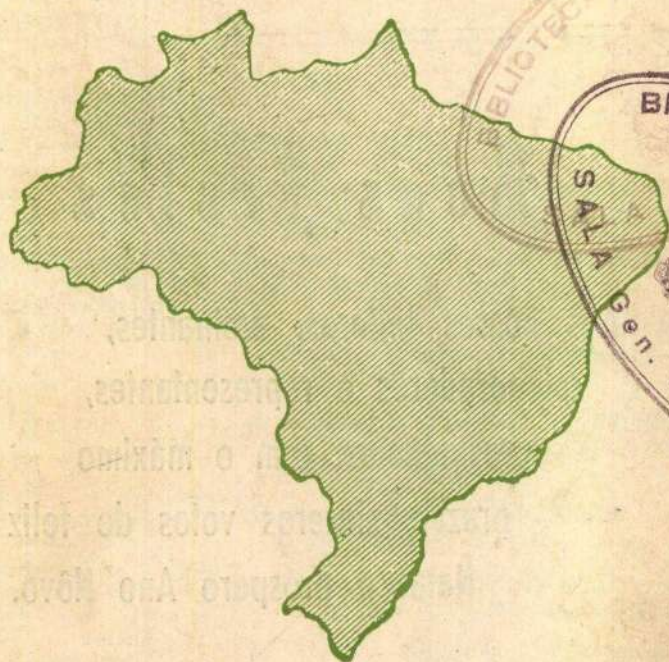


A Defesa Nacional



Neste número :

- **Mato Grosso e as Forças Armadas** — Ten-Cel Octávio Pereira da Costa
- **Rondon — o Mestre** — Gen F. Jaguaribe Gomes de Mattos
- **A guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis** — Umberto Peregrino
- **Exército de ontem x Exército de hoje** — Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho
- **A heveicultura no vale do Tapajós** — Maj Darino Castro Rabelo



Boas Festas

Aos nossos leitores, assinantes,
colaboradores e representantes,
apresentamos, com o máximo
prazer, sinceros votos de feliz
Natal e próspero Ano Nôvo.

Gen-Div **ALTAIR FRANCO FERREIRA**

Diretor-Presidente

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO LII	Rio de Janeiro, GB — Nov/Dez de 1965	Número 604
------------	--------------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 1.000,
(Desconto em fôlha autorizado, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200.

Atrasado Cr\$ 250.

ENDEREÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

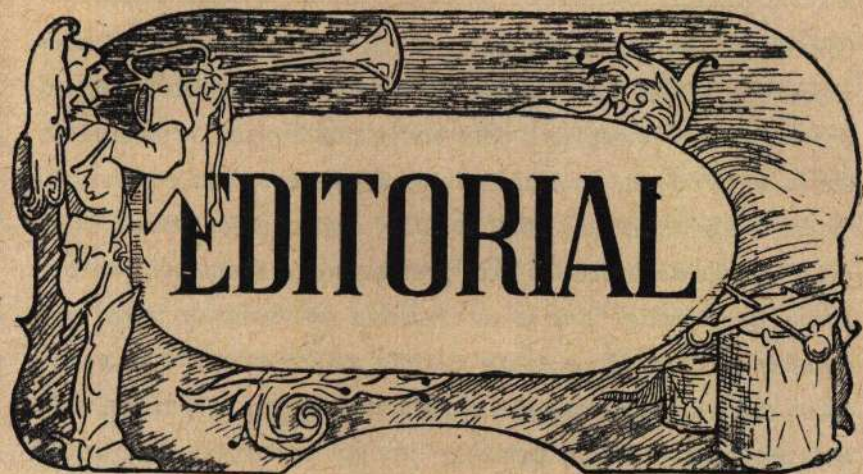
Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
<i>Editorial</i>	3
<i>Mato-Grosso e as Forças Armadas — Ten-Cel Octávio Pereira da Costa</i>	7
<i>Rondon — O mestre — Gen F. Jaguaripe Gomes de Mattos</i>	19
<i>A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis — Umberto Peregrino</i>	29
<i>A Mobilização Industrial — Mr. Michel Lambéres (Trad do Mar Armando P. Vasconcellos)</i>	45
<i>Bilac, o Patriota — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro</i>	59
<i>Exército de ontem x Exército de hoje — Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho</i>	65
<i>As Guerras, Fenômenos Psicobiológicos — Leone Bourdet (Trad do Cel Moacyr Potyguara)</i>	77
<i>Exercício de Guerra Revolucionária — Maj José Maury de Araujo Silva</i>	89
<i>General Newton Castelo Branco Tavares</i>	95
<i>A heveicultura no vale do Tapajós — Maj Darino Castro Rabelo</i>	103
<i>Modernos Carros de Combate — Trad do Cap Ney Salles</i>	113
<i>Origem dos Nomes das Capitais, Estados e Territórios Brasileiros — 2º Sgt Adolpho Avóglgio Heckt</i>	119
<i>Relatório da Diretoria Executiva da "CMEI — A Defesa Nacional" — Ano de 1964</i>	126



A cada ano que passa, RONDON, soldado e sertanista, mais se projeta na História Universal e sua pequena figura de bronze adquire as vastas proporções de um varão de Plutarco.

Feliz a Pátria que teve a ventura de ser berço de um RONDON!

De menino pobre e órfão, alçou-se às mais altas culmínias, extravasando, pelo trabalho realizado, das fronteiras da Pátria.

Este homem, rígido e implacável para consigo mesmo, que jamais transigia no cumprimento do dever, é de tal porte que as gerações futuras não se aproximarão dêle sem um misto de admiração e receio — receio de não lhe poder acompanhar os passos, pois, como disse o poeta, RONDON dá a impressão de uma figura do Evangelho.

Desde logo, pasma-se diante de sua obra de sertanista. É difícil imaginar como aquêle homem de pequena estatura puêdesse suportar sôbre os ombros tamanho pêso e realizar

com suas diminutas mãos a imensa tarefa que lhe foi confiada. RONDON não conhecia obstáculos. Quanto mais intransponíveis pareciam, com mais obstinação e pertinácia ele os enfrentava. As linhas telegráficas em cuja construção esteve empenhado de 1890 a 1915, por aquêles brasis inóspitos e não desbravados, tão precisamente traçadas que balizam as estradas que a engenharia moderna constrói por aquêles sertões, dão a exata medida de seu gênio. Com razão dizia dêle um de seus devotados auxiliares: "Tem na sola dos pés o mais longo caminho jamais percorrido. E que de realizações em cada passo dêsse infindo palmilhar!"

Como sertanista não apenas construiu linhas telegráficas. Sua obra de catequese e proteção ao índio permanecerá para as gerações futuras a indicar o caminho. O lema que lhe legou Gomes Carneiro, êle o cumpriu à risca: "Morrer se necessário fôr; matar, nunca." RONDON o confessa: "O meu incentivo era, acima de tudo, o amor infinito ao homem. Não existissem aquelas populações desprotegidas — muito pior do que isso, perseguidas, flageladas — e creio que não me teria entregue, de corpo e alma, à ingente luta para vencer o cansaço de longuíssimas viagens a pé, a cavalo, em canoa, debaixo de aguaceiros diluvianos, causticado pela ardente e impiedosa canícula, mal alimentado e, às vêzes, sem alimento, com sede, tremendo de frio e de febre..."

RONDON não foi apenas sertanista. Jamais deixou de ser Soldado. Disciplinado e disciplinador, comandando pelo saber e pelo exemplo, nunca se omitiu em sua investidura de Chefe. Ser dedicado ao serviço, inflexível nas maiores dificuldades e sofrimentos, colocar-se sempre em último lugar, e nunca ante o subordinado revelar cansaço ou ignorância

— foram êstes os princípios que seguiu, para manter sua autoridade de Chefe e fazer respeitadas as suas ordens. Mesmo na Reserva, permaneceu soldado. “General reformado, sempre senti que as honras de meu pôsto não me inibiam de deveres, até o final de minha vida. Se o pêso dos anos impedia esforços físicos, a experiência, a memória, tôdas as minhas faculdades morais, intelectuais e práticas, inspiradas pelo meu patriotismo, tão vibrante como quando encetei minha carreira, continuavam a serviço da Pátria.”

Mas Soldado e Sertanista — sua carreira alicerça-se na granítica retidão de seu caráter. Um breve episódio ilustra seu espírito público. Certa feita, em Manaus, homenagearam-no com um colar de pérolas para a espôsa. Eis sua resposta: “Não é, entretanto, possível à minha espôsa, espôsa de um simples oficial, usar as pérolas de um tão valioso colar, em desacôrdo com o nosso modesto padrão de vida. Aceitai-o, pois, de nôvo, com os meus mais comovidos agradecimentos.”

A DEFESA NACIONAL não podia deixar — no ano do centenário do nascimento do Marechal RONDON — de reverenciar a memória de tão ilustre varão, patrono da Arma de Comunicações, grande vulto nacional e da humanidade. E aponta, como exemplo, às jovens gerações do Exército, êste Soldado excelso que dizia: “importa mais que a própria vida, o espírito com que a vivemos”.



REPRESENTANTE!

1. Prestígie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 51 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a ele e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto mínimo em folha está sendo de Cr\$ 200;
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nosso preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

MATO GROSSO E AS FÔRÇAS ARMADAS

Ten.-Cel OCTAVIO PEREIRA DA COSTA
Oficial de Estado-Maior

Conferência pronunciada em 18 de junho de 1965, em Campo Grande, quando da viagem de estudos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) ao Estado de Mato Grosso.

“Mal-aventurados os lúcidos porque possuirão a realidade.”

“Mal-aventurados os que desejam a paz e a ordem, porque assistirão a turbulência crescente e verão a desordem se alastrando em toda a parte.”

“Mal-aventurados os que amam a justiça, porque serão feridos e ofendidos todos os dias pela injustiça.”

“Mal-aventurados os que nasceram com o duro e difícil amor à Pátria, porque serão acusados de reacionários e apontados à execração pública e sofrerão ofensas e testemunharão atentados a tudo o que veneram.”

“Mal-aventurados os que amam a verdade, porque surgiram neste mundo numa hora polêmica e de indiferença à verdade e em que se instiuu o culto à mentira e à deformação.”

“Mal-aventurados os bem intencionados, porque serão mal julgados e suas palavras serão deformadas pelos intérpretes e serão enlameados pela grosseria dos demagogos e mistificadores.”

.....
“Mal-aventurados os lógicos, os que têm necessidade de hierarquia, os que precisam de métodos para respirar, porque nasceram numa hora de surpresa, sob o signo do absurdo, numa época de inversão de valores, em que nada se processa com segurança e em ritmo tranqüilo e justo e certo.”
.....

O poeta — a quem Deus não dá somente o dom de sentir o seu tempo e interpretar o seu povo, mas o de antever o futuro — assim sentia e antevia, naqueles instantes de março de 1962, o caos que se avizinhava. Era o começo da desordem, da turbulência, da injustiça, da deformação, da demagogia e da mistificação, que o poeta anunciava nas suas mal-aventuranças.

Depois viria o pior, que todos testemunhantes, que todos sentimos na própria carne. O pior, que ninguém, de consciência tranqüila, poderá negar perante Deus e os homens.

Viriam o desgoverno e a falência da autoridade. O incentivo oficial à luta de classes. A estratégia das pressões e das intimidações. Os comunistas desautorados, traídos, vendidos e vilipendiados. A comunicação à justiça com as próprias mãos. A desmoralização e o cerco do Congresso. A exploração da miséria, da fome, do analfabetismo e da doença. A chantagem e a chicana internacionais, vividas nos extremos da traição e tôdas as tradições e a todos os compromissos e a subversão do pires na mão. Os ministérios de semanas ou dias, com os ministros desautorados, traídos, vendidos e vilipendiados. A comunicação da cultura, da cartilha à "história nova", do jornal ao livro de ficção, do professor secundário ao pensador católico. A "milagrosa" campanha de alfabetização. Os centros populares de cultura. A corrupção dos grêmios estudantis. O desvirtuamento das generosas energias da mocidade. A malversação do dinheiro do povo. O enriquecimento ilícito e despidorado. O achincalhe da moeda. O paroxismo inflacionário. O aviltamento da bandeira e da aspiração reformistas. A pregação oficial da violência e do ódio. O esfacelamento da disciplina. O incitamento de empregados contra empregadores, de inquilinos contra proprietários, de camponeses contra ruralistas, de assalariados contra empresários, de sargentos contra oficiais, de marujos contra aviadores, de brasileiros contra alienígenas, de civis contra militares, do campo contra a cidade, do nordeste contra o sul, dos moços contra os velhos, e até mesmo dos filhos contra os próprios pais. E como atos capitais: a rebelião de Brasília, o comício do dia treze, a paixão da Marinha de Guerra e a transformação do Automóvel Clube numa nova cervejaria, na comprovação de que os totalitarismos, por mais antagônicos, se identificam nos mesmos processos e nos mesmos fins.

Para vos relembrar êsse caos de dois anos depois, dos idos de março de 1964, não vos traremos de volta o poeta das mal-aventuranças, com o seu sentimento e a sua intuição, mas nos valeremos da palavra imperativa do editorialista do "Correio da Manhã", nos últimos instantes do que êle chamaria de "episódio mais inglório da história republicana do Brasil".

Relembrei estas palavras históricas escritas a 31 de março, na primeira página dêsse matutino carioca, ao arrepio da fala presidencial aos sargentos e suboficiais.

"Basta! Até que ponto o Presidente da República abusará da paciência da nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranqüilidade e insegurança que se verifica presentemente na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até quando quer desagregar as Forças Armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?"

"Não é possível continuar nesse caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo, como no lado econômico e financeiro."

"Basta de farsa. Basta de guerra psicológica que o próprio governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país, e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base" (...)

(...) "Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo governo que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar tôdas as forças vivas do país".

"Não contente de intranqüilizar o campo, com o decreto da SUPRA, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de desvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações da classe, agora estende a sua ação deformadora às Fôrças Armadas, destruindo de cima para baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a Segurança Nacional."

Escutai, agora, palavras do mesmo "Correio da Manhã", na madrugada angustiosa de 1 de abril, quando a nação ainda estava à beira do abismo:

"O art. 83, parágrafo único: o Presidente da República prestará no ato da posse este compromisso: Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência."

"Este foi o juramento prestado pelo Sr. JOÃO GOULART, no dia 7 de setembro de 1961, perante o Congresso Nacional."

"Jurou e não cumpriu."

"Não é mais Presidente da República."

"Fora!"

"A nação não mais suporta a permanência do Sr. JOÃO GOULART à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. JOÃO GOULART senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor."

"Só há uma coisa a dizer ao Sr. JOÃO GOULART: saia!"

"Durante 2 anos o Brasil agüentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro."

"Quando o Sr. JOÃO GOULART saiu do seu neutro período de omissão, foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranqüilidade e de insegurança que teve seu auge na total indisciplina que se verificou nas Fôrças Armadas."

"Isso significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender."

"O Sr. JOÃO GOULART iniciou a sedição no país. Não é possível continuar no poder."

...oOo...

Na oportunidade em que a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em viagem de estudos ao Estado de Mato Grosso, é recebida pela hospitaleira cidade de Campo Grande, julgou o seu comandante — o General-de-Brigada JOÃO BINA MACHADO — indispensável trazer ao povo mato-grossense a homenagem da Escola e, por que não dizer, do Exército e das Forças Armadas. Este é e tem sido um caminho para a identificação, para o diálogo e para a maior compreensão entre a pequena parcela do povo fardado — que vive e morre empenhado nas tarefas da segurança nacional — e a grande maioria da gente de todos esses Brasis que, procurando realizar o seu próprio destino, luta pelo desenvolvimento do país. Segurança e desenvolvimento que são os pilares do bem-estar social da nação brasileira. Daí a razão de ser deste contato, daí estas palavras que dirigíamos, reverenciosamente, ao povo progressista desta cidade e deste Estado, abordando o tema "Mato Grosso e as Forças Armadas".

Com aquelas "mal-aventuranças" e esse "basta" e esse "fora!" não quisemos apenas criar o impacto da recordação pungente, mas, também situar uma das três ocasiões históricas em que mais marcantemente povo e Forças Armadas foram, na terra mato-grossense, uma só coisa.

Bem sabemos do admirável exemplo da União Campo-grandense deliberadamente, se levava a discórdia à cidade e ao campo.

Bem sabemos do desassombro da mulher mato-grossense, aglutinando-se nas primeiras linhas para enfrentar a borrasca. E saindo do lar para protestar nas ruas.

Bem sabemos do admirável, exemplo da União Campo-grandense de Estudantes, que não se deixou contaminar pelo processo de massificação da juventude. Bem sabemos das tentações a que foi submetida para se deixar atrelar aos vagões da subversão.

Bem sabemos da atitude ordeira e pacífica da imensa maioria dos trabalhadores do campo e dos ferroviários da Noroeste.

Bem sabemos das canseiras e vigílias dos abnegados da Ação Democrática Mato-grossense, que se arregimentaram para, se preciso fôsse, enfrentar e vencer o comunismo de armas na mão.

Bem sabemos da opção do povo de Mato Grosso na encruzilhada de 31 de março de 1964 e da sua contribuição para que, sem sangue e sem tardança, se evitasse a guerra fratricida em que mergulhavam a nação. E sabemos do apoio que destes às guarnições militares sediadas em vosso território, indispensável ao cumprimento de difíceis missões.

Bem sabemos, ainda, que o soldado mato-grossense, precisamente o soldado cuiabano, realizou, em poucas horas e com perfeição, o mais notável movimento de tropa desse episódio, marchando sobre Brasília para assegurar a vitória da causa democrática.

Nada mais fizestes, porém, que confirmar a vossa secular vocação patriótica.

Assim foi há cem anos, quando o invasor talou os vossos campos, ceifou as vossas messes e umedeceu as vossas campinas, com o seu e o sangue dos vossos antepassados. A vossa epopéia foi, então, a grande epopéia do povo brasileiro.

Embora as sombras do século já tenham sepultado incompreensões e ressentimentos de dois povos desavindos na busca dos melhores caminhos para encontrar os seus destinos, ainda está bem viva a memória do vosso heroísmo e perceptível a alma indômita do Mato Grosso soldado.

Cedo o vosso coração esqueceu os agravos e se tornou até mais sensível às identidades com o heróico povo guarani. Hoje, as cidades gêmeas e as famílias comuns, afirmam que somos uma só comunidade na comunhão da paz e do trabalho.

Assim foi também há um quarto de século, quando, pela primeira vez, a questão ideológica conflagrou a humanidade. Era o totalitarismo nazista que, surgindo na Europa, como antítese do totalitarismo comunista, se afirmava mais odioso e sanguinário, pois, igual a seu pólo oponente, considerava o homem o meio e não o fim de todas as coisas, além de que se baseava na concepção da superioridade racial e preconizava o extermínio de uma raça. E vistas como, em apenas doze anos, o líder carismático do nazismo levantou seu país da depressão, levou-o ao fastígio, à guerra e à total destruição.

Bem lembramos de vossa comoção e de vossa revolta, uma geração atrás, quando os submarinos nazistas torpedeavam os nossos navios mercantes nas tarefas de paz.

Bem lembramos do clamor do povo nas ruas exigindo, do governo ditatorial, a nossa definição ao lado da democracia.

Bem lembramos do notável apoio que Mato Grosso deu à organização da Força Expedicionária Brasileira.

Bem lembramos que, no vale do Aquidauana, a mocidade desta terra formou uma de suas melhores unidades, a que deveria ter a dosagem adequada de inteligência, de técnica, de trabalho e de capacidade combativa: o Batalhão de Engenharia Divisionário. Mas não foi apenas na engenharia de combate que os mato-grossenses deram sangue, suor e lágrimas ao nosso esforço de guerra, senão também na infantaria, na artilharia, nos serviços e na cavalaria mecanizada de reconhecimento.

Haveis contribuído, assim, para a vitória da democracia contra o nazismo e, melhor que isso, para o restabelecimento do regime democrático representativo em nossa própria terra.

Foram êstes, senhores, os três momentos históricos em que Mato Grosso e Fôrças Armadas se integraram totalmente e foram uma fôrça só, que era, afinal, a própria aspiração e a vontade de todo o povo brasileiro.

Contra o totalitarismo lopista, contra o totalitarismo nazista ou contra o totalitarismo comunista, Fôrças Armadas e Mato Grosso afirmaram a vocação brasileira de viver livre e de construir, na liberdade e nas suas autenticidades, o seu grande destino.

Bem sabemos, por outro lado, da contribuição que, através das idades, Armada, Exército e Aeronáutica têm prestado ao progresso dêste Estado.

Atentai para os serviços que há mais de século a Marinha vem prestando no Rio Paraguai e para o estímulo da Base de Ladário no surgimento de vocações tecnológicas.

Atentai para o pioneirismo de nossas velhas colônias militares e destacamentos fronteiriços. Para a construção de estradas, devassando regiões inteiramente virgens. Para a luta contra o banditismo, o contrabando e o descaminho. Para o combate ao analfabetismo. Para a escola da higiene e do civismo, que tem sido a caserna, confirmando a profecia de Bilac.

Atentai, finalmente e sobretudo, para a epopéia do Correio Aéreo Nacional que, sobrepassando montanhas, florestas e caudais, acelerou de decênios o progresso desta terra.

Ê nesses episódios que o soldado é mais povo e o povo mais se orgulha de seus soldados.

Podeis vos orgulhar, também, do dever bem cumprido no coração do soldado. Do dever constitucional de manter as instituições, a lei e a ordem. podeis confiar em sua vocação democrática e na fidelidade à soberana vontade do povo.

Bem sabeis da amarga opção da Marinha, da Aeronáutica e do Exército e, em particular, da Escola da Praia Vermelha, em março de 1964, e da sua contribuição para que se realizasse o "basta!" e o "fora!", que não eram a voz isolada de um jornal, mas o clamor de uma nação inteira.

Ao relemburar êsse "fora" e êsse "basta" e aquelas "mal-aventuranças", não tivemos apenas os propósitos de confranger a memória e de situar um dos três momentos históricos da alma mato-grossense, porém o de caracterizar, precisamente, quem estava contra a lei e contra a legalidade. E de afirmar que as Fôrças Armadas, sempre muito sensíveis ao conceito de legalidade e às aspirações populares, nada fizeram que não fôsse cumprir, à risca, o seu dever constitucional.

Não importa que êsse clamor, quase unânime e uníssono ao tempo da derrubada, não se venha fazendo ouvir no tempo da reconstrução.

Sabíamos que o milagre de reunir e unir fôrças tão heterogêneas e tendências tão díspares só fôra possível diante da grande ameaça. Era, na verdade, uma nação inteira que se salvava a si mesma. E uma nação, uma nação-continente, é feita de paradoxos, de extremos e de contrastes.

Emergimos do caos sócio-econômico e político-militar, em que um jornal, interpretando a voz do povo, se permitiu bradar "basta!" e "fora!" ao Presidente da República, o mínimo que se poderia admitir era a instalação de um govêrno austero, probo e firme. Govêrno que, se servindo dos melhores economistas, se dispusesse, inflexivelmente, a enfrentar e vencer a inflação, fôssem quais fôssem os sacrifícios e os ônus da impopularidade.

Que, defendendo a nação traída e agredida, empreendesse o levantamento total dos que a agrediram e traíram, para sanear-la, fortalecer-la e resguardá-la de novas ameaças.

Restabelecesse o conceito e o crédito internacionais.

Ensejasse verdadeiras reformas democráticas, sobretudo a grande reforma da moralização de nossos costumes políticos e administrativos.

Retomasse o caminho do desenvolvimento em bases sólidas, estáveis e duradouras.

Repusesse as Fôrças Armadas na sua missão constitucional.

Reencontrasse os rumos do sindicalismo autêntico, não ideológico, apolítico, apartidário, realmente profissional.

Fôsse capaz de equacionar e solucionar o problema do depauperamento e da marginalização da região nordestina e do trabalhador do campo.

Que enfrentasse os privilégios.

Que orientasse melhor a fôrça estuante da mocidade.

E, por outro lado, pudesse congregiar e unir, para a tarefa de reconstrução, os homens de tôdas as tendências e de tôdas as opiniões, não irremediavelmente comprometidos com a corrupção e a subversão. Teria de ser o govêrno da salvação nacional, da comunhão de todos os patriotas, fora e acima das paixões e dos partidos políticos.

A história haverá de fazer justiça aos esforços e lutas dos homens que compuseram o govêrno revolucionário, na consecução de todos êsses objetivos.

As Fôrças Armadas, que atenderam e dinamizaram o clamor popular, não competem as tarefas de govêrno mas, tão-somente, as de propiciar ordem e paz para o trabalho construtivo. A política — a arte de conduzir a nação — compete aos políticos, que são os seus servidores e dela não se devem servir.

Atentas e vigilantes, elas confiam em que todos abandonem os velhos métodos da batalha pelo poder, pelo simples gôzo de exercício

do poder, e aceitem o desafio da libertação de milhões de brasileiros da doença, da miséria, da ignorância e da fome.

Nessa vigilância, podemos afirmar que a revolução não se perdeu a si mesma.

Perderam-se, a pouco e pouco, os poucos que colocaram anseios pessoais e de grupos, acima dos interesses nacionais. Os que tiveram ambições contrariadas, especialmente de natureza política e econômica.

Perderam-se os que pensavam tivesse sido feita para a salvaguarda de seus privilégios.

Perderam-se os que julgavam simples troca dos detentores do poder. Os que asseguravam que, afastado o fantasma comunista, o poder lhes viria de volta, por um determinismo político.

Perderam-se os beneficiários da inflação. Os que, mudados os corruptores, não trepidaram em servir-se da corrupção.

Perderam-se os que não são capazes de multiplicar ou mesmo de somar, mas, tão-somente de dividir. Os incapazes de compreender, de perdoar, de recuperar.

Perderam-se os que agredem e destroem a todos e a tudo o que não favoreça os seus objetivos. Os que desejavam o caminho livre para si.

Perderam-se os que, na forma da parábola da cooperação do homem para a salvação, havendo recebido a semente em terreno pedregoso, não tiveram em si mesmos raízes para suportar as adversidades. E os que, a recebendo entre espinhos e não resistindo às cobiças, sufocam a semente e querem impedi-la de dar fruto.

Perderam-se os que gritavam "basta!" e gritavam "fora!", mas beneficiavam, em suas próprias casas, o avanço do comunismo. Os que há longos anos empreendem, sabe Deus, com que designios, campanhas sistemáticas de impopularização das Forças Armadas.

Perderam-se os empresários que financiavam o Partido Comunista, ao mesmo tempo em que extorquiam o dinheiro do povo. Os que assim pensavam se salvaram na hora do incêndio e, ao se verem descobertos, tentam espalhar as chamas.

Perderam-se os que consideravam o problema social um caso de polícia. Os que não desejavam qualquer reforma, principalmente a dos costumes políticos e administrativos.

Perderam-se os realmente retrógrados e reacionários.

Perderam-se os que só têm intolerância e os que tudo toleram. Os radicais e revanchistas que acham a revolução irremediavelmente mansa e frouxa. Os ingênuos e inocentes que a acusam de inflexível e terrorista. E os inconseqüentes que, habituados a um país em que tudo era sem conseqüência, assustam-se e repelem as primeiras conseqüências.

Perderam-se os sófregos, os inconstantes e os deslembados. Os que esperavam superar sacrifícios com milagres, mas descreem dos mila-

gres do sacrifício. Os incapazes de perseverar no caminho do bem comum. Os que perderam a memória do passado recente. Os que não têm perspectiva para comparar o sacrifício compensador dos nossos dias com o sítio das calamidades e com o salto no abismo, mergulhando na treva, não apenas a nós mesmos, mas às gerações futuras.

Não! A Revolução não se perdeu a si mesma, nem se perderá porque alguns se perderam. A Revolução continua.

Continua e continuará porque não é um episódio autônomo. É um ato de grande processo de nossa conscientização democrática. O movimento de 31 de março não foi a quartelada, nem a marcha dos "caranguejos", mas a afirmação da vontade popular.

Bem sabeis que a nossa monarquia, embora parlamentar, não se podia dizer democrática, pois o voto era pouco mais que uma farsa. A proclamação da república foi o movimento de cúpulas, a que o povo "assistiu beatificado". E a primeira república herdou da monarquia o voto de cabresto e desenvolveu o coronelismo político.

Sabeis que a revolução democrática se iniciou na década dos 20 e empolgou a nação em 30. A eternização do governo provisório resultou nas primeiras cisões, que crepitaram na revolta constitucionalista. O processo de democratização avançou, nas cinzas dessa dolorosa guerra civil, com a promulgação da progressista Constituição de 1934.

A revolução foi traída em 37, com a implantação da ditadura. O povo só suportou êsses oito longos anos de negação democrática porque adveio a guerra e o ditador era, na verdade, o grande e hábil líder popular. Bem sabeis, no entanto, como e quanto ficou dividida, a partir daí, a vida nacional, com a bipolaridade de getulista e antigetulista se sobrepondo às políticas regionais e aos programas partidários.

Bem sabeis que a revolução democrática encontrou novas forças com o retorno da FEB, integrada na luta da humanidade contra a desumanidade nazista. Lembrai a sua vitória sobre o quererismo, as eleições de 45 e a Constituição de 1946. Lembrei que coube à visão de estadista do ilustre filho desta terra o notável esforço de pacificação dos espíritos, com o governo de conciliação nacional.

Bem sabeis que a volta do grande caudilho trouxe de retorno a radicalização política, que redundou nos dramas de 54 e 55. Sabeis que se seguiu o governo mais democrático da história republicana, marcado, porém, pelo desenvolvimentismo inflacionário, pelo signo da aventura e da imoralidade nos negócios públicos, assim como pela retomada da expansão comunista em nosso país.

Estais lembrados de que, diante do despudor e da corrupção, do enriquecimento ilícito e da insensatez faraônica, a nação se levantou no mais belo episódio desse processo revolucionário: a revolução branca, a revolução pelo voto. E consagrou, nas urnas mais livres de nossa história, pela primeira vez, o candidato da oposição.

Bem sabeis como se desvaneceram as nossas esperanças, nos mistérios da alma humana, e como a imensa maioria da nação passou, no segundo fatal, da total euforia para a total depressão.

Depois, vieram as “mal-aventuranças”, o “basta!” e o “fora!” ...

A Revolução continua porque retoma, a pouco e pouco, o ritmo do regime democrático.

A Revolução continua porque enfrenta e não teme o desafio das urnas. Sabe que não deve ter candidatos próprios, nem favorecidos. Sabe que todo candidato é bom, desde que ame verdadeiramente a democracia. Sabe que todo candidato, que se voltou contra o regime e deseja ser eleito para atraí-lo, não tem o direito de ser candidato. A revolução continua porque confia no patriotismo e na vocação de liberdade desta nação. E porque sabe que os verdadeiros vitoriosos nas eleições serão o regime democrático representativo e o povo brasileiro.

Se a Revolução admitisse estar sendo julgada nas urnas e pretendesse ter candidatos próprios, as Forças Armadas poderiam ser deslocadas de sua missão constitucional e, aí sim, estaríamos correndo o risco da ditadura, que a índole de nossa gente de tôdas as idades e de tôdas as condições abomina e repele.

A Revolução continua porque vencerá a batalha da inflação — a cuja frente se encontra um terceiro ilustre mato-grossense e se lançará à etapa definitiva do nosso desenvolvimento. Pensai no que poderá representar para este Estado a arremetida para o progresso quando superarmos — no lar, na empresa privada e nos negócios públicos — a nossa filosofia de vida inflacionária. Vereis as vossas riquezas minerais se transformarem em poder industrial, tecnológico e científico. Vereis vossos campos e vossos rebanhos alimentarem o Brasil e o mundo. Hoje, estamos apenas no exórdio da exploração do progresso desta terra.

Bem sabemos, porém, que há homens de boa fé que se impacientam e se inquietam, de um lado, com a lentidão ou escassez dos resultados e, de outro, com a retomada da guerra psicológica pelos mesmos agentes da subversão.

Atentai para a terrível missão que o destino reservou ao governo revolucionário — a grandiosa tarefa de ordenar o caos e haveis de compreender que a colheita já superou as possibilidades dêsses quatorze meses.

E, nos vossos instantes de perplexidade, não vos deixeis servir de veículos da propaganda negativa ou anti-revolucionária, e compreendei que essa propaganda é a afirmação da liberdade e do funcionamento do regime.

Estamos solidários convosco nas apreensões quando vemos, porém, o governo revolucionário despreocupar-se de bem informar o povo e quando com horror à demagogia e à mistificação, chega ao extremo oposto de parecer propositadamente impopular. É que nos lembramos

de WALL WHITMANN: "Todo aquêlê que anda duzentos metros sem simpatia acompanha os seus próprios funerais revestido de sua mortalha". A Revolução veio do povo, dêle não se pode distanciar, nem prescindir de sua simpatia.

Com a simpatia é o apoio do povo brasileiro, e o trabalho austero e árduo, honesto e honrado dos homens dêste govêrno revolucionário, haveremos de superar a adversidade e de, finalmente, encontrar o nosso próprio caminho.

E, na eternidade, o poeta SCHMIDT' ouvirá a réplica de uma nação inteira:

Bem-aventurados os lúcidos, porque possuem a realidade e divisam o caminho.

Bem-aventurados os que nos devolvem a paz e a ordem, porque assistirão aos frutos do trabalho construtivo e verão o progresso se alastrando em tôda parte.

Bem-aventurados os que amam a justiça e estabelecerão o império da lei e do direito, que é a verdadeira democracia.

Bem-aventurados os que amam e servem à Pátria, porque construirão a sua grandeza e merecerão o reconhecimento de seu povo.



FOI TRANSFERIDO? Mantenha-nos informado de seu nôvo enderêço, para evitar atrasos no recebimento de sua Revista.

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-os no papel e remeta-no-los. Use a sua tribuna para difundi-los.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado, servindo, assim, a todos.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser difundido e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia para inserirmos na revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem suas colaborações.

Serão bem-vindos.

A REDAÇÃO

RONDON — O MESTRE

Gen. F. JAGUARIBE GOMES DE MATTOS

(Transcrito da revista "Geográfica" — órgão oficial da Sociedade Geográfica Brasileira — S. Paulo — Ano IX, n. 9 — Dezembro de 1959 — com correções e acréscimos introduzidos pelo autor.)

Nasceu privilegiado.

Abriu os pequeninos olhos para o mundo como filho único em uma casinha muito modesta, junto a uma pitombeira, no disperso

povoado do Mimoso, sito às margens da lagoa Chacororé cujo fluxo se faz pela margem esquerda do Rio Cuiabá. Mimoso fica a S. S. E. da capital da antiga Província e atual Estado de Mato Grosso.

Sua cabeça de braquicéfalo, sua testa larga e ampla, sua tez bronzeada muito escura não denunciavam as angústias das civilizações expressas no seu sangue.

Nêle deve haver reminiscências da estirpe dos Rendon ou Rondon de Quevedo, nobres de Espanha que chegaram ao Brasil em 1625 com a esquadra de D. Fradique de Toledo Osório. Eram D.

João Matheus Rendon de Quevedo, D. Francisco Rendon de Quevedo e D. Pedro Matheus Rendon Cabeça de Vaca. Um outro Rendon de Quevedo, José, veio para o Brasil em 1640.

Ana e Maria, filhas de Amador Bueno da Ribeira, o maior paulista no seu tempo, casaram-se respectivamente com João Matheus Rendon de Quevedo e Francisco Rendon de Quevedo. Todos os Rendon de Quevedo foram distintos na Espanha e destemidos ou heróis no Brasil.



O mais afastado elemento explícito da genealogia Rondon no Brasil é Gaspar da Silva Rondon, um dos trisavós paternos do Marechal Rondon ou explicitamente avô paterno de sua avó Maria Rosa da Silva Rondon. A ligação da genealogia de Gaspar da Silva Rondon com a dos Rondon de Quevedo não está explícita mas decorre como boa probabilidade devido a várias circunstâncias e coincidência cuja descrição seria longa e inoportuna aqui.

A esposa de Gaspar da Silva Rondon era Francisca Leonardo, filha de índios Guaná — navegadores fluviais.

Uma das bisavós maternas do Marechal Rondon, Joaquina Gomes, casada com José Francisco Lucas Evangelista, era mestiça de índios Bororo da Campanha; a outra, casada com Constantino de Freitas, de origem portuguesa, era mestiça de índios Terena. Junte-se a isso a notícia de que o avô paterno do Marechal, José Mariano da Silva, era filho de portugueses e tem-se o quadro do complexo racial que, de acordo com as leis da genética, poderia produzir, isolados ou combinados, alguns dos pendores existentes entre esses antepassados.

O nascimento de Cândido Mariano ocorreu a 5 de Maio de 1865. Quando nasceu, já não existia seu pai. Em 1867 ficou órfão também de mãe. Parecia ser um desamparado da sorte. Os avós maternos o mantiveram no local do nascimento até 1873, quando seu tio Manuel Rodrigues da Silva, irmão de seu pai, levou-o a Cuiabá, para estudar. Era uma combinação feita por Cândido Mariano da Silva, o pai, com o seu irmão Manoel, quando aquele, prevendo sua morte antes do nascimento do filho revelara o desejo de que, sendo ele do sexo masculino, fosse preparado para exercer uma profissão mais interessante do que a que lhe poderia reservar o modesto povoado do Mimoso.

Desenvolvia-se o menino Cândido Mariano com robustez e dinamismo, revelando excepcional inteligência.

Na escola pública de Mestre João, em Cuiabá, ele era um pioneiro, um chefe da petizada, mas, ou por inveja, ou por exibição, presumindo-se possuidor de melhores recursos musculares, um índio Bororo, seu colega, insultou-o na classe. Cândido Mariano respondeu que lá fora pagaria aquele insulto. Criaram-se os partidos a favor da vitória de um e de outro; chegou o momento do recreio, disputaram-se todos para apreciar o espetáculo. Os dois contendores se atracaram e o indiozinho foi jogado por terra, levando tremenda surra. Houve reclamação do tutor do índio, que teve de pô-lo em salmoura para curar as equimoses e arranhões recebidos.

Mestre João queria que Cândido Mariano pedisse desculpas. "Não peço", teria respondido o valente surrador. "Ele ofendeu a memória de minha mãe e mereceu o castigo que lhe dei". "Então você terá de apanhar, respondeu-lhe Mestre João. E Cândido Mariano, contendo as lágrimas e apertando os lábios, recebeu uma forte dúzia de bolos. Ali já estava o estóico que haveria de suportar os mais angustiosos

sofrimentos para triunfar na realização de um grande ideal. Queria a fatalidade que o surrador do menino Bororo viesse a ser depois o maior amigo e o maior protetor da etnia Bororo.

No Liceu Cuiabano foi depois o primeiro de sua classe e aos 16 anos de idade recebeu o diploma de Professor Público. Isso não lhe bastava ante aspirações já desenvolvidas e, apesar da oposição do seu tio, acabou obtendo d'ele a licença necessária para assentar praça, seguir para o Rio de Janeiro e tentar matrícula na Escola Militar da Corte.

Só em 1883 tornou-se possível essa matrícula mas, enquanto esperava, como praça, empregada na Secretaria do 2º Regimento de Artilharia a Cavallo (pertencendo ao efetivo da 4ª Bateria sob o comando do Capitão Hermes da Fonseca) e depois como amanuense nos serviços do Quartel-General, ia estudando e prestando exames na instrução pública. Na Escola Militar tornou-se logo o primeiro aluno de sua classe. Chegado o fim do ano, prestou exames, logrando distinção. Requereu logo exames vagos do 2º e 3º anos obtendo plenamente em ambos, conseguindo assim no período de um ano o curso completo dos três anos letivos de preparatórios.

No curso superior continuou a manter a dianteira. De tal maneira se dedicou ao estudo, suprimindo tôdas as horas de lazer, diminuindo as destinadas ao sono reparador, que em 1885 adoeceu gravemente. A moléstia foi longa e sua morte prognosticada. Salvou-se o brilhante aluno mas teve de perder o ano. No ano seguinte a matéria dada já era toda sua conhecida e Cândido Mariano se comprazia em tirar as dificuldades dos colegas, tornando-se um verdadeiro repetidor das lições proferidas na classe pelos mestres.

Um incidente assinalou sua passagem pelo curso superior. Um seu colega muito brilhante era o aluno Saturnino Cardoso, irmão de Lício Cardoso que foi depois grande médico homeopata. Disputavam-se a primazia que Cândido Mariano mantinha, com sua extrema vigilância. Certo dia em uma sabatina de mecânica, cadeira do Prof. Manuel Peixoto Corsino do Amarante, o aluno Cândido Mariano quis pôr em jôgo sua familiaridade com o cálculo diferencial e integral, cuja aplicação é por vêzes difícil. Julgava êle que essa proeza seria motivo de maior satisfação da parte do seu professor.

Quando em outra aula o Prof. Amarante deu o resultado do julgamento, declarou ter concedido duas notas ótimas: 10, em primeiro lugar ao aluno Saturnino Cardoso e 10 em segundo lugar ao aluno Cândido Mariano.

Teve êste um profundo desapontamento e foi perguntar ao professor o motivo da inferioridade da sua prova. Explicou-lhe o bom mestre que êle havia complicado a questão. Não era necessário o emprêgo do cálculo infinitesimal porque, no caso, o cálculo algébrico era suficientemente preciso para a solução da questão dada. Cândido

Mariano teria respondido que não estava apurando resultados práticos para uma necessidade industrial, mas sim revelando conhecimentos em aula e parecia-lhe razoável admitir que a demonstração de um maior conhecimento ou de maior disponibilidade de meios seria fator positivo de mérito e não de demérito.

O professor não atendeu e o brioso estudante passou então a assinar em branco as novas provas de sabatina da cadeira de mecânica. Advertiu-lhe o Mestre, bondosamente, que por essa forma não conseguiria ter média suficiente para entrar em exame. Não faz mal — teria respondido o aluno, farei exame vago.

E assim foi. O exame vago do cadete Cândido Mariano da Silva provocou curiosidade semelhante àquela por êle despertada quando fêz exame vago do 2º e do 3º anos no curso escolar de preparatórios. Até o comandante da Escola desceu do seu Gabinete para assistir ao exame. Houve quem propusesse a sua prisão; houve quem diminuísse o valor da nota, mas o consciencioso professor Amarante, encantado com o preparo, com o brilho, com a energia e a bela têmpera do caráter do seu aluno, deu-lhe nota 10 e, afinal, o examinando logrou uma distinção.

Em 1888 tomou parte nos movimentos pró libertação dos escravos e em 1889, já alferes aluno, colaborou nos pronunciamentos para a proclamação da República tendo formado com a tropa que, sob o comando geral do Marechal Deodoro, marchou sobre o Quartel-General. Saiu de forma, passou o comando de sua Divisão a um sargento e enveredou Quartel-General adentro, logo que o grande portão se abriu para dar passagem ao Estado-Maior de Deodoro, ao encontro da tropa defensiva que se achava no interior do Quartel.

Concluiu o curso de Engenharia com o mesmo brilho e não estava ainda desligado da Escola Superior de Guerra quando foi convidado pelo Major Antonio Ernesto Gomes Carneiro para ajudante da Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso.

O Governo republicano havia decidido apressar a construção da linha telegráfica que, partindo de Franca, no Estado de São Paulo, deveria atingir Cuiabá. Estava a Comissão Construtora além de Uberaba, sob a chefia do Cel Ewerton Quadros, quando foi dividida em duas. A primeira continuaria no mesmo rumo, sob a mesma chefia; a segunda, sob a chefia de Gomes Carneiro, partiria de Cuiabá e atingiria a margem esquerda do Rio Araguaia, em ponto fronteiro do "Registro" — onde seria feita a ligação das duas pontas de fio.

Essa comissão foi a revelação de dois grandes vultos da nacionalidade, o início de duas epopéias.

Gomes Carneiro, o chefe experiente e grande administrador, a um tempo severo e bondoso, seria também o Mestre que Cândido Mariano consideraria o único que teve na vida prática. Seria depois o herói da Lapa, criando uma das mais belas páginas da instituição da Re-

pública. Cândido Mariano, discípulo atento, ajudante inexcedível pela dedicação, competência e resistência física, seria herói na paz. Era o mais moço e o mais tenaz dos ajudantes de Gomes Carneiro.

Foi nesse período que o 1º Tenente Cândido Mariano da Silva, sabendo que seu tio Manoel Rodrigues da Silva acrescentara a palavra Rondon ao seu nome, requereu e obteve do Ministro da Guerra, por gratidão ao seu tio e preceptor, permissão para acrescentar o seu nome da mesma desinência usada por ancestrais paternos.

A construção da linha telegráfica de campanha de Cuiabá ao Araguaia fêz-se em tempo recorde, como estava previsto. Cândido Rondon por influência de Benjamin Constant tinha sido nomeado professor da Escola Militar, mas Gomes Carneiro conseguiu que a apresentação para a emposse na cátedra só ocorresse depois de terminada a construção da linha.

Quando aluno da Escola Militar, num exercício simulado em que compareceram muitas pessoas convidadas, inclusive o Dr. Antônio Henriques Leal, Diretor do Colégio Pedro II e pai dos seus colegas Antônio e Alexandre Leal, esteve também o Dr. Xavier, professor do Colégio, com suas filhas Tereza e Francisca Xavier. O cadete Cândido Mariano foi apresentado à família do Dr. Xavier como o primeiro aluno da Escola. Esse primeiro contato com a Família Xavier seria decisivo para a vida do grande brasileiro. Ele iria encontrar a inspiradora de um amor sublime, que ela corresponderia com uma elevação e um desprendimento sem limites. Sem esse amor ele não teria realizado a obra ciclópica que causa admiração ao mundo inteiro.

Antes de partir para Mato Grosso para apresentar-se a Gomes Carneiro e exercer as suas funções, Cândido Mariano firmou o seu noivado a 1º de Fevereiro de 1890 e marcou o casamento para dois anos depois, ou seja, 1º de Fevereiro de 1892. Quando concluiu o serviço em 1891, voltou para o Rio de Janeiro e assumiu as funções de Professor no Curso Superior da Escola Militar. Era 1º Tenente e ficou comissionado no posto de major. O jovem professor teve de desdobrar um esforço extraordinário. Regia a cadeira de Astronomia, repetia a de Mecânica Racional e tinha de substituir os lentes de Matemática Superior em suas ausências acidentais. Os alunos estavam radiantes e surpresos com a proficiência do novo Mestre.

Sua noiva compreendeu o esforço e a aflitiva situação de Cândido Mariano e restringiu as visitas normais do noivo, que passaram a ser somente aos domingos, a fim de poupá-lo e evitar um esfalamento. Quanta nobreza encerrava esse gesto! Seu casamento realizou-se com expressivo cerimonial no dia marcado. Uma perplexidade deixava-o intranquilo. Ele poderia usufrir as vantagens do professorado vitalício com grande gáudio para seus sentimentos de espôso amantíssimo e proveito para seu desenvolvimento intelectual, mas

seu mestre e Chefe Cel Gomes Carneiro, afirmava que só nele confiava para o trabalho de consolidar a linha telegráfica precariamente construída, abrindo estradas e desenvolvendo a região. Triunfou Carneiro sobre Benjamin Constant e Rondon voltou ao sertão como Chefe do 16º Distrito Teleférico (Ministério da Viação) e Inspetor de Destacamentos Militares dispostos para proteção da linha (Ministério da Guerra).

A 5 de março de 1892 partiu para Cuiabá com sua senhora.

Reconstruiu a linha, mudando postes e assentando fio de 5 milímetros em lugar de 2,5 milímetros; abriu estrada, construiu casas para estações e para guardas-fios, levando ânimo e progresso àquelas paragens desérticas.

Fêz uma temporada no Rio de Janeiro (1898-99), no Serviço de Intendência da Guerra, em cujo cargo gozou uma licença para tratamento de saúde. Então, achando-se na estação Buarque de Macedo, enquanto recuperava a saúde, desenhava a planta de toda a linha construída e respectivos arredores. Voltou o Cap. Rondon a Mato Grosso como Chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no Est. de Mato Grosso. O Governo estava interessadíssimo em efetivar a ligação telegráfica Cuiabá-Corumbá. O problema já tinha sido examinado por técnicos anteriores, mas os recursos necessários e as dificuldades de execução pareciam desaconselhar a medida. O Mal. Mallet, Ministro da Guerra, insistia e desejava vincular as linhas telegráficas a rios navegáveis, a traçados de vias férreas e de estradas de rodagem, cujos estudos mandava proceder. Fêz-se então apêlo ao Cap. Rondon para encontrar meios de superar os grandes pantanais da região.

A audácia e à competência desse grande engenheiro militar deve-se o prolongamento da linha que o então Major Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro não pudera concluir, encaminhando-a sempre pela aba ocidental da Serra de Maracaju, levando-a até Guachi donde a linha prosseguiria vencendo o pantanal. Nesse mister êle teve a colaboração do seu brilhante ajudante Cap Alberto Cardoso de Aguiar que antes era de parecer contrário, e o auxílio poderoso dos índios Bororo, já seus amigos e cuja língua falava corretamente. Esses trabalhos no Sul de Mato Grosso, ligando Cuiabá às fronteiras da Bolívia e do Paraguai, causam admiração porque é obra gigantesca.

Quando em 1905 a grande cheia do Rio Paraguai alcançou o mais alto limite conhecido, cobrindo integralmente casas marginais, inclusive em Porto Murtinho, Rondon teve de salvar a linha que, em pontos de catenária do fio, ficaria mergulhada na inundação. Foi um trabalho insano. Um dos auxiliares desse tempo, que é hoje o General Reformado José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, fazia ancorar canoas em pontos convenientes e sobre elas levantava escoras que mantinham o fio na altura necessária. A êsse General Pompeu, a Sociedade Geográfica Brasileira concedeu a Medalha Marechal Rondon.

Todos os grandes afluentes da margem esquerda do rio Paraguai, bem como as suas cabeceiras, em região brasileira, ficaram levantados. Ficou discriminado do lado leste o limite exato do pantanal e foram localizados todos os maciços orográficos.

Em 1907 teve início a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, muito mais ampla, com caráter tipicamente misto (Guerra e Viação).

Teria de ser levado o fio telegráfico aéreo desde Cuiabá até Rio Branco, no Acre, com muitos ramais. Seria a travessia de sertões integralmente virgens, nos quais se atribuía a existência de índios antropófagos.

Na primeira fase, em 1907 e 1908 êle explorou o chapadão dos Parecis, e descobriu a posição do curso do Alto Jurema, no qual firmou uma base. Na segunda, com apoio nessa base, com seu punhado de auxiliares, naturalistas, etc., realizou a grande travessia da região virgem. A região era em grande parte endêmica e quase todos os expedicionários, inclusive o Chefe, estavam rudemente atacados pelo impaludismo. Felizmente, a medida que avançavam sertão adentro, iam descobrindo novos rios correndo em geral para o norte, sendo alguns fartos de água. Em duas oportunidades Rondon organizou turmas de doentes, que fêz descer pelos rios descobertos, encarregando o Chefe de cada turma de fazer o levantamento respectivo.

Resultou assim a divisão da expedição em três turmas, tôdas com saídas sôbre o rio Madeira.

Essa grande exploração, feita na maior parte sôbre terra, abrindo passagem na mata ou no charravascal a facão, é a mais notável expedição realizada na América do Sul.

São muitos os episódios heróicos que envolvem a pessoa do chefe e a de muitos dos seus auxiliares. A obstinação tornou-se geral. Quando o alimento não chegava para todos êle o recusava. Por vêzes com febre alta e estado vertiginoso, caía, mas logo depois levantava-se e continuava. De nada valeram as intimações para voltar, tanto do médico do Serviço, como das autoridades governamentais.

O reconhecimento do itinerário terrestre e o dos rios utilizados para a saída dos doentes constituiu uma base para o projeto geral do traçado da linha. Os levantamentos regulares parciais permitiam o projeto definitivo e facilitavam a execução.

Em 1915 estava praticamente construída a linha tronco, de Cuiabá a Santo Antonio do Madeira, com ramais para a cidade de Mato Grosso, para Guajará Mirim e para Pôrto dos Bugres, no Alto Paraguai, sendo entregue à Repartição-Geral dos Telégrafos. Continuou porém o serviço de correção, da superintendência de ramais etc. e em

1930 estavam assentados mais de 6.500 Kms. de fios telegráficos. Já estava praticada a telegrafia sem fio e o Governo desistiu do propósito de levar a linha ao Acre.

A partir de 1917 os trabalhos de levantamento visavam a obtenção de dados para a construção e desenho da Carta de Mato Grosso. Todos os grandes rios que correm do planalto dos Parecís para o Norte ficaram levantados. O divisor Prata-Amazonas só em parte conhecido ficou integralizado graças aos levantamentos efetuados nas regiões centrais de Mato Grosso e assim também muitos divisores secundários.

A Comissão Rondon foi dissolvida pelo Governo Getúlio Vargas em 1930, antes de terminados os grandes estudos em gestação e a Inspeção de Fronteiras, iniciada em 1927 e também dirigida pelo Gen Rondon, que complementava aqueles estudos, teve os seus trabalhos de campo paralisados.

Foram as notícias da maneira como Rondon efetuou contatos com os indígenas e como evitou quaisquer represálias da parte do seu pessoal, que levaram o Governo em 1910 a criar o Serviço de Proteção aos Índios, do qual o então Ten-Cel Rondon foi o fundador e primeiro diretor. Consta da mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional em 1913 a informação de que o Congresso das Raças, reunido em Londres em 1911, fez um apêlo aos países que tinham regiões povoadas por indígenas, no sentido de que aplicassem nelas os métodos adotados no Brasil pelo Cel Rondon.

A obra científica da Comissão Rondon é vultosa. Além dos astrônomos e dos topógrafos, o chefe cercou-se de naturalistas, os quais, com êle ou com outras turmas, iam observando e colhendo material para estudo nos laboratórios. Rondon era por vezes um guia. Ele conhecia pelo nome vulgar variadíssimas espécies de plantas, sabendo o emprego ou utilidade que poderiam ter; conhecia animais vertebrados e invertebrados, descrevendo seus hábitos, tendência, etc. e distinguia bem as rochas, sabendo classificá-las. Como ninguém, conhecia os hábitos e os nomes das tribos indígenas de Mato Grosso.

Quase duzentas monografias e álbuns formam a coleção das publicações da Comissão Rondon no Brasil. Algumas obras e estudos críticos foram publicados no estrangeiro.

Na coleção de obras da Comissão Rondon estão incluídas as publicações da Expedição Científica Roosevelt-Rondon referentes ao trajeto até as cabeceiras do Rio da Dúvida e ao levantamento dêste, do Alto Roosevelt, do Médio Roosevelt ou Castanho e do Baixo Roosevelt, antigo Baixo Aripuanã. Compreendem a Planta do Rio Roosevelt na Escala 1: 200.000 os Relatórios e as monografias sobre Geologia, Botânica, Zoologia, plantas do levantamento do Rio Utitarití do Papagaio, de levantamentos parciais, relatórios, etc.

O Presidente Roosevelt perdeu 25 quilos de peso nessa exploração. Perdeu apenas o peso, porquanto restou-lhe energia e sinceridade para colocar Rondon entre os grandes homens do mundo e fazer as mais elogiosas referências aos seus antigos auxiliares e a vários oficiais e demais servidores da Expedição.

Durante o Governo Epitácio Pessoa, sendo Ministro da Guerra o Dr. Pandiá Calógeras, o General Rondon exerceu o cargo de Diretor da Engenharia do Exército, sem deixar suas funções de Chefe da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Foi um período de progresso naquela Diretoria. Nesse tempo foram construídos muitos quartéis para corpos de tropa.

Quando o Presidente Getúlio Vargas precisou de um árbitro moral, com devotamento, competência, etc. capaz de se impor por completo em Letícia, encontrou Rondon.

Ele foi um mestre.

Talvez o maior mestre que o Brasil produziu até hoje. Além de geógrafo, astrônomo, topógrafo, etnógrafo e naturalista, era um filósofo praticante de sua Filosofia. Ninguém insinuou tanto o amor, o dever, o sacrifício em bem da Pátria, como ele. Viveu exemplificando. Foi mestre de civilizados e de indígenas durante os seus 74 anos de atividades eficientes no serviço público e mudou a mentalidade dos povos no tocante às relações a manter com os primitivos habitantes das selvas.

Ele participou de muitas das grandes virtudes que consagraram os nossos pró-homens no Brasil. Foi estoíco como Tamandaré, disciplinado e cortês como Saldanha da Gama, devotado e desprendido como o seu mestre Gomes Carneiro. Por muitas vezes arriscou a vida, mas quis o destino que ele exemplificasse por mais tempo. Sabia ser enérgico, inflexível, como extremamente meigo.

O seu ideal pela redenção dos indígenas colocou-o no estendal dos grandes apóstolos. O seu amor à Pátria, a sua capacidade para a visão genérica, na Estratégia como na Pacificação, colocam-no nos rumos em que se perspectivam as figuras de José Bonifácio e de Caxias. Amou profundamente, com sublimação no afeto.

Pelos motivos aqui sucintamente expressos, o Presidente da Sociedade Geográfica Brasileira (de S. Paulo) e o da Sociedade Brasileira de Geografia (do Rio de Janeiro) propuseram em sessão realizada na sede desta que a primeira grande estátua a ser erigida em Brasília seja a de quem possibilitou a conquista dos sertões, com o seu "Rumo ao Sertão" "o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Quando a 19 de janeiro de 1958, às 15 horas e 35 minutos, o grande Rondon fechou para sempre seus já embaciados olhos, pôde dizer com singeleza: "Cumprir o meu dever!"

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO**PROGRAMAÇÃO PARA 1965**

JANEIRO: *ESTRADAS SEM FIM*, de Severino Rocha Carvalho, Prêmio Franklin Dória, 1963.

FEVEREIRO-MARÇO: *GUERRA REVOLUCIONÁRIA*, pelo Ten-Cel do Exército de Portugal Hermes de Araújo Oliveira.

ABRIL: *LOGÍSTICA PARA A INVASÃO*, pelo General Sena Campos.

MAIO: *ARREMETIDA PARA A VITÓRIA*, de Robert S. Allen. Trad. Ten-Cel Celso dos Santos Meyer.

JUNHO-JULHO: *DO LITORAL AO SERTÃO*, por Funchal Garcia, com ilustrações do autor.

AGOSTO-SETEMBRO: *UM ENSAIO SOBRE A CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA*, pelo Ten-Cel Wilson Moreira Bandeira de Mello.

OUTUBRO: *CONVERSA SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL*, por Corina Pessoa.

NOVEMBRO: *ARTUR OSCAR (SOLDADO DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA)*, pelo Maj Eugênio de Andrade Guimarães.

DEZEMBRO: *CORUMBA, ALBUQUERQUE E LADÁRIO*, pelo Gen Raul Silveira de Mello.

Observações — A programação acima poderá sofrer alterações, de acordo com as imposições dos estabelecimentos gráficos.

A GUERRA DO PARAGUAI NA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

UMBERTO PEREGRINO

Que era Machado de Assis, como escritor, ao tempo da Guerra do Paraguai, que se situa, em termos de datas, entre o apresamento do



navio brasileiro "Marquês de Olinda", em 12 de novembro de 1864, e a morte de Solano Lopez, em 1 de março de 1870, quando o Gen Câmara, depois Visconde de Pelotas, surpreende seu acampamento em Cerro-Corá, e persegue o Ditador até acuá-lo, à margem esquerda do rio Aquidabã?

Do ano em que começa a guerra são as "Crisálidas", primeiro livro de versos de Machado de Assis, ao qual se seguem as "Falenas", seis meses após. Antes, o que publicara em livro, além de poesia, fôra tea-

tro: "Queda que as mulheres têm para os tolos" (1860) e "Desencantos" (1861); "Hoje avental, amanhã luva", também teatro, aparecera na "Marmota", de Paula Brito. No ano anterior à deflagração da guerra, é ainda no teatro que se projeta com um volume prefaciado por Quintino Bocaiúva, no qual se incluem: "O caminho da porta" e o "Protocolo". A seguir vêm mais duas peças: "Quase Ministro" e "Deuses de Casaca". Enquanto transcorre a guerra, Machado de Assis, continua interessado em teatro, mas faz principalmente traduções, uma das quais é "O Barbeiro de Sevilha" (1866). Explica Mário Matos "Machado de Assis, o homem e a obra", Brasileira, Cia. Ed. Nacional, 1939), que "naquele tempo da primeira mocidade" de Machado de Assis, "havia o hábito das traduções de obras estrangeiras, sendo o teatro uma das diversões preferidas da sociedade".

Ora, se naqueles anos de 1864, 1866, 1867, era o teatro o gênero literário que mais ocupava Machado de Assis, tanto na produção própria como no ofício de traduzir, isto deve significar que, embora as dificuldades, as apreensões, o luto que vinham do Sul, na Côte, ao

menos para a sociedade dos barões, condes e viscondes não arreferera o gosto dos espetáculos alegres, estes principalmente os de importação européia. Talvez isso se impusesse como necessidade de aliviar as tensões, porque, na verdade, a guerra se tornara claramente perigosa e cada dia estendia saudades e dores sobre maior número de lares. Seja como for, Machado de Assis, nos dias da guerra, prolonga a literatura em que se inaugura como escritor, e que era uma literatura rigorosamente alienada, feita de poesia lírica e de teatro ligeiro. Aliás, o romancista só desponta em 1872, com "Ressurreição", a que sucede, com intervalos regulares de 2 anos, "A mão e a luva", "Helena", "Iaiá Garcia". Tanto quanto oito anos se acumulam, portanto, sobre o término da guerra do Paraguai até o aparecimento do romance que a toma como pano de fundo da sua trama, precisamente "Iaiá Garcia", que é de 1878.

Em verdade, não foi a Guerra do Paraguai que tardou na ficção de Machado de Assis, foi a ficção que tardou no escritor ("Os Contos Fluminenses", sua 1ª obra no gênero, são de 1869), tanto assim que quando lhe chega o gosto do conto e do romance, nêles não falta a presença da luta, ora em cenas do próprio teatro de operações, ora em episódios vividos na Córte, mas condicionados pela guerra.

As vêzes são simples imagens das ruas, como aquela de um desfile militar, colocada no conto "Pobre Finoca" (Contos Fluminenses, 2º vol.): "Ouviu-se um toque de caixa; era um batalhão que subia a rua do Ouvidor". Noutro conto, "Troca de Datas" (Relíquias de Casa Velha, 2º vol.) refere outro desfile, este o de uma tropa de regresso ao Rio, terminada a guerra. E descreve que "a gente que nas ruas e das janelas via passar os galhardos vencedores era muita, luzida e diversa".

As campanhas para obter donativos, aparecem em referência sumária, encontrada no conto "Um Capitão de voluntários" ("Relíquias de Casa Velha"): "Maria acordou hoje com a mania de colher donativos para a guerra". Havia as campanhas desse tipo, naquele tempo, aí está, e eram, como as de todos os tempos, de duvidosa inspiração patriótica... No caso de Maria, ajunta ainda Machado de Assis, pela boca de um dos personagens, que ela "tem dessas fantasias" e "a idéia há de passar".

Que se pensava, mesmo entre os brasileiros, da posição assumida pelo Império, no Prata? Machado de Assis focaliza as discrepâncias a esse respeito usando um diálogo que se lê nesse mesmo conto "Um capitão de voluntários".

"A Guerra do Paraguai, não digo que não seja como tôdas as guerras, mas, palavra, não entusiasma. A princípio, sim, quando o Lopez tomou o Marquês de Olinda, fiquei indignado; logo depois perdi a impressão, e agora, francamente, acho que tínhamos feito muito melhor se nos aliássemos ao Lopez contra os argentinos.

— "Eu não. Prefiro os argentinos.

— “Também gosto dêles, mas, no interesse da nossa gente, era melhor ficar com o Lope.

— “Não; olhe, eu estive quase a alistar-me como voluntário da pátria.

— “Eu, nem que me fizessem coronel não me alistaria”.

Sobre as operações militares, são tão abundantes quanto informativas as referências do ficcionista, o que deve indicar, pois fala pela boca dos personagens, o interesse com que os fatos da guerra eram acompanhados na Côte.

Em “Iaiá Garcia”, cuja ação, até o primeiro terço da obra, se desenvolve à margem da guerra, se oferecem sucessivos quadros dos campos de batalha. É na repartição que Luis Garcia, sabe “da chegada de tristes notícias do Paraguai. Os aliados tinham atacado Curupaiti e recuado com grandes perdas: o inimigo parecia mais forte do que nunca. Supunha-se até que as propostas de paz não tinham sido mais do que um engodo para fortalecer a defesa”.

Adiante já são flagrantes da vida em campanha, através de Jorge, que se fizera “voluntário” por obra de astuciosa imposição materna. Ao partir, “perdendo de vista a cidade natal, sentiu Jorge que dobrara a primeira lauda do seu destino, e ia encetar outra, escrita com sangue. O espetáculo do mar abateu-o ainda mais: alargava-se-lhe a solidão até o infinito. Os poucos dias da viagem desfiou-os nessa atonia moral que sucede às catástrofes. Enfim, aportou a Montevideu — seguindo dali ao Paraguai”.

Precisa e aguda a reação psicológica que se opera no jovem capitão, logo ao tomar contato com o ambiente da guerra, ainda cumprindo a segunda parte do seu itinerário, isto é, de Montevideu a Tuiuti. “As gentes estranhas, as novas coisas, o movimento do teatro da guerra — escreve Machado de Assis — produziram nêle saudável transformação. O espírito elástico e móbil sacudiu as sombras de pesar que o enoiteciam, e, uma vez voltado o rosto para o lado do perigo, começou a enxergar, não a morte obscura ou ainda gloriosa, mas o triunfo e o laureado regresso”. E arremata, fixando êsse prodigioso resultado do clima da guerra: “Bebido o primeiro hausto da campanha, Jorge sentiu-se homem”.

As operações, tais quais repercutiram aqui, Machado de Assis as mencionou valendo-se da presença de Jorge como combatente. Aqui é o registro de que o “exército acampado em Tuiuti, não iniciava operações novas”, e, ao pé do fato, a exata explicação de que isso decorria da necessidade de “reunir os elementos necessários para prosseguir a campanha de modo seguro e decisivo”. Mais adiante também o registro da modificação dessa situação, isto é, da marcha de Tuiuti a Tuiucuê, à qual, no dizer de Machado de Assis, “se seguiu uma série de ações e movimentos, em que houve muita página de Plutarco”.

Nossas batalhas vitoriosas foram também vitórias do herói do romance, que “teve parte nas jornadas de Peribeubí e Campo Grande,

não já na qualidade de capitão, mas na de major, cuja patente lhe foi concedida depois de Lomas Valentinas", onde recebera ferimento.

A respeito do desenvolvimento geral da campanha tece considerações que reproduzem as esperanças e decepções da opinião pública na Côrte. De fato, como escreve Machado de Assis, "poucos poderiam supor, nos fins de 1866, que a campanha se protrairia ainda cêrca de quatro anos. O cálculo do general Mitre, relativo aos três meses de Buenos Aires e Assunção, tinha já, caído, é certo, no abismo das ilusões históricas. Proclamações são loterias; a fortuna as faz sublimes ou vãs. A do general argentino, que era já uma afirmação errada, exprimiu contudo, no seu tempo, a convicção dos três povos. Do primeiro embate com o inimigo, viu-se que a campanha seria rija e longa; a ilusão desfez-se; ficou a realidade, que nem por isso encaramos com rosto aflito. Não obstante, era difícil presumir, em outubro de 1866, que a guerra chegasse até março de 1870. Supunha-se que um esforço ingente bastaria a reparar Curupaiti, a derrubar Humaitá, a vencer o ditador, não nos três meses do general Mitre, mas em muito menos tempo do que viria a ser na realidade".

Os reflexos da guerra na sociedade da Côrte, através das transformações psicológicas que se operam nos combatentes, sugeriu-os o autor de "Ialá Garcia" nesta passagem em que fixa a renovada personalidade do herói devolvido ao seu antigo meio social, após anos de campanha:

"O espetáculo da guerra, que não raro engendra o orgulho, produziu em Jorge uma ação contrária, porque êle viu, ao lado da justa glória de seu país, o irremediável conflito das coisas humanas. Pela primeira vez meditou; admirou-se de achar em si uma fonte de idéias e sensações, que nunca lhe deram os receios de outro tempo. Contudo, não se pode dizer que viera filósofo. Era um homem, apenas, cuja consciência reta e cândida sobrevivera às preocupações da primeira quadra, cujo espírito, temperado pela vida intensa de uma longa campanha, começa de penetrar um pouco abaixo da superfície das coisas.

"Querendo adotar um plano de vida nova, renegou a princípio todos os hábitos anteriores, disposto a dar à sociedade tão-somente a estrita polidez".

Em "Ialá Garcia", por força da ambientação do romance, são apenas mais insistentes e demoradas as passagens alusivas à guerra do Paraguai, porque, em verdade, se espalham elas, informativas ou opinantes, por tantas outras histórias de Machado de Assis. No conto "Uma Noite", colecionado em "Páginas Recolhidas", o diálogo de dois personagens serve de pretexto à descrição da vida nos acampamentos, constantemente inquietados pelo tiroteio de rotina:

"Brasileiros e paraguaios — lê-se no conto — tiroteavam naquela ocasião, o que era comum, pontuando com balas de espingardas a conversação. Algumas delas coincidiam por ventura com os pontos

finais das frases, levando a morte a alguém; mas que essa pontuação fôsse sempre exata ou não, era indiferente aos dois rapazes. O tempo acostumara-os à troca de balas; era como se ouvissem rodar carros pelas ruas de uma cidade em paz".

Nesse mesmo conto há menção nominal a Caxias, para assinalar que dava "nôvo impulso à guerra" quando marchou sôbre Tuiu-Cuê. E é esta, convém lembrar, a segunda referência ao deslocamento que marcou o fim da inação em Tuiuti.

Sabidamente a opinião pública brasileira ansiava por algo que significasse uma reativação da luta, capaz de fazer valer o poderio das nossas armas e, por aí, chegar-se à decisão. A insistência de Machado de Assis no registro do desencadear da ação ofensiva de Caxias, correponderá, portanto, ao alvoroçado do interesse com que êsse fato foi recebido na capital do Império. E soa como confirmação do sentido que emprestamos a êsse tratamento do fato alvissareiro, o tom quase queixoso com que se referia ao penoso período de expectativa, muito expressivo nesta cena, também recolhida no conto "Uma Noite".

"Os dois oficiais estavam nas avançadas do acampamento de Tuiuti. Eram ambos voluntários, tinham recebido o batismo de fogo na batalha de 24 de maio. Corriam agora aqueles longos meses da inação, que só terminou em meados de 1867".

Aspecto da guerra que também sensibilizava a opinião pública, quanto ao seu arrastado desenrolar, eram as associações que se faziam entre êsse fato e o interesse dos fornecedores, a quem não conviria a abreviação das operações, o que obviamente importaria em dispensar os fornecimentos. Machado de Assis não chega a colocar o assunto em tais termos, mas fixa o fato essencial, isto é, o enriquecimento fácil e farto com negócios à margem da guerra. É o caso de Procópio Dias ("Iaiá Garcia"), homem de quem diz que "tinha dois credos", e um dêles, era o lucro, fiel ao qual, "mediante alguns anos de trabalho assíduo e finuras encobertas, viu engrossarem-lhe os cabedais. Em 1864, por um instinto verdadeiramente miraculoso, farejou a crise e o descalabro dos bancos, e retirou a tempo os fundos que tinha em um dêles. Sobrevindo a guerra, atirou-se a tôda sorte de meios que pudessem tresdobrar-lhe as rendas, cousa que efetivamente alcançou no fim de 1869".

Ponto curioso, a elucidar, quanto às criações machadianas envolvendo a guerra do Paraguai, é que os seus heróis nunca se alistam como voluntários por motivos patrióticos. São sempre intrigas amorosas ou desgostos íntimos que os arremessam ao serviço de guerra. As vêzes o personagem ostenta essa motivação particular, como é o caso do tenente Isidoro abrindo-se com um companheiro de campanha, o alferes Martinho ("Uma Noite"):

"Já lhe disse também que estudei na Escola Central. O que não sabe é que não foi o simples patriotismo que me trouxe ao Paraguai;

também não foi ambição militar. Que sou patriota, e me baterei agora, ainda que a guerra dure dez anos, é verdade, é o que me agüenta e me agüentará até o fim. Lá postos de coronel nem general não são comigo. Mas se não foi imediatamente nenhum desses motivos, foi outro; foi, foi outro, uma alucinação”.

E explica que tivera uma noiva, por sinal viúva. Uma noite, quando estavam juntos, Camila, como se chamava a noiva, enloqueceu súbitamente e, num acesso, cravou-lhe os dentes na mão. Recolhida a um hospício, somente quatro anos depois Isidoro voltou a vê-la, mas em condições imprevistas: no teatro, onde trabalhava como atriz, sob o nome de Plácida. Procurou-a, falou-lhe, acompanhou-a à casa. A antiga noiva o viu apenas como pessoa conhecida, nem a cicatriz da dentada lhe dissipou as brumas da memória doentia. Agora era Isidoro quem se recusava a reconhecer a antiga noiva. Diante dela tinha a sensação de uma alucinação. E sob essa imagem mortificadora, a que queria fugir, se apresentou voluntário.

Outro caso, outro exemplo. É o de Eusébio, do conto “Troca de Datas” (“Relíquias de Casa Velha”). Eusébio abandonara a mulher e a fazenda onde vivia. “A razão dada — consigna o conto — foi a guerra do Paraguai; e com efeito, êle ofereceu os seus serviços ao governo; mas não há inconveniente que uma razão nasça com outra, ao lado, ou dentro de si mesma. A verdade é que na ocasião em que êle resolveu ir para a campanha, deliciava os habitantes do Pirai uma companhia de cavaleiros na qual uma certa dama, rija, de olhos negros e quentes, fazia maravilhas no trapézio e na corrida em pélo. Chamava-se Rosita; e era oriental. Eusébio assinou com essa representante da república vizinha um tratado de perpétua aliança, que durou dois meses. Foi depois do rompimento que Eusébio, tendo provado o vinho dos fortes, determinou deixar a água simples de casa. Não queria fazer as cousas com escândalo, e adotou o pretexto marcial”.

E aquêle personagem que se tornou capitão de voluntários (“Um capitão de voluntários” — “Relíquias de Casa Velha”), depois de declarar-se avesso à guerra do Paraguai, para cujo serviço não se alistaria nem no posto de Coronel? Esse se decidiu de repente ao descobrir, por acaso, que a amada o traíra com um amigo que os frequentava. Embora a infidelidade, ao ser conhecida da vítima, já estivesse superada, porque a infiel, por si, rapidamente se desinteressara do outro, o homem traído se determinou, calado e resoluto, a seguir para o campo da luta. Os amigos só o souberam ao ver-lhe o nome nos jornais, inscrito numa “lista de cidadãos que, na véspera, tinham ido ao quartel-general apresentar-se como voluntários da pátria”.

E, “antes de um ano — informa ainda o conto — soube-se que êle morrera em combate, no qual se houve com mais denodo que pericia”, tanto assim que primeiro perdera um braço, “e provavelmente a vergonha de ficar aleijado o fez atirar-se contra as armas inimigas, como quem queria acabar de vez”.

Aí está um traço constante dos voluntários circunstanciais de Machado de Assis: todos se portam valentemente quando em ação.

Típico caso de voluntariado de circunstância é o de Jorge, filho de Valéria, em "Iaiá Garcia". Esta se dispõe a remeter o filho ao Paraguai para afastá-lo de um amor detestado por ela. Recorre, para ajudá-la, a um amigo da família, Luis Garcia, perante o qual procura disfarçar suas secretas razões, fornecendo outras:

"Eu creio que é chegado o momento de fazerem tôdas as mães um grande esforço e darem exemplos de valor, que não serão perdidos. Pela minha parte trabalho com o meu Jorge para que vá alistar-se como voluntário; podemos arranjar-lhe um pôsto de alferes ou tenente; voltará major ou coronel. Ele, entretanto, resiste até hoje; não é falta de coragem nem de patriotismo; sei que tem sentimentos generosos".

Mas Jorge percebia tudo e elucidou Luis Garcia:

"Mamãe quer mandar-me para a guerra, porque não pode impedir os movimentos do meu coração".

E quando Luis Garcia, considerando de meu gôsto dar ao problema "um desenlace épico", lhe sugeriu que cedesse "metade sòmente". Viajando à Europa ao invés do Paraguai, Jorge contestou, desdenhoso:

— "Seu conselho mostra a diferença de nossas idades, disse êle. Se eu fôsse para a Europa, que sacrificio faria à pessoa a quem amo? Pelo contrário, a sacrificada era ela. Eu ia divertir-me, passear, ver cousas novas, talvez achar novos amôres. Indo à guerra, é diferente; sacrificio o repouso e arrisco a vida; é alguma cousa".

É o começo da explicação do que se segue, isto é, a adesão de Jorge à idéia de ir à guerra, assim justificada à sua amada, no momento de despedir-se:

— "Embarco amanhã para o sul. Não é o patriotismo que me leva, é o amor que lhe tenho, amor grande e sincero, que ninguém poderá arrancar-me do coração".

Até aqui, o que me foi dado respigar na ficção machadiana, tendo em vista focalizar problemas humanos e fatos sociais do Rio de Janeiro sob as demoradas preocupações produzidas pela Guerra do Paraguai. São páginas compostas alguns anos após os acontecimentos. Refletirão, destarte, impressões e conhecimentos já cristalizados. Mas do momento em que transcorria a guerra, da guerra em pleno

desenvolvimento, também há muito na obra de Machado de Assis, Al-
porém, já são elementos de outra natureza, são antes reações emo-
cionais, dessas que se produzem sob o impacto dos acontecimentos.
Vemo-lo, por exemplo, consagrando uma crônica (7 de fevereiro de
1865) ao papel da mulher no esforço de guerra. É algo quase patético
como devia requerer a ocasião.

“Não nascestes — diz Machado de Assis cronista — para a guer-
ra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para
outra guerra, em que a mais inábil e menos valente, vale por dois Aqui-
les. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De
qualquer modo ajudais os homens. Uma, como mãe espartana, arma o
filho e o manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e a en-
tregam aos soldados, outras costuram as fardas dos valentes; outras
dilaceram as próprias saias para encher os cartuchos; outras prepa-
ram os fios para os hospitais; outras juncam de flôres o caminho dos
bravos. Voltará aquele filho antes da desafronta da pátria? Deixarão
os soldados que lhes arranquem aquela bandeira? Entregarão as far-
das que os vestem? Sentirão os ferimentos quando aqueles fios os hão
de curar? A par da santa idéia da pátria agravada, vai na imaginação
dos heróis a idéia da dedicação feminina, das flôres que os aguar-
dam, das orações que os recomendam de longe”.

“Não tendes uma espada, tendes uma agulha; não comandais um
regimento, formais coragens; não fazeis um assalto, fazeis uma ora-
ção; não distribuis medalhas, espalhais flôres, e estas, podeis estar cer-
tas, hão de lembrar, mesmo quando o forem sêcas, os feitos passados
e as vitórias do País”.

Esse mesmo espírito há de explicar certo soneto divulgado pela
primeira vez na revista de Henrique Fleiuss (“Semana Ilustrada”), com
ilustração dêste, uma alegoria representando D. Rosa Maria Paulina
da Fonseca e os sete filhos que oferecera ao serviço da pátria, um dê-
les o cap. Manoel Deodoro, em quem viríamos a ter o Marechal pro-
clamador da República. Dava-se êsse soneto como de autoria da pró-
pria senhora alagoana, que o teria composto ao partir para a guerra
o seu sétimo filho, alferes Afonso Aurélio. Isso até que Magalhães
Júnior provasse, como provou (“Ao redor de Machado de Assis”, p. 87-
88), com decisivos elementos de crítica literária, que o soneto era de
Machado de Assis. D. Rosa da Fonseca apenas motivara o autor, tão-
sòmente sua espartana fibra lhe inspirara nova página de exaltação
à mulher brasileira.

E aqui vai reproduzido o soneto famoso:

*Cala-te, amor de mãe! quando o inimigo
Pisa da nossa terra o chão sagrado
Amor da pátria, vivido, elevado,
Só tu na solidão serás comigo!*

O dever é maior do que o perigo:
Pede-te a pátria, cidadão honrado;
Vai, meu filho, e nas lides do soldado
Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minh'alma
Vai tôda aí, convosco repartida,
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma.

Oh! não te assuste o horror da márcia lida;
Colhe no vasto campo a melhor palma:
Ou morte honrada ou gloriosa vida.

Nem seria essa a única manifestação poética de Machado de Assis inspirada na guerra que lavrava no Sul. "O acordar do Império", é outra poesia desse gênero, devida a Machado de Assis, agora autor ostensivo. Trata-se de um poema épico, aberto nesse tom:

"De pé — Quando o inimigo o solo invade
Ergue-se o povo inteiro; e a espada em punho
É como um raio vingador dos livres!"

Adiante, em diferentes passagens, dizia assim:

"É preciso vencer! Manda a justiça,
Manda a honra lavar com sangue as culpas
De um punhado de escravos. Ai daquele
Que a face maculou da terra livre!
Cada palmo do chão vomita um homem!
E do Norte, e do Sul, como êsses rios
Que vão, sulcando a terra, encher os mares
A falange comum os bravos correm!"

"E vão todos, não pérfidos soldados
Como êsses que a traição lancou nos campos;
Vão como homens. A flama que os alenta
É o ideal esplêndido da pátria.
Não os move um senhor; a veneranda
Imagem do dever é que os domina,
Esta bandeira é símbolo; não cobre,
Como a dêles, um túmulo de vivos.
Hão de vencer! Atônito, confuso,
O covarde inimigo há de abater-se;
E da opressa Assunção transpondo os muros
Terá por prêmio a sorte dos vencidos."

*"Basta isso? Ainda não. Se o império é fogo,
Também é luz: abrasa, mas aclara.
Onde levar a flama da justiça,
Deixa um raio de nova liberdade.
Não lhe basta escrever uma vitória,
Lá onde a tirania oprime um povo;
Outra, tão grande, lhe desperta os brios;
Vença uma vez no campo, outra nas almas;
Quebre as duras algemas que roxeiam
Pulsos de escravos. Faça-os homens."*

*"O povo um dia cobrirá de flôres,
A imagem do Brasil. A liberdade
Unirá como um elo êstes dois povos.
A mão, que a audácia castigou de ingratos,
Apertará sômente a mão de amigos.
E a túnica farpada do tirano,
Que inda os quebrados ânimos assusta,
Será, aos olhos da nação remida
A severa lição de extintos tempos!"*

Dêsse poema sabe-se que devia ser um dos números do espetáculo especial programado pela Companhia de Furtado Coelho, para o dia 5 de maio de 1865, no Teatro Ginásio, em benefício da "Sociedade União e Perseverança". Como o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina não pudessem comparecer, nesse dia, o espetáculo foi transferido para o dia 8 de maio, quando de fato se realizou. Quanto ao poema, tornou-se também conhecido através de publicação feita, logo a seguir, no "Diário do Rio de Janeiro", quando teve o título modificado para "A cólera do Império".

Tão pouco estancaria aí a musa patriótica de Machado de Assis. Já depois de terminada a guerra, um dia, diante do Brigadeiro Pinheiro Guimarães, médico e dramaturgo que se fizera soldado e voltava da guerra com o peito coberto de condecorações, por atos de bravura, Machado de Assis se restabeleceu no fervoroso versejador de "A cólera do Império". E, desta feita foi mais além, porque êle próprio disse seus versos na cena aberta de um teatro, em que se representava a "História de uma moça rica", em homenagem ao autor, que era Pinheiro Guimarães mesmo. São versos de circunstância, nada imortais, todavia muito expressivos da exaltação patriótica dessa reunião que devia ser igual a tantas outras daqueles dias vitoriosos. E os versos? Convém recordá-los, alguns, que não haverá nada mais sugestivo quanto ao colorido e à vibração do que foi o espetáculo:

*"Ouviste o márcio estrépito
E a mão lançando à espada
Fôste, soldado indômito,
Vingar a pátria amada
Do universo delírio
Aceso o coração."*

*"Fôste, e na luta férvida
(Glória e terror das almas)
Das quais loureiros vividos
Colheste eternas palmas.
Diga-o ao mundo e à história
A boca da nação!"*

*"Chamam-te as musas, chama-te
A imensa voz do povo
Que, em aplauso unânime,
Te guarda um prêmio novo.
Vem lutador do espírito,
Colhe os lauréis da paz!"*

Mas retrocedamos, por um instante ainda, ao tempo da guerra, para fixarmos imagens dos seus últimos arrancos como se refletiam na crônica de Machado de Assis. Estávamos em janeiro de 1869. Desde o dia 5 Caxias entrara em Assunção. De 24 é uma crônica em que Machado de Assis comenta notícia de que Lopez fizera seu testamento. O comentário é alegre, espelha o espírito desafogado diante da guerra já resolvida, a paz à vista. E que primor de mordacidade, aquela mesma com que fôra alvejado outro inimigo do Brasil, o Ministro inglês William Christie! Dizia assim a crônica:

"O Sr. Francisco Solano Lopez está definitivamente demitido do emprêgo que exercia no Paraguai, e se não fôsse o zelo com que preparou as coisas, é provável que a esta hora viesse pedir um emprêgo em qualquer parte do Brasil.

"Tendo o carrasco de S. Paulo recusado há cêrca de 6 anos fazer uma execução (eloqüentíssimo protesto contra sua pena de morte) bem podíamos dar-lhe êsse emprêgo com um bom ordenado a fim de que êle pudesse sustentar a numerosa família. Carrasco no Brasil é hoje uma das melhores sinecuras, e se ninguém pede êsse cargo é por motivos que fâcilmente se compreendem".

Dêsse modo o que quer é indicar que o Ditador paraguaio está definitivamente perdido. Ao lado disso, em todo caso, registra a controvérsia em tôrno da sua personalidade quando observa que, de boa fé, algumas pessoas "admiram o ex-feitor do Paraguai como um grande homem", a tal ponto que, "como é difícil acreditar na grandeza de um homem que manda matar os sujeitos mais ricos para lhes empolgar a fortuna, duvidam da autenticidade dêsses fatos".

E como para deixar entrever quanto apaixonada se fazia essa controvérsia, mesmo entre brasileiros, acrescenta:

"Tenho um amigo, entre outros, que admira o Lopez. Devo dizer que não o admira em absoluto, mas admira-o, e discutimos sempre a respeito dêle, como dois amigos, sem nos zangarmos, mas também sem que eu consiga dissuadi-lo das suas opiniões".

Após a ocupação de Assunção, um dos primeiros cuidados das autoridades brasileiras foi promover eleições através das quais o povo paraguaio pudesse constituir o seu próprio governo, em bases democráticas. A luta eleitoral, que então se abriu, não faltaram veemências, até de natureza física, e a crônica de Machado de Assis transmitiu isso sob comentário irônico:

“Ó prodígio! ó mistério da urna! ó liberdade de voto!

“Até aqui era o povo paraguaio um povo de carneiros que, à imitação dos de Panúrgio, seguiam cegamente o carneiro condutor.

“Os jesuítas, o ditador Francia, os dois Lopes tinham consumado essa obra.

“O povo paraguaio era um relógio perfeito; dava-se-lhe corda e andava sem discrepar um minuto.

“Mas por que se quebram cabeças no Paraguai?

“Quebram-se as cabeças porque há vários candidatos ao governo.

“Candidatos no Paraguai! Acreditá-lo-eis, — pósteros?”

Dêsse registro sarcástico, passa a crônica, nas linhas finais, ao plano do comentário político, numa advertência realista:

“Não estou habilitado para aconselhar ninguém e muito menos aos governos aliados contra o ditador Lopez. Entretanto, lembrarei a conveniência de impedir que os nossos aprendizes da liberdade não se tornem incômodos, como por longo tempo os condiscípulos do Rio da Prata. Se os paraguaios passam de pacíficos Sanchos-Panças a belicosos D. Quixotes, aí teremos tempo e dinheiro perdido em conter os nossos queridos alunos”.

E são assim os derradeiros registros de Machado de Assis em torno da Guerra do Paraguai, já decidida, perdurando, residual, apenas nas operações de limpeza, representadas pela fase de guerrilhas que se denominou Campanha das Cordilheiras. Todavia, algumas notas ainda repontam, aqui e ali, a qualquer pretexto.

As vêzes consistem, tão-somente, numa associação de mero saber literário, como nesta passagem de uma crônica de 1884:

“Senhores, eu conheci um homem que durante à guerra de 1870, não era francês nem alemão, mas aritmético. A volúpia com que êle falava das centenas de milhares de soldados era única; parecia que êle os comandava todos de um e de outro lado, que compusera os dois exércitos, que eram seus, sangue do seu sangue, carne da sua carne. A batalha de 24 de maio, na Guerra do Paraguai, mostrou-me igual fenômeno; um sujeito, aliás bom patriota, tão fascinado ficou pelo número dos combatentes, que não atendia ao fulgor da batalha, e dizia que era a primeira da América do Sul, não pelos prodígios de valor, mas pela quantidade de homens”.

Outras vezes é uma referência de simpatia, como aquela que faz a Tamandaré (crônica de 15 de dezembro de 1895), ao tornar-se êste octogenário, mencionando que descansa "das suas grandes fadigas militares".

Também às figuras militares mais distantes e menos nossas se põe atento. De fato, atento estêve Machado de Assis quanto ao general Mitre, cujo confessado aprêço às musas assinalou e louvou, a propósito da resposta do general argentino ao senador e poeta José Marmol, quando êste se lhe dirigiu enaltecendo o nível literário da contenda em que o militar se vinha empenhando com o jornalista S. C. Gomes.

Escrevera Marmol a Mitre:

"Se sacrificio dêste modo a parte histórica das duas cartas, perdoe-se ao poeta que dá com orgulho o abraço de congratulação a seus irmãos".

E o general lhe respondeu:

"Como homem teórico gostaria muito de ser poeta, para poder voar além das fronteiras do mundo material, que é o mundo dos asnos, dos homens práticos e até científicos. Assim é que, como soldado das musas, defendi os direitos da poesia e seus direitos de cidade no domínio das idéias".

A isso observa Machado de Assis (crônica de 21 de agosto de 1870):

"Dois homens de Estado, dois soldados políticos, em plena imprensa, confessando-se audazmente sectários das musas, isto é, quando bastava, cá no nosso Brasil, para que os homens de Estado fôssem riscados do número dos homens sérios pelos ditos asnos de que fala Mitre.

"Ainda estou por saber a razão do mêdo com que muitos homens políticos escondem os seus préstimos literários. Se dois homens nossos escrevessem o que escreveram, Mitre e Marmol, ficavam certame em maus lençóis; mas se todos o escrevessem, não tinham os asnos outro remédio senão engolir a pílula de cara alegre".

O rebate onde se denuncia, porém, mais expressivamente a vivência da Guerra do Paraguai na alma da gente carioca contém-se numa página machadiana, de 11 de novembro de 1894, inspirada pela visita de comissão uruguaia, incumbida de trazer-nos medalhas comemorativas da campanha.

"Campanha do Paraguai? Onde fica o Paraguai?" — interroga Machado de Assis, para dar idéia do adormecimento em que já haviam caídos os fatos agora súbitamente propostos à memória do povo. E observa, fazendo então valer as suas vivências pessoais, de quem atra-

vessou, testemunhando e sofrendo, aquêles numerosos tempos de aflição e glória:

“Os que já forem entrados na história e na geografia, poderão descrever essa guerra, quase tão bem como a de Jugurta. Faltar-lhes-á, porém, a sensação do tempo.

“Oh! a sensação do tempo! A visita dos soldados que entravam e saíam, de semana em semana, de mês em mês, a ânsia das notícias, a leitura dos feitos heróicos, trazidos de repente por um paquete ou um transporte de guerra... Não tínhamos ainda este cabo telegráfico, instrumento destinado a amesquinhar tudo, a dividir as novidades em talhadas finas, poucas e breves. Naquele tempo as batalhas vinham por inteiro, com as bandeiras tomadas, os mortos e feridos, número de prisioneiros, nomes dos heróis do dia, as próprias partes oficiais. Uma vida intensa de cinco anos. Já lá vai um quarto de século”.

E dentro desse mesmo espírito, a propósito da inauguração da estátua de Osório, conclui: “Os que ainda mamavam quando Osório ganhava a grande batalha, podem aplaudi-lo amanhã revivido no bronze, mas não terão o sentimento exato daqueles dias...”

Volta a Osório e à estátua em crônica seguinte (18 Nov 1894), dando Bernardelli como “glorificado pela grandeza e perfeição com que perpetuou a figura do herói”, e diz ainda: “Fique a estátua com os seus dois colaboradores, o escultor e o soldado; eu contento-me em contemplá-la e passar, e lembrar-me das gerações futuras que a hão de contemplar como eu”.

Também acontecia que sem motivação específica Machado de Assis se pusesse a recordar a Guerra do Paraguai. E quanto mais gratuito, mais comovido esse rememorar. São páginas como a de uma crônica de março de 1894, quando 24 anos já se amontoavam sobre a derradeira cena da guerra, o fim de Lopez, em Cerro-Corá. Assim escrevia o cronista, dando-se conta, entre espantos, dos anos, tantos, que já se haviam escoado:

“Deus meu! Há pessoas que nasceram depois da guerra do Paraguai! Há rapazes que fazem a barba, que namoram, que se casam, que têm filhos, e, não obstante, nasceram depois de batalha de Aquidabã. Mas então que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de Lopez, andam muito mais depressa”.

Dá que pensar o fato de Machado de Assis, assim tão assíduo e fervoroso, tanto no registro como na apreciação da Questão Christie e da Guerra do Paraguai, não se haver interessado pela Guerra da Cisplatina nem pela Campanha Contra Oribe e Rosas (1851-1852). Pare-

ce total a sua abstenção quanto a essas duas lutas externas em que nos empenhamos. Com respeito à primeira, que se situa entre 1825 e 1828, quando ainda não era nascido (1839), só poderia demonstrar interesse histórico. Além disso, foi uma campanha para a qual os brasileiros não se sentiam motivados, herança que fôra, nas suas raízes, da política de D. João VI no Prata, em boa parte condicionada pelas intrigas e ambições de Carlota Joaquina. Dessas condições negativas e da inépcia com que foi conduzida no plano militar, resultou desastrosa, embora politicamente acabasse vantajosa para o Império, uma vez que consagrou a independência do Uruguai, com o comprometimento de Buenos Aires. Por tudo isso, não seria a Campanha da Cisplatina matéria para ser manipulada com gosto na ficção, porém mais propriamente para ser investigada e debatida pelos historiógrafos. Machado de Assis a ignorou, mas ignorou também a luta de 1851-1852, que terminaria em Monte Caseros com a derrota e fuga de Rosas. Ora, esta campanha já teve outras características: era justa e o êxito das nossas armas, além de amplo foi fulminante. Entretanto, não passou de uma luta localizada, na qual só se empenharam praticamente combatentes da Província do Rio Grande, aqueles mesmos lançados às escaramuças ao longo da fronteira gaúcha, a cada uma das renovadas ameaças dos caudilhos agressivos. O êxito certamente repercutiu no Império, mas a campanha não, porque não o sangrou, não lhe ocupou senão energias parciais, não lhe comprometeu a existência, não lhe doeu no corpo todo, doeu apenas num membro, calejado já. Diferente a Guerra do Paraguai, drama nacional, aflição em todos os lares, luto por toda a parte, esforços exaustivos, valores em confronto, destino em jogo.

Quando, portanto, Machado de Assis passa ao largo da campanha contra Oribe e Rosas, ao passo que não se farta de mencionar, discutir, sofrer e glorificar a Guerra do Paraguai, está apenas refletindo o sentimento do seu povo, que assim também se portou em relação às duas campanhas. E essa verdade parece definitivamente comprovada diante daquelas notas evocativas da guerra contra Lopez que ainda repontam na crônica de Machado de Assis, aqui e ali, a qualquer pretexto, a guerra já era apenas memória. Tenho-as como rebates do mesmo tipo dos rebates que os da minha geração ainda conheceram nas orgulhosas narrativas dos nossos avós ou na presença, nas ruas, de remanescentes veteranos, olhados com curiosa veneração. Ainda estou a ver, por exemplo, na minha Província, o major João Varela, impressionante figura física, de elevado porte desempenado, alvas barbas descendo sobre o peito largo, olhar altaneiro, passo lento e firme, pleno de dignidade heróica. Como gostava de vê-lo passar, principalmente quando se apresentava fardado para as homenagens dos dias de festa cívica! Nêle, assim tão vistoso e grave, se materializava para mim, de súbito, toda a Guerra do Paraguai, sofrida e bela, como a compunha na minha fantasia, partindo dos serões familiares.

Também rebate da jornada histórica na alma brasileira seriam obscuras homenagens de patriotas obscuros, como aquela de meu pai que batizou o filho, nascido em 24 de maio, com o nome de Joaquim Tuiuti.

Pois bem, na obra de Machado de Assis, como na alma do seu povo, repercutem, anos afora e comovidamente, os fatos da Guerra do Paraguai, seus homens, seus sacrifícios, seus feitos. E não fôsem eles imortais em si mesmos, homens e feitos imortais ter-se-iam tornando quando a palavra de Machado de Assis os celebrou, em prosa e verso.



ANIVERSÁRIO DA REVISTA

Por motivo da passagem de 52º aniversário de A DEFESA NACIONAL, ocorrido a 10 de outubro de 1965, recebemos os honrosos radiogramas abaixo transcritos, que, desvanecidos, agradecemos :

"Diretor Defesa Nacional — Ed Ministério Guerra — Rio — GB

S/N — RP de 12-Out-65.

Recebam componentes valorosa equipe dessa Revista vg nossos calorosos cumprimentos transcurso seu aniversário de fundação pt Cordiais saudações pt Gen Arthur da Costa e Silva — Ministro Guerra".

"Gen Altair Franco Ferreira — M.D. Diretor RV A Defesa Nacional — Palácio da Guerra — Rio Nº 227 de 7-10-65.

Ensejo transcurso aniversário prestigiosa organização de cultura militar felicito prezado amigo e digno diretor vg e seus competentes auxiliares motivo grata efeméride pt Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes".

A MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Mr. MICHEL LAMBARÈS (Revue de Défense Nationale
— Agosto-Setembro de 1964)

Trad. do Mar ARMANDO P. VASCONCELOS

1ª PARTE

A — PODER-SE-Á MOBILIZAR A INDÚSTRIA ?

As instruções para regular a organização da defesa francesa determinam que “a Defesa Nacional não pode mais esperar por uma reconversão eficaz das possibilidades gerais da nação através de uma mobilização progressiva”. No que concerne à indústria, cuja mobilização não pode ser progressiva (de longa duração), esta frase significaria, ao pé da letra, que seria inútil encarar tal operação e, conseqüentemente, prepará-la.

Certamente, ninguém ainda ousou invocar abertamente uma “diretiva” como essa; mas o fato de existir bastaria para justificar a recusa a certos esforços solicitados, de tal forma que ela pode, mais hoje mais amanhã, constituir-se numa fonte de dificuldades, com conseqüências graves. Não é possível que sobre tal assunto permaneça semelhante ambigüidade. O risco é muito grande para se esperar que, em certo dia, se venha aperceber do erro em que se incidiu, porque, então, mais uma vez, será demasiado tarde.

* * *

Devemos, incontestavelmente, aos militares a noção, a adjetivação e a primeira tentativa de “MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL”. Pela sua formação (que os leva a encarar a guerra apenas sob seus aspectos militares), o ponto de vista em que se colocam (puramente militar) em decorrência, a expressão utilizada (inspirada na mobilização dos exércitos) e idéia (falsa) que, por analogia, se era levado a admitir para a natureza destas operações, conduziram-lhes a imprimir um caráter tal que, para a execução do programa de rearmamento, resultaram retardos que, por sem dúvida, vieram a constituir numa das causas do desastre de 1940.

A partir da primavera de 1948, os Estados-Maiores franceses voltaram a preocupar-se com os problemas econômicos da preparação da guerra e estabeleceram um projeto de lei sobre a economia de guerra. Consultado a respeito desse projeto, o Ministério da Indústria formulou

uma veemente opposição que pode ser resumida da seguinte maneira: — tudo isto estava muito bem para atender a última guerra. Não sabemos ao certo como será a próxima; no entanto, sabemos muito bem que, se formos esperar que o conflito comece para, então, mobilizar nossas industrias, será demasiadamente tarde para tomarmos as providências que se fazem necessárias (1).

Para preparar-se uma guerra — evitando-a, si possível, ou, pelo menos, procurando fazê-la em condições admissíveis — não deve ser a economia de guerra que se deve preparar, mas uma **economia para enfrentar a crise**, isto é, a **economia da crise**. No que concerne à indústria, o Ministério da Indústria seria naturalmente o mais indicado para incumbir-se dessa tarefa, ao contrário do Ministério das Forças Armadas.

Os problemas, formulados desta forma, conduziriam o Chefe do Estado-Maior Geral do Exército a organizar e presidir uma série de reuniões, no curso das quais solicitou ao representante do Ministro da Indústria para realizar uma conferência sobre os problemas da mobilização industrial, a ser assistida pelo Estado-Maior do Exército e os Serviços do Secretariado do Estado na Guerra, a qual teria por fim motivar a evolução nos espiritos. Para dar uma idéa sobre a predisposição dos espiritos, basta dizer que os serviços mais diretamente interessados no assunto não compareceram à conferência.

A lógica e o espirito da lei de 11/VII/1938, sobre a Organização da Nação para o tempo de guerra (que pretendeu atribuir a cada ministro a responsabilidade pela defesa em seu domínio), (2) a experiência de duas guerras mundiais e as ofertas feitas pelo Ministro encarregado da indústria, teriam levado as autoridades a confiar neste último cargo para satisfazer os suprimentos, para os exércitos bem como para o restante do país, de todos os produtos industriais que se fizerem necessários. Admite-se, ao mesmo passo, que o ministro da indústria tenha sido também incumbido da tutela dos tradicionais serviços industriais militares. Era sábia a medida, tanto mais quanto as necessidades materiais militares agora ultrapassam o âmbito desses serviços, segundo revelam as experiências de 1914 e 1939, em que as tarefas da produção, em período de crise, ficam muito afastadas das preocupações essenciais dos ministros militares (3).

Na primavera de 1950, Mr. René Pleven, ministro encarregado da Defesa Nacional, compreendeu que era preciso passar por cima das resistências que viesse a defrontar e deu, em princípio, o seu assentimento à medida. Num 1º tempo, considerava que as atividades do Serviço de Pólvoras, muito em particular, não poderiam desenvolver-se em boas

(1) Carta de 28 de maio de 1948, assinada por Mr. Robert Lacoste.

(2) Mas chegou muito tarde para ser posta em execução antes do conflito.

(3) Acrescentava-se o interesse de não deixar fora da indústria geral certas industrias particulares que, a qualquer momento, poderiam ter dificuldades de viver: arsenais, manufaturas de armas, estaleiros, construções aeronáutica, etc...

condições sem se enquadrar num quadro mais amplo, como o das indústrias químicas, motivo por que solicitou ao Ministro da Indústria a elaboração de um projeto de Decreto, subordinando êsse Serviço à Direção das Indústrias Químicas. Sem embargo, antes mesmo que o Decreto fôsse redigido, o Governo mudava de idéia e o Ministro da Defesa Nacional repeliu a nova orientação política. A ocasião foi, assim, perdida.

Passados 4 anos, Mr. Pleven tendo retornado ao cargo de Ministro da Defesa Nacional compenetrara-se de que não devia ter mais a responsabilidade de conservar aquela tradição e, mediante o Decreto de 10/III/1954, determinou que a mobilização da indústria passasse ao encargo do Ministro da Indústria. A despeito disso, as resistências persistiram e o princípio oficialmente admitido não passava do papel: — o Ministro da Defesa Nacional conservava sob suas ordens os serviços industriais, bem como todo o pessoal que se ocupava com a mobilização industrial ao mesmo tempo que o Ministro da Indústria para atender ao novo encargo dispunha de um órgão de direção (o Comissariado-Geral para a mobilização industrial). Mas esse órgão deveria ser constituído — “sem a criação de empregos”, utilizando funcionários civis e militares, de que carece para a execução do serviço, os quais passariam à disposição do Ministro da Indústria.

Dez anos depois, a situação não se tinha ainda alterado.

Os trabalhos do Comissariado-Geral, na mobilização industrial, dificilmente desembocariam de suas bases (lei de 11/VII/1938), sobre as quais não se sabia até que ponto estavam proscritas. A Ordenança de 7/1/1959, fornecendo novas bases para a defesa, interrompeu aqueles trabalhos. Mas as novas bases, quaisquer que fossem, tinham, pelo menos, a vantagem de poder ser consideradas como a vontade do Governo. Desde logo, o Ministério da Indústria retomou suas sugestões apresentadas em 1948, a fim de harmonizá-las com esta Ordenança.

Todavia, teve que aguardar ainda mais 4 anos para conseguir a transformação do Estado-Maior em Secretariado-Geral da Defesa Nacional, afim de receber as Instruções para sua aplicação, as quais, em conjunto, aprovaram suas proposições.

Sobre essas bases é que se organiza presentemente a operação, chamada “mobilização industrial”, a respeito da qual se poderia perguntar, consoante o que foi dito acima: será que todo mundo acredita na utilidade de prepará-la?

Antes de discutir a resposta, seria necessário compreender bem o sentido dessa expressão, porque a natureza da “mobilização da indústria, com ou sem a palavra qualificativa, tem um sentido evoluído no curso da história.

B — AS LIÇÕES DA HISTÓRIA

O fim de uma mobilização é permitir que a defesa atinja o máximo de poder no momento desejado. O momento favorável para empreender

esta operação depende evidentemente de sua duração. Isto é tanto mais verdadeiro, em particular, no que se relaciona com as medidas destinadas a fornecer aos combatentes os meios materiais de luta de que necessitam.

* * *

Houve tempo em que o combate entre homens não se distinguia da luta entre animais ferozes. Cada qual dispunha, em permanência dos seus meios de defesa: à mão portava uma arma e em sua caserna tinha abrigo para se barricar.

Dáí, não haver necessidade de encarar uma operação do porte da mobilização industrial, para dotá-los com meios reclamados pela luta. Mais tarde, surgiram as armas brancas, as armaduras e, em seguida, as armas de fogo, as quais necessitam de uma fabricação demorada de acordo com os meios disponíveis na época, para poder multiplicá-las nas quantidades desejadas na hora do perigo, hora essa que geralmente se apresenta de imediato. No caso, iniciava-se a luta com as armas disponíveis, naturalmente em número muito menor do que o dos homens válidos a empenhar nela. Mesmo assim, não havia nunca uma operação comparável à da mobilização industrial.

O problema mudou completamente, quando a Revolução Francesa necessitou de meios para dilatar “as fronteiras da liberdade”, objetivo sem limites que reclamava recursos consideráveis em meios de luta. Na Convenção, certos deputados, dispostos a lançar na balança o peso do país mais populoso da Europa, supunham poder resolver o problema pelo “levantamento em massa” da nação.

Danton, mais inteligente, respondeu-lhes: “Para marchar é preciso armas e pão. Ora, tendes bastantes armas e pão para fazer todos os franceses marcharem? Sabia ele que os arsenais estavam vazios, que as manufaturas de armas estavam arruinadas (como ocorria, aliás, com toda a indústria, até pouco tempo florescente na monarquia) e que as matérias-primas faltavam, notadamente o aço que, em grande parte, vinha da Inglaterra e da Alemanha; o cobre era adquirido em sua totalidade no estrangeiro; o salitre era importado das Índias, e assim por diante.

Em vista disto, BARRÈRE, em nome do Comité da Saúde Pública, formulou os princípios básicos da organização da Nação para uma guerra total: “Todos serão requisitados, mas nem todos marcharão. “ Uns fabricarão armas, outros as utilizarão”.

Esta declaração fundamentou um Decreto famoso: “Os jovens irão ao combate, os casados forjarão as armas, etc. ... As praças públicas serão transformadas em oficinas de armas, os pisos dos porões serão lavados para extrair-se o salitre, etc. ...”

Em síntese, diante das necessidades da guerra, improvisava-se uma mobilização industrial. Em virtude de terem, de início, surgido esses problemas para a fabricação de armamentos, coube a um oficial técnico, Mr. CARNOT, o encargo de ocupar-se com eles. Pouco tempo depois, teve ele que abandonar os problemas de fabricação para consagrar suas

atividades às questões militares, transferindo seus encargos ao novo ministério, cuja direção foi entregue a um engenheiro de minas, Mr. HASSENFRATZ.

Esse ministério lançou-se inicialmente a obtenção de salitres, às manufaturas de armas e a fundição de canhões. Mas, desde logo, apercebeu-se de que não se pode fazer armas sem dispor de metal. Desenvolveu-se, então, e aperfeiçoou-se a seguir a produção do aço. Ao ensejo, passou a faltar carvão. De imediato, requisitaram-se as minas existentes, os transportes necessários, as forjas; obrigaram-se a entregar à distribuição matérias-primas e mão-de-obra. A economia passou a ser desde logo, totalmente dirigida (e, de resto, ferozmente). Ao mesmo tempo foi despendido um esforço colossal em favor da pesquisa técnica e na formação de técnicos de alto valor profissional, o que contribuiu decisivamente para o renascimento de nossa indústria.

Mas essa organização de defesa nacional, imposta pela guerra não resistiu, apesar da calma provisoriamente proporcionada, aos particularismos e a reação política que se seguiu ao dia 9 "termidor". Certo deputado propôs com sabedoria, na ocasião, que se mantivesse um Ministério que, ao menos, teria conservado os quadros daquela organização. Não conseguiu ser ouvido. Houve desmembramento: as manufaturas de armas e a fundição de canhões ficaram divididos entre o Ministério da Guerra e da Marinha; as minas retornaram ao Ministério do Interior; as pólvoras e os salitres voltaram às Finanças. O restante desapareceu (4).

Ao atingir 1870, a França, com os desastres de SEDAN e METZ, viu-se a braços com a penúria de meios de combate tão angustiante quanto a de 1793, e reafirmou o seu espírito com a determinação de bater-se "assim mesmo". Uma vez mais, foi feito apelo a um engenheiro de minas, Mr. FREYCINET o qual, tanto nas compras no estrangeiro como com a produção nacional, parcialmente improvisada, obteve resultados espetaculares; porém esses frutos chagavam muito tarde.

É com esse lamentável "muito tarde" que vamos deparar, novamente em 1914.

Por certo, pelo menos dois oficiais haviam pensado nos serviços que poderiam prestar em uma mobilização econômica do país (5) e, consequentemente, na maneira de prepará-la. Como sói acontecer, não foram ouvidos.

Quando a guerra deflagrou, tudo estava previsto para que nossas armas sássem, essencialmente, dos estoques preparados, estoques impor-

(4) Nem tudo entretanto: da organização que permita difundir pelo ensino as técnicas novas, conservou traços que vieram contribuir para uma notável renovação da indústria francesa, graças à qual a Artilharia, durante mais de 1 século, fabricou os materiais do exército francês e que dinamizaram, pela voz de seus canhões, os campos de batalha até 1918. Esse traço foi proporcionado pela Escola Politécnica.

(5) Gen LANGLOIS — "A guerra no Século XX" e o General (então Cap) SRRIGNY: "As consequências econômicas da próxima guerra" e "A guerra e o movimento econômico".

tantes, porquanto teriam que alimentar totalmente as custosas batalhas das fronteiras e do Marne. Apenas alguns estabelecimentos do Estado podiam recorrer a uma quota dêsses estoques (aliás modesta). Eles conseguiram multiplicar sua pequena produção do tempo de paz, segundo as provisões do Plano de Mobilização, mas, durante êste tempo, o resto d indústria francesa adormecia devido a chamada às fileiras dos exércitos dos quadros e operários das usinas existentes.

Não obstante, desde meados de setembro, o General Comandante-Chefe vinha pedindo que a produção de projéteis, em particular, fôsse, no mínimo, triplicada com a mais alta prioridade e isto se dava no momento em que a invasão privava a nossa adormecida indústria de nossas jazidas de carvão mais produtivas e de 2/3 de nosso potencial siderúrgico. Felizmente, nesse plano, o inimigo não estava mais bem preparado do que nós. Tal como ocorreu em 1793, e pelas mesmas razões, criou-se um ministério novo que passou a absorver os serviços industriais do Ministério da Guerra e que, de início, ficou encarregado das munições; depois encarregou-se de todo o armamento; a seguir, das "fabricações de guerra", do comércio exterior, da distribuição das matérias-primas e, finalmente, de tôdas as indústrias, nelas incluídas as minas.

O Plano de Mobilização tinha feito desencadear as fabricações militares com um efetivo de 50.000 operários. Três anos após, as fabricações de guerra utilizavam, cada vez mais, o pessoal civil (agora, compreendendo numerosas mulheres), 500.000 militares, retirados, pouco a pouco, das fileiras dos exércitos.

A produção diária de projéteis de artilharia, prevista no calendário de mobilização, era de 100 Ton. Em três anos atingiu a perto de 3.000 Ton.

A produção de ácido sulfúrico, característica das atividades das indústrias químicas, era de 500 Ton, por mês, passando a 26.000 Ton. Desta forma podia-se dizer que a indústria francesa estava mobilizada. Enquanto essa organização era montada e se punha em marcha o seu funcionamento, as operações militares patinavam numa longa manifestação de impotência que se chamou de guerra de trincheiras e que o Marechal Foch assim descrevia: "Os alemães nada podiam contra nós. Nada também podíamos nós fazer contra eles. Por que nada podíamos fazer? Porque os materiais nos faltaram. Fazia-se, então, urgente, proporcioná-los, o que, aliás, não se poderia fazer em um dia nem em um mês (6)".

Não! Para tanto foram precisos mais de 3 anos.

Ao término de 3 anos, enquanto o Estado continuava a consagrar, para satisfazer certas necessidades, dezenas de usinas ditas militares, a indústria privada havia adaptado alguns milhares das suas. Nesta ocasião fornecemos canhões ao exército americano.

Esse magnífico esforço permitiu aos nossos exércitos obter a vitória; mas sabe-se bem quanto nos custou em vidas humanas, êsse período

(6) RAYMOND RECOULY: "as memórias de FOCH".

de 3 anos que foi necessário esperar para pôr a produção industrial no nível de satisfazer as necessidades da guerra.

Restabelecida a calma, quando nossa indústria se readaptou às necessidades do tempo de paz, os poderes públicos julgaram inútil conservar, mesmo em germe, a organização que permitiu conquistar a vitória.

Ela deslocou-se, tal como ocorreu com o Comité de Saúde Pública. É verdade que, desta vez, acreditava-se que jamais haveria nova guerra.

Sem embargo, um oficial técnico, o Coronel DE LA VALLEE, em 1920 manifestava em relatório sobre essa gigantesca experiência, para a qual êle havia contribuído de forma ativa, que, de agora por diante, não se tratava mais de preparar os arsenais militares, mas a "mobilização de tôda as indústrias com vistas a fazê-las trabalhar em prol dos melhores interesses do país". Ele solicitava que esta tarefa que ultrapassava a das fabricações militares, fôsse confiada não mais ao Ministério do Armamento, mas a um serviço mais geral... dispondo de tôdas as usinas do território nacional. "— Um Ministério da INDÚSTRIA". Não foi ouvido a sua sugestão e alguns anos mais tarde, em meio a debates em torno da lei sobre a Organização da Nação para a guerra (7), o relator da Comissão do Exército da Câmara dos Deputados pôde protestar, ainda, contra a "manutenção, na França, de uma organização arcaica, tão manifestamente oposta a que a experiência da última guerra tinha permitido pôr em evidência" (8). Recordando que a guerra de 1914-18 havia obrigado o ministro da guerra a separar-se de seus órgãos industriais, pedia-se, em nome da **defesa nacional**, que fôsse constituído imediatamente um ministério encarregado de tôdas as questões industriais, militares e civis, tanto na paz como na guerra. Esse novo apêlo não teve também eco, ou melhor, só foi levado em consideração quando a guerra deflagrava e, portanto, **muito tarde, outra vez**.

* * *

Seria doloroso, nestas condições, expor em permenores, o que foi a tentativa de mobilização industrial de 1939.

Desde 1936, não obstante, o Estado-Maior do Exército havia apresentado um programa de rearmamento que poderia ter servido de motivação para que essa mobilização fôsse preparada como devia, mas logo se constatou que os retardos na execução dêsses programas deviam-se a causas diversas e os industriais que trabalhavam para as Forças Armadas queixavam-se de não serem atendidos nos suprimentos de produtos intermediários ou de sua própria fabricação. Nesta concorrência desordenada entre tôdas as necessidades do país, havia sempre um elemento que freava ou detinha as produções de interesse capital para a preparação da guerra, a tal ponto que os serviços militares não chegavam a consumir os créditos que lhes eram concedidos para aquisições no mercado de armamentos.

(7) Que foi a lei de 11 de julho de 1938.

(8) Mr. RENÉ RICHARD: projeto de lei n. 3.763.

Foi preciso que se fizesse a declaração de guerra para que se impusesse a necessidade de constituir, uma vez mais, a toda pressa, um Ministério que se incumbisse das fabricações exigidas pelo país em guerra, um Ministério ao qual, os ministérios militares teriam que, novamente, transferir seus órgãos industriais, recolher-se-iam os pertencentes a outros, improvisar-se-iam outras mais. A indústria geral estava, nesse cruciante momento, paralisada devido as chamadas inconsideradas às fileiras (9), determinadas por uma mobilização não preparada e, por tanto, incapaz de alimentar suficientemente as usinas de armamento com pessoal muitas vezes pletórico; um Ministério que, sob uma designação mais ou menos militar, fôsse, na realidade, um ministério da indústria que teria que improvisar todo um sistema de economia dirigida, lançar fabricações, construir usinas novas; um Ministério cujos esforços, sob a direção de um engenheiro particularmente enérgico, começava a produzir alguns resultados favoráveis, na primavera de 1940. Entretanto, já era muito tarde.

Este Ministério subsistiu depois do armistício. Organizado para enfrentar uma crise, permitiu suportar a ocupação inimiga.

Todavia, com a libertação da Pátria, os ministérios militares recuperaram seus serviços industriais tradicionais, isto é, os que forneciam aos exércitos o essencial de seus materiais... do século XIX. Desta forma, ficaram novamente cortados os dois serviços do Estado, incumbidos dos problemas industriais da defesa.

Entretanto, em 1954, o Ministério da Defesa Nacional fez transferir para o Ministério da Indústria o encargo de preparação da indústria para as necessidades da defesa, sem, no entanto, abrir mão de seus arsenais e fábricas de pólvoras, de construção aeronáutica, das concepções concernentes a "Mobilização industrial".

Em 1961, numa conferência realizada no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, o porta-voz do Ministério da Guerra recordava: "cada vez que a nação se encontrar em situações graves, a necessidade surge de se ter que procurar uma fórmula capaz de permitir que se disponha de uma única autoridade incumbida de estudar e fabricar armamentos, a qual será a única solução válida para produzir o máximo de eficácia.

Assim se passou em 1914-18, 1939-40, em 1948 e depois da libertação (10). Tudo isto estaria perfeito (11), se se substituísse a palavra "armamentos" por "produtos industriais necessários para a defesa da nação", porque, se certos destes produtos faltarem, os outros (se forem armamentos) ficariam arriscados de não ter qualquer outra serventia. Por outras palavras, a produção deve estar organizada. Foi, aliás, o que o

(9) No inverno de 1939-40 foi necessário fazer reapresentarem-se às usinas cerca de 500.000 operários incorporados nos exércitos. Como argumentar, por essa mobilização havia sido preparada pelo Ministério da Guerra?

(10) Rev Def Nat de Outubro de 1961.

(11) Seria, aliás, difícil sustentar que os estudos e fabricação de armamentos franceses, depois de 1940, tivessem, com o desenrolar da guerra, obtido eficiência sensível.

porta-voz do Ministério da Guerra admitiu (sem dizê-lo), porém, prevalecendo-se do ensejo, sugeriu que o problema deveria reverter a um representante do Ministério citado (12)", a fim de poder efetuar ou propor ao governo as arbitragens indispensáveis, particularmente nos 3 setores essenciais:

Matérias-primas;

Energias;

Importações.

Tal solução não pode nem mesmo ser encarada pelos responsáveis pelas indústrias e por sua mobilização, porque ela contraria a natureza das coisas. As Leis e os Regulamentos com a devida propriedade dispõem:

"cada Ministro é o responsável pela preparação e participação de seu Departamento na defesa nacional (13)";

"um só Ministro é responsável pelas medidas a tomar para satisfazer, nas melhores condições, as necessidades dos ministérios utilizadores (14), em cada uma das grandes categorias de recursos essenciais à vida do país, tais como os materiais e produtos industriais, energias, etc....".

único Ministro responsável pelos recursos de energias, matérias-primas e produtos industriais é o Ministro da Indústria (15)".

"os Ministros asseguram a repartição dos recursos, de que são responsáveis, pelos seus usuários".

Aceitar discussão, diante disso, seria introduzir causas perturbadoras da boa compreensão do problema.

C — A LIÇÃO DA HISTÓRIA

A lição essencial da História, em matéria de mobilização industrial, tem-se tornado constante por sua insistência e mais variável por suas conseqüências, ela repousa na importância do fator "tempo".

Ainda não é prudente procurar tirar da história, a este respeito, ensinamentos caducos no seu valimento. Para alguns, embora o dilúvio possa destruir um país em alguns minutos, "não haverá tempo" (16) "não dispostemos de tempo" e "por termos assistido, concluímos pela inutilidade de qualquer preparação da mobilização industrial". Mas que diriam, si esta solução fácil, no momento crítico, deixasse perceber que esta preparação teria sido muito útil, e, portanto, mais uma vez seria adotada **muito tarde**?

(12) Provavelmente porque julgava a necessidade dos exércitos como a única a considerar.

(13) Dec de 18/VII/1962. A Orçenança limita-se a dizer, quanto à defesa que cada ministro é responsável pela preparação e execução das medidas que lhes competem.

(14) Ordenança de 1/I/1959.

(15) Dec de 29/VII/1962 — relativo à defesa no domínio econômico.

(16) Título de um livro americano de W. L. Borden.

Essas idéias seriam, talvez, justas se as armas novas apenas se apresentassem como complemento em um conflito do tipo antigo; mas a influência dessas armas deve ser muito mais profunda (17) e, a essa altura, cabe indagar em que medida devem levar à revisão dos conceitos sobre a mobilização industrial. Para livrar-se de idéias ultrapassadas, seria preciso retomar a questão pela base.

* * *

Um país que se "mobiliza" é um país que passa da posição de bem-estar para a de defesa e, se isso se passa é porque percebe que uma crise ameaça a segurança... ou começa a perturbá-la.

A mobilização deve poder estar pronta a desencadear-se de imediato no âmbito das Forças Armadas. Isto será possível se o pessoal tiver sido formado para as diversas funções e o material fabricado e pronto a ser utilizado.

Será ela muito rápida no setor de alimentação, porque não pode constituir problema ter que aumentar seriamente os recursos (18). Trata-se de colhêr, ou importar, estocar e racionar certos produtos.

Para a indústria, ao contrário, a operação é, inevitavelmente, muito longa: 1º porque supõe a conversão de usinas (tanto mais difícil quanto sejam especializadas), em seguida, e, sobretudo, porque é extremamente demorado esperar, entre todas as indústrias (que se comandam entre si) obter um novel equilíbrio correspondente a uma produção que, com recursos diminuídos, precisa atender a necessidades novas em natureza ou em quantidade. Em nada adiante querer apressar o ritmo; é necessário ter tudo pronto para poder partir no tempo desejado.

Depois da experiência de 1914-18, é sabido que a mobilização de uma indústria exige um prazo de 3 a 4 anos. Explica-se, nestas condições, que o Coronel De La Vallée tenha querido preparar a indústria do tempo de paz para adaptar-se rapidamente, no momento desejado, à produção do tempo de guerra. O exército compreendeu este interesse, mas os militares, para êsse efeito, não podiam deixar de estar tentados a inspirar-se na mobilização militar que, pela 1ª vez, em 1914, tinha conseguido magistralmente transformar, em poucas semanas, a população masculina francesa em um gigantesco exército.

Ora, a mobilização da indústria, isto é, sua passagem do regime de paz para realizar o esforço intensivo da defesa, não podia ser uma "mobilização" no sentido que os militares dão a esta palavra.

Não seria conveniente acreditar que uma operação dessa natureza possa ser desencadeada por meio de edital (cartas de chamada) e assim

(17) Vide Rev Def Nat Abril de 1963 — A defesa e o passado.

(18) As importações, em caso de crise, serão muito difíceis, sobretudo para os produtos mais interessantes: entre eles se encontram os corpos graxos, açúcar, etc.

conseguir multiplicar bruscamente a produção tal como o faria a mobilização militar, multiplicando o número de divisões.

Não seria preciso esperar para ver a produção industrial intensificar seu rendimento, no momento em que uma crise lhe privar de parte importante de seus meios, particularmente aqueles que lhes fôsem mais úteis, os quais, por esta razão, passarão a ser os mais disputados no mercado mundial. Isto, pois, será um fato corrente.

Em um livro sobre "os anos cruciais" que tinham arrastado a França ao desastre de 1940, o autor constata que a "demarrage" de nosso plano de rearmamento do ano de 1936, somente havia começado, em ritmo lento, em fins de 1937, para, segundo se dizia, desencadear-se vigorosamente em maio de 1940. Depois de ter procurado identificar os responsáveis ao invés de investigar se tais retardos não estavam na natureza mesma das coisas, o autor acrescentava: "Na 2ª quinzena de maio, quando todos os olhos se abriram (19) já era muito tarde. O rendimento dessa quinzena foi formidável e revelou o que se poderia fazer começando mais cedo ao revés de perseguir uma organização melhor, e, sobretudo, se houvesse mais ardor no trabalho".

O Chefe do Estado-Maior do Comandante-em-Chefe tinha indicado uma arma para promover a multiplicação da produção, o que, na realidade, não representou mais do que um amontoado prematuro de materiais em vias de recebimento.

Alguns anos mais tarde, alunos (civis e militares) de uma de nossas grandes Instituições, estudando os problemas da mobilização industrial, exprimiam seu desagrado ao constatar que, nas 2 últimas guerras a indústria somente havia "empreendido sua adaptação progressivamente para o regime de guerra". Julgavam eles necessário organizar "o desencadeando automático de uma verdadeira mobilização industrial". Sabiam perfeitamente que jamais se havia podido obter, em parte alguma, um tal sistema. Pois bem (concluíram eles) essa "é uma lacuna a preencher".

Foi, de resto, três ou quatro anos após a última guerra, que se adotou a solução preconizada oficialmente por uma alta personalidade visando fornecer o armamento do exército de terra e, por conseguinte, realizar a mobilização industrial. Para ela, a indústria de guerra não estaria apoiada em usinas subterrâneas, dispersas em um país deserto e sem retornar ao tempo normal. Passemos por sobre esse sonho que, agora, seria dissipado — as usinas ficariam dormindo sobre as areias do Saara e só teriam tentado "demarrar" em tempo de guerra, estando isoladas, sem água, nem energia, sem meios de transporte nem apoio de uma indústria geral. Fantasia. Seria extremamente grave deixar embalar-se na esperança de realizar uma tal mobilização industrial. A mobilização industrial é uma operação que só pode ser levada a termo de modo progressivo e lento; está na própria natureza da coisa. Certamente que, uma organização adequada, um plano de produção prees-

(19) Os dois outros, bem entendido.

tabelecido na medida do possível, a constituição de estoques de segurança correspondentes, estudos prévios concernentes a fabricação novas a realizar, etc., poderiam permitir acelerar a lenta "demarrage", mas dentro de limites, como asseverava um general engenheiro de armamentos, a propósito dos trabalhos que lhe foram confiados em 1939, oferecendo-se-lhe tudo o que fôsse necessário para desincumbir-se rapidamente: "Empregai 10 homens se fôr necessário ainda que dure 9 meses".

De 1914 a 1917, aumentada a capacidade da indústria francesa no setor militar, sob o aguilhão da guerra em curso, verificou-se que se havia conseguido multiplicar a produção, mas durou de 3 a 4 anos.

Em 1936, Hitler, não podendo mais continuar o seu trabalho de preparação para a guerra, em segredo, ficou desmascarado, ao começar seu esforço. Em 1939, estava suficientemente aparelhado para esmagar a Polônia. Em 1940 pôde atacar a frente ocidental, empregando todo o poderio militar e industrial do Reich. Ele também consumiu de 3 a 4 anos na sua preparação.

É verdade que apenas se haviam escoado 3 anos, entre o início do rearmamento francês (1937) e o começo efetivo das hostilidades (1940); contudo, não estávamos prontos ainda...

Os Estados Unidos da América do Norte, muito antes de sua entrada no último conflito, já haviam "demarrado" em suas fabricações militares (e estavam com as fabricações necessárias em ascensão), notadamente, no sentido de fornecer materiais de guerra para os aliados, sob título "lend lease". Dois anos escoaram-se, antes de ocorrer a agressão japonesa, dois anos durante os quais esta mobilização industrial prosseguia, de tal forma que foram precisos mais dois outros anos para que a produção americana atingisse o ritmo de guerra, ritmo esse que permitiu efetuar o desembarque na Europa. Mas, foram necessários 4 anos para que a nação mais poderosa e industrial do mundo pudesse intervir plenamente no conflito com todo o material de que necessitava.

No início do verão de 1950 a guerra eclodiu na Coréia, ameaçando provocar uma nova Guerra Mundial. Os americanos decidiram remobilizar sua indústria para se apresentarem, pelo menos, tanto quanto seus adversários eventuais e foram essas, então, as previsões feitas acerca de seus serviços:

— "Em 1 ano apenas se poderá começar a crescer a produção de armamentos. Não é possível fazer mais do que triplicar a produção de aviões (20). No que concerne aos carros de combate leves... a produção em massa apenas se iniciara. Quanto aos carros médios permaneceremos ainda na fase de instalação das linhas de fabricação".

"Em 2 anos (prossegue o relatório), a produção de aviões poderá de novo ser triplicada; os carros médios apenas começando a se produzir em massa. Os carros pesados estarão ainda em período de ensaios... Os projéteis de certas categorias começarão a ser produzidos em grande escala. O mesmo ocorrerá com os caminhões."

(20) A qual, até então, era insignificante.

"Em 3 anos, a produção da maior parte das armas, destinadas às forças terrestres, atingirá o nível previsto nos planos; os principais tipos de carros serão produzidos em larga escala e a produção de aviões aproximar-se-á um pouco mais dos níveis do tempo de guerra."

Quando essas operações se desenvolveram, nos anos seguintes, os relatórios sucessivos do Diretor da Mobilização para a Defesa mostraram que essas previsões eram exatas.

A 1 de janeiro de 1952, ao cabo de ano e meio portanto, êle escrevia: "Se se avaliar a mobilização da defesa pelas entregas feitas, ela apenas começou e o ano de 1951 foi essencialmente o ano da preparação, um ano de trabalho dos engenheiros e projetadores".

Ora, 1951 foi o ano de atividade febril, em que os americanos consideravam que a 3ª guerra mundial, não estaria iminente, mas já havia começado.

A 1 de janeiro de 1953, no momento em que a situação estando tensa, a América pôs sua produção da defesa na base de partida (*palier*), "em estado de alerta". O relatório referindo-se ao ponto do esforço despendido depois "dois dias sombrios do meado de 1950" declarava: "nós sabíamos, naquele momento, que seriam necessários mais 3 anos para atingirmos o nível mínimo de segurança... A experiência veio confirmar a previsão". Ora, as entregas de materiais às forças armadas americanas ainda estavam com 1/4 do ritmo atingido na 2ª guerra mundial. (21).

Ao cabo de 3 anos! Na mesma ocasião o General GUDERIAN (o da *Achtung Panzer* e dos blindados de Sedan) escrevia: "Entre as potências ocidentais, não há quem não tenha compreendido a importância do fator tempo na preparação dos conflitos futuros (22). Na vanguarda deles está a França". Havia, nesta época, tempo bastante, pois que o Ministério da Indústria assinalava a importância das etapas necessárias para uma mobilização da indústria. Insistia sobre o caráter necessariamente progressivo dessa operação. Comparava-o com a colocação em posição, no caso da crise, de um longo comboio; mostrava a importância que podem ter, para isto, os comandos regulares de defesa em tempo normal, os quais conservariam o comboio em estado de poder marchar; expunha como, em caso de ameaça, um "programa de rearmamento" bem estabelecido poderá acelerar o movimento deste comboio e permitir à produção da defesa, assumir progressivamente a velocidade até ao regime máximo que é suscetível atingir para realizar a mobilização total.

Cabe ao governo, considerados os elementos contraditórios que interferem na decisão, provocar a "demarrage" em tempo oportuno, a fim de apresentar-se no tempo desejado: não será muito cedo, porque uma nação não prolonga ou não pode repetir impunemente tal esforço, uma vez que não é prudente ir a batalha munido com materiais fora

(21) 2,7 milhões de dólares por mês contra 11,1 milhões de dólares.

(22) Vide Revue de Defense Nationale de Agosto-Set 1962 — "A organização da defesa — questões prévias".

de moda. Levando em conta as inevitáveis delongas que retardam a "demarrage", a decisão precisa ser oportuna para não ser tomada demasiado tarde. Ela não deve ser tomada muito tarde, devido, de um lado, às informações sobre o inimigo e, de outro, pelo (no que nos interessa) estado de preparação da mobilização industrial dos 2 lados da barreira.

Não deverá ser muito cedo por uma questão de sangue frio e de confiança na aptidão da indústria nacional para mobilizar-se em prazo razoável. Tudo se resume em uma adequada preparação. A decisão deve ser tomada, no justo momento: nem muito tarde, nem muito cedo.

O problema tornar-se-ia insolúvel se o inimigo também não se encontrasse em condições análogas, sujeito às mesmas servidões.

Tendo em vista as longas demoras e a incerteza de como será a próxima guerra, certos estudiosos, admitindo a hipótese de uma única guerra nuclear com destruição total e absolutamente imprevista, concluem simploriamente pela inutilidade de ser encarada qualquer modalidade de mobilização industrial. Mas, raciocinar e agir desse modo, corresponde praticamente a renunciar a tudo, ou, salvando as aparências, procurar preparar a guerra que passou (22).

Talvez seja aventuroso predizer como será a próxima guerra. Todavia, pode-se admitir que sejam revistas as crises internacionais, surgidas inopinada ou progressivamente, com duração imprevisível, seguidas ou não de uma guerra com forma mais ou menos conhecida; crises essas que, para a indústria, implicarão em ter que atender a pedidos consideráveis, vitais, de extrema urgência, para os quais os meios necessários para impulsionar as fabricações correspondentes poderão vir a desaparecer do mercado internacional.

Numa luta entre povos como em qualquer outra, o ataque é sempre dirigido sobre o ponto fraco. Uma nação moderna consagra normalmente meios substanciais — humanos e financeiros — para assegurar a sua preparação militar. Seus adversários, pois, não poderiam nunca rejubilar-se, no momento da crise, por encontrar essa nação em completo despreparo industrial. Não é demais lembrar que o preparo da mobilização industrial constitui sempre o ponto fraco de uma nação.

Descurar dêle, corresponderá, no decurso ou após uma crise internacional grave, ter reduzido a nação à passividade, podendo ser subjugada, talvez mesmo, sem ter podido combater.

Diante de tão aterradora ameaça, parece que a pergunta se impõe.

É necessário "mobilizar a indústria?"

(Continua no próximo número)

(22) Vide Revue de Defense Nationale de Agosto-Set 1962 — "A organização da defesa — questões prévias".

BILAC, O PATRIOTA

Ten-Cel JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO

A personalidade de Bilac como poeta e literato já é bem conhecida, pois durante muito tempo foi ele o príncipe dos nossos poetas.

É bem possível, entretanto, que sua personalidade como um grande e destacado patriota e nativista não tenha sido devidamente apreciada no nosso meio e quiçá no Brasil.

E devo afirmar, mesmo, que os imensuráveis e relevantes serviços prestados à coletividade brasileira, e em especial, e especificadamente no Exército Nacional ainda não foram apreciados convenientemente.

Mas isso é natural, pois se a história do nosso Exército, que é a nossa glória, é a nossa instituição providencial, é a nossa instituição tutelar nós ainda não conhecemos muito bem, porque essa história ainda não está escrita, como saber-se de fatos passados numa época de utilitarismo dissolvente, fatos sem grandes ressonâncias laudatórias na imprensa da época!

Bilac, civil, foi em certa época de nossa história, ou mesmo até a sua passagem para outra vida, um dos elementos destacados no trabalho de fortalecimento e levantamento das instituições militares do Brasil.

Esse Exército, do qual somos simples células, teve origem e função social diferente de qualquer Exército do mundo — A sua origem são as milícias de formações locais, municipais e provinciais. A sua formação é uma consequência da luta para conservação da conquista territorial que nos legaram nossos antepassados. Os nossos primeiros oficiais ou chefes nativos são os Jerônimos e os Matias de Albuquerque; os Cavalcanti; os Barbalhos; Vidal de Negreiros; Salvador Corrêa de Sá e Benevides; Domingos Jorge Velho; Araribóia, Tibiriçá, os Camarão, Henrique Dias, etc.

Desde essa época tão recuada para nós, que o embrião de nosso Exército já tinha sadias preocupações pela grandeza de nossa Pátria cujos atos demonstrativos são: A expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, de Itamaracá e Maranhão e outros pontos do território; dos ingleses em todo lugar onde estes aportaram; o recuo da linha de Tordesilhas sobre os espanhóis do Sul a Oeste; dos holandeses que teve começo no Maranhão, assinalado no combate de Outeiro da Cruz, e fim com a última batalha dos Guararapes, que até agora merece estudo de nossos chefes.

O grande pensador Sílvia Romero em "Doutrina Contra Doutrina" numa síntese admirável já disse do Exército: "A nossa história está cheia de exemplos frisantes de sua ação benéfica, oportuna, patriótica e sempre bem intencionada. Desde os pródromos da Independência, a força armada tem sido poderoso auxiliar em nossas aspirações de liberdade e de progresso.

Foi ela que, aos 26 de fevereiro de 1821, fêz a famosa reunião em que se aventou e decidiu a partida de D. João VI para fora do Brasil; foi ela, a jovem gente armada, que se levantou para garantir a nova pátria livre, quem mais ardentemente pugnou pela emancipação política do país; foi ela quem primeiro compreendeu a necessidade da dissolução, em 1823, da constituinte que se tinha tornado faciosa; foi ela, mais tarde, no dia 7 de abril de 1831, quem melhor verificou a indispensabilidade da deposição do primeiro imperador; foi ela quem largou as armas quando, nos últimos anos do cativeiro, mandaram-na pegar escravos revoltosos; foi ela, finalmente, quem, prestando ouvidos à propaganda do republicanismo histórico, deu em 15 de novembro de 1889, o último empurrão ao trono imperial.

Mas si a ação do Exército tem sido essa desde seus primórdios, outra tem sido a ação dissolvente da política para com êle. No Brasil Colônia é a política da metrópole que por todos os meios e modos procura evitar que os nativos tenham acesso aos postos superiores no Exército. No Brasil Nação é a politicagem de certos governos contra sua integridade. Na monarquia tivemos a criação da Guarda Nacional com o fim de aos poucos extingui-lo. Na República velha tivemos as campanhas civilistas, uma para destruir a obra e ofuscar o nome do Marechal de Ferro, outra para que um marechal do Exército não chegasse à Presidência da República. E foi quando os efeitos desta política se tornavam mais danosos ao Exército que teve maior brilho e relevância a ação de Bilac, já conhecido como Republicano histórico.

O sorteio militar foi arrancado ao Congresso Nacional no Ministério Hermes da Fonseca, com a lei de reorganização do Exército em 1908.

Nesse ano lembraram-se de promover uma homenagem à Bandeira Nacional. Bilac, assinava o manifesto distribuído. Feita pela primeira vez em São Paulo essa comemoração, de iniciativa do professor José Feliciano, oficializou-se em todo o Brasil, em desagravo à insólita quanto antipatriótica atitude de um padre que, nas exéquias de alunos da Escola Naval, recusara-se a cobrir o caixão com a Bandeira a pretexto de que "Ordem e Progresso", lema positivista, não podia de público figurar numa cerimônia católica.

Data daí a exacerbação patriótica de Bilac.

Empolgado pelo ideal de um Brasil grandioso, integrou-se nas coisas da Pátria, voltando-se para as classes armadas onde julgou encontrar os elementos, por natureza, já coordenados e coesos na de-

fesa dessa Pátria que a politicagem dissolvente de todos os tempos, procurava desagregar.

O baluarte do civilismo era São Paulo. Lá o candidato civilista tivera a sua maior votação nas eleições de 1910.

Essa política estava fora das trincheiras com o término do governo Hermes. É 1915. Já o velho mundo, há um ano, estava em chamas ou sob a metralha. Era necessário aproveitar o momento e botar o sorteio militar em execução. Nêsse mesmo momento Bilac passa do subjetivismo doutrinário para o objetivismo da ação. A sua missão é pregar a necessidade da execução do sorteio na cidade do civilismo. E a 9 de outubro, na Faculdade de Direito de São Paulo o grande parnasiano, cruamente, com ar de cabo de guerra, em momento de batalha, sintetizava a situação dolorosa que o país atravessava, concitando o auditório, e à mocidade em particular para a luta que devia preparar a defesa do Brasil.

Nós éramos sargento do 2º R. A. M., em Curitiba, no Paraná onde tivemos a honra de conhecer êsse herói desconhecido, Bilac, que transformado de poeta em professor de patriotismo e de civismo, andava por toda a parte a chamar, com palavras fortes, a mocidade ao cumprimento do dever para com a Pátria. Num verdadeiro sacerdócio de civismo, percorreu outros Estados na sua faina de levantar a moral dos brasileiros.

Fato interessante de assinalar: Ele que era velho jornalista teve toda a imprensa contra si. E sofreu toda a campanha e motejos dessa imprensa, sem nenhuma defesa.

Espírito superior não se defendeu. Não era culpado. Não tinha de que defender-se.

Só em certa época apareceu Humberto de Campos, fazendo-lhe justiça em duas crônicas que publicará mais tarde no seu livro "Carvalhos e Roseiras".

É notável estudar-se a vida de Bilac no último decênio de sua vida, de 1908 a 1918.

Mas para fazer sobressair os benefícios consideráveis de sua atuação relevante na execução do Serviço Militar, basta lembrar e considerar como em São Paulo foi aceito êsse instituto nacional.

Nós fomos parte no momento e, portanto, tivemos ocasião de observar e avaliar a ponderável influência que o sorteio militar exerceu na alma da população bandeirante.

Para melhor entendimento e comprovante de nossas assertivas esboçamos ligeiramente alguns fatos importantes passados na época (entre 1915 e 1918), não só por interessantes, mas, também, por terem natural ligação com a nossa exposição.

Em 1915 a remodelação do Exército trouxe, sorrateiramente, no seu bôjo, a extinção de algumas Regiões Militares e conseqüente diminuição dos efetivos, importando na extinção, também, de várias

Unidades, e a justificação para isso apresentada era a de todos os tempos: falta de recursos.

Para os que tinham olhos de ver, essa obra era, simplesmente, uma maneira disfarçada do civilismo para deturpar a obra patriótica do Marechal Hermes da Fonseca (Reorganização do Exército), que para nossa felicidade vai sendo recomposta nestes últimos anos pelo Estado-Maior do Exército.

Quando nesse mesmo ano (1915) estivemos em São Paulo, pela primeira vez, registramos penalizados, que o paulista tinha certa ojeriza pelo soldado do Exército, dispensando, entretanto, tratamento afetivo para com a Fôrça Pública local ou Estadual. Caso singular, em todo o Brasil, onde em geral, o povo até certo tempo, não alimentava nenhuma afeição à sua Fôrça Pública regional, e sim ao Exército.

Com a extinção das Regiões do Paraná e Mato Grosso e a criação das Circunscrições Militares nesses Estados subordinados à 6ª Região Militar, que tinha sede em São Paulo; extintos diversos corpos e diminuídos os efetivos dos outros, a Região ficou superlotada de sargentos. No entanto, com a febre de organização de Tiros de Guerra e escolares no Estado bandeirante, em bem pouco tempo, os Sargentos de Infantaria tinham sido absorvidos nas funções de instrutores dessas escolas de instrução militar.

E quando não havia mais êsses Sargentos de Infantaria, o Comando da Região, como recurso, criou uma escola de Sargentos na 1ª Companhia do 43º Batalhão de Caçadores, onde mandava matricular os Inferiores agregados as outras armas para prepará-los e nomeá-los instrutores.

Já estando na Paulicéia desde princípio de 1917, tivemos ocasião de observâr êsses fatos que descrevemos e em princípio de 1918, com a angústia da falta de Sargentos instrutores, fomos nomeado instrutor da Escola Agrícola Luiz de Queiroz e do Tiro de Guerra 542, de Piracicaba.

E é por tudo isso que podemos atestar que o povo paulista vibrou de entusiasmo com a execução do Serviço Militar obrigatório, inscrevendo-se os rapazes nos Tiros, correndo aos quartéis quando sorteados, e a população, de um modo geral, abrilhantava com sua presença qualquer festa militar, por mais modesta que fôsse.

Se assim acontecia no centro do civilismo, o que dizer do Norte e do Sul?

E o propulsor, a alma, o evangelizador que deu corpo e vida a êsse movimento de tão elevado patriotismo, fazendo vibrar a alma nacional, paralisando a ação nefasta do civilismo demagógico, que pregava contra um militarismo que jamais teve existência no Brasil de todos os tempos — foi o grande príncipe do parnaso nacional, Bilac.

Essa em largos traços, a obra, êsse o serviço relevante que Bilac prestou ao Brasil e que todos os brasileiros devem conhecer e guardar com acendrado carinho e reconhecimento.

Durante todo êsse período teve seu pensamento voltado, inteiramente para o Brasil. A 7 de setembro de 1916 funda-se a Liga da Defesa Nacional. Lá está êle. E dela o seu pensamento se irradia para o Brasil inteiro. Os seus versos antigos tais como Música Brasileira, Língua Portuguêsa que já trazem o cunho de nativismo, sublimam-se no soneto "Pátria" e na poesia infantil do mesmo nome, "Pátria", abaixo transcritos:

P Á T R I A

Pátria, latejo em ti, no teu lenho, por onde
Círculo! e teu perfume, e sombra, e sol, e orvalho!
E, em seiva, ao teu clamor a minha voz responde,
E subo do teu cerne ao céu de galho em galho!

Dos teus lichens, dos teus cipós, da tua fronde,
Do ninho que gorjeia em teu doce agasalho,
Do fruto a amadurar que em teu seio se esconde,
De ti, rebento em luz e em cânticos me espalho!

Vivo, choro em teu pranto; e, em teus dias felizes,
No alto, como uma flôr, em ti, pompeio e exulto!
E, eu morto, — sendo tu cheia de cicatrizes,

Tu golpeada e insultada, — eu tremerei sepulto:
E os meus ossos no chão, com as tuas raízes,
Se estorcerão de dor, sofrendo o golpe e o insulto!

P Á T R I A

Ama com fé e orgulho, a terra em que nasceste,
Criança! não verás nenhum país como êste!
Olha que céu, que mar, que rios, que florestas!
A natureza, aqui, perpetuamente em festa,

É um seio de mãe a transbordar carinhos
Vê que vida há no chão, vê que vida há nos ninhos,
Que se balaçam no ar, entre os ramos inquietos!
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos;

Vê que grande extensão de matas, onde impera
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com o seu suor, a fecunda e umedece
Vê pago o seu esforço e é feliz e enriquece.
Criança! Não verás país nenhum como êste:
Imita na grandeza a terra em que nasceste!

Donde a afinidade de Bilac com os militares, é de se perguntar?

Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac era filho do Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac, que como oficial do Exército serviu à sua Pátria na guerra contra o Paraguai. Daí a natural estima e afinidade de Bilac para com as classes armadas.

Ele teve grande afinidade com o imortal cantor dos Lusíadas nos seus gestos e sofrimentos, como este, trabalhou ativa e fatigantemente, o resto de sua vida, para o levantamento cívico e moral de seus concidadãos. A Camões o governo negara tudo e a Bilac foi negada a sepultura.

Vem o ano de 1918. Em 28 de dezembro, nesta data, volta Bilac ao mundo da verdade. O governo é solicitado a dar sepultura ao corpo daquele que na vida terrena foi um dos grandes da Pátria, negou-se. O sorteio militar tinha medrado. Era a vingança do civilismo.

Mas as classes armadas, muitas vezes desunidas pelos políticos, nesses momentos tem sempre os olhos voltados para os seus, e Bilac teve o seu entérro custeado pelas forças armadas e as honras que o Exército e a Marinha lhe deviam como um dos seus. Acompanhado o entérro pelo povo que não precisa de convite para esses atos, e de Coelho Neto para com o seu fulgurante verbo dizer o último adeus por todos os seus admiradores e amigos, que ficavam saudosos de sua partida.

E aí têm o que descoloridamente e sem arte poderia dizer-vos da vida do grande herói da propaganda do sorteio militar, instituto que bem cuidado, em futuro bem próximo, fatalmente, trará a redenção do Brasil pelo Brasil.



CASA MORAES ALVES

• UNIFORMES MILITARES

Bonés — Distintivos — Bandeiras

Uniformes em Tergal

À VISTA OU A PRAZO

Rua Uruguaiana n.º 174-A — Tel. 43-6653

EXÉRCITO DE ONTEM x EXÉRCITO DE HOJE

LUIZ PAULO MACEBO CARVALHO
Capitão de Artilharia

"Uma sociedade está sempre começando de novo;
sempre em processo de renovação e perdura só por
causa da renovação."

JOHN DEWEY

TRADIÇÃO E RENOVAÇÃO

Tradição e renovação constituem um dualismo irredutível na evolução de uma sociedade. Duas constantes regem os grupos sociais, na razão do conjunto de traços e caracteres que separa as gerações: a "pressão" dos mais velhos em transmitir valores e a "resistência" dos jovens em incorporá-los.



A tradição, a rotina e a continuidade, provenientes de experiências acumuladas na vida em comum, exercem um imprescindível "poder coercitivo", no linguajar de Durkheim, que assegura a unidade social ininterruptamente ameaçada de desintegração pelos movimentos renovadores. A tradição, em suma, desempenha o relevante papel de um "sistema de freios" para a coletividade.

A renovação, tônica das sociedades civilizadas, atua em sentido oposto. Representa o afastamento natural do ordinário — a força criadora — que dá origem aos fenômenos novos. Nada mais é do que a manifestação da vida em grupo, fruto da coexistência e do contato dos indivíduos, no dizer de Fernando de Azevedo.

Desta sucinta análise, conclui-se que tanto a renovação como a resistência às inovações são normais e perfeitamente admissíveis em quaisquer agrupamentos humanos. É inerente ao homem procurar um estado de equilíbrio social com vistas a satisfazer seus interesses e necessidades fundamentais. Ao mesmo tempo, as crises econômicas, as culturas diferentes em presença, os desníveis e as contradições sociais, o individualismo e a avalanche do desenvolvimento ocasionam rupturas

que conduzem a um desequilíbrio, não menos significativo. Dos conflitos entre as tradições, conservadoras por natureza, e as forças ativas do renovamento, latentes em toda sociedade, tão comuns nos momentos de efervescência social quando a coletividade toma consciência de suas aspirações e tendências verdadeiras, resultam as discutidas idéias novas germinadoras do progresso.

Afirmam os sociólogos, concomitantemente, que as instituições — o “organizado” da realidade social — só se podem estabelecer e durar na medida de sua capacidade de resistência às inovações e que as representações coletivas variam no tempo e no espaço.

Portanto, o aparente antagonismo existente nessas duas correntes é compreensível, senão imperativo. Em síntese, o almejado equilíbrio social compara-se à imagem da resultante de um binário de forças cujas componentes seriam a ação moderadora da tradição, impedindo a audácia de se precipitar em rumos desconhecidos, e ação incentivadora da renovação, encarnando o evolucionismo.

Daí não se temer as idéias novas, mas admiti-las, discuti-las à luz dos fatos e da razão, aceitando-as ou refutando-as. Jamais contestá-las à primeira vista, sem o menor estudo. Da mesma forma, as tradições não podem ser de pronto ab-rogadas, pois simbolizam o único elo que liga o presente ao passado. Uma vez que os caracteres adquiridos não se herdam, projetado o filme do já vivido na tela dos nossos dias, reconstroem-se experiências valiosas para a solução de problemas atuais.

BEM-ESTAR COMUM

A ciência ensina que a sociedade persiste em função do homem e seu instinto gregário, de uma efetiva unidade interior e da causa maior — a demanda do Bem-Estar comum. Em face disto, todos os objetivos nacionais permanentes, produto de uma formação e cultura convergem para o Bem-Estar que “expressa o ideal de equilíbrio e de prosperidade de cada homem e da coletividade.”

Do exame das principais instituições brasileiras, depreende-se que, embora se mantenham em relativa estabilidade, encontram-se todas sob as influências da conscientização geral, verificada nas últimas décadas, como efeito dos importantes acontecimentos registrados no mundo. As crises políticas e econômicas provocaram mutações nas estruturas sociais. Da nossa participação direta na II Grande Guerra, em que se materializou o contato de culturas diversificadas, houve uma transformação radical no panorama brasileiro. Agravados pelos avanços da ciência e da tecnologia, acelerados pela industrialização e a crescente explosão demográfica, vieram a tona os desníveis e as contradições sociais oriundos de um nefasto individualismo. Em decorrência, imediatamente despontaram as repercussões desse processo histórico que se sucede. A sociedade despertou do primitivismo que a embalava e, numa luta pela sobrevivência, clama por direitos, aspira melhores padrões, reco-

nhece deveres, divisa os reais interesses nacionais e combate o vírus letal do subdesenvolvimento. Consagra-se assim a vocação democrática da Nação. Exigindo que as instituições se ajustem à verdade palpável para que o País aglutine forças, rompa os grilhões a que a ignorância simiesca e a superstição o prendiam e se arrogue os benefícios e a segurança da autonomia, o brasileiro se agita coeso, sem distinção de classe, num esforço titânico para lograr autêntica justiça social cujo reflexo é o Bem-Estar comum.

É a disseminação das palavras de Thomaz Jefferson: "A massa da humanidade não nasceu com sela às costas, nem uns poucos favorecidos de botas e esporas, prontos a cavalgá-la."

O HOMEM E AS FÔRÇAS ARMADAS

O homem, a terra e as instituições, elementos constitutivos da Nação, isoladamente não se realizam.

O homem, obra da hereditariedade e do meio, se apresenta como um ser em contínua evolução biopsico-social, naturalmente sociável, cujas necessidades intrínsecas e extrínsecas também se modificam.

A terra figura como a base física permanente, cuja destinação é ser habitada e explorada pelo homem.

As instituições traduzem-se pelos padrões organizados da vida nacional, indispensáveis à ordem e ao progresso.

As Fôrças Armadas, como expressão militar do Poder Nacional, instrumento da política de segurança e instituição de caráter estável, elemento essencial à constituição da nacionalidade, cabe a pesada responsabilidade de garantir a consecução e manutenção dos objetivos fixados pelas diretrizes do Estado que se conjugam para alcançar o Bem-Estar comum.

Já se disse, com objetividade, clareza e precisão, que, "no primeiro plano, na ordem dos compromissos sagrados das Fôrças Armadas, está a defesa da Pátria, do seu patrimônio moral e material, da sua integridade territorial, da sua independência política e econômica e das suas instituições. Em segundo lugar, incumbe-lhes defender o continente americano contra quaisquer invasores eventuais, pois que os interesses mútuos das nações dêste continente são comuns ao Brasil, e a sobrevivência da Pátria está na dependência imediata da integridade continental e da estabilidade política e econômica de todo o hemisfério."

"Finalmente são as Fôrças Armadas os instrumentos de ação com que contamos para cumprir os nossos compromissos internacionais, especialmente os que assumimos como membros da Organização das Nações Unidas."

Esses três objetivos, dispostos na ordem de prioridade acabada de enunciar, resumem a missão precípua das nossas instituições militares.

Entretanto, é por demais sabido que os progressos técnicos-científicos infundidos à arte da guerra, em tempo algum, tomaram o lugar desta arma decisiva e insubstituível que perdura como objeto primordial de tôdas as ações ofensivas e defensivas — o homem. De nada valerão o arco e a flecha, a lança, a espada, o fuzil, o canhão o engenho blindado, eletrônico ou atômico se não houver alguém capacitado a manejá-lo, empunhá-lo, dirigi-lo, acioná-lo ou escorvâ-lo.

O aforismo difundido aos quatro ventos — a carreira das armas é um sacerdócio que determina espírito de sacrifício, renúncia e “élan” — parece assaz relativo. Faz-se mister acentuar que o militar, antes de mais nada, é um ente humano como outro qualquer, pleno de qualidades e defeitos. Está sujeito aos naturais impulsos e estímulos, integra a sociedade e como tal sofre e transmite influências positivas e negativas do meio ambiente, compara, raciocina e tira conclusões. Ademais, “élan” não consubstanciado em alguma coisa de concreto ganha ares de “carreirismo”.

Portanto, para as Forças Armadas bem cumprirem sua missão impõe-se que seus quadros, em quem se alicerçam, tenham suas legítimas aspirações satisfeitas. Por conseguinte, a integração do militar na devida época à realidade social, misto de herança e acervo cultural, redundará numa imposição nítida às Forças Armadas. Do contrário, forçosamente os objetivos nacionais ver-se-ão comprometidos. Furtar-se ao óbvio significa correr o risco de estagnação. A Nação cujas Forças Armadas não acompanham a marcha dos tempos, no sentido lato da palavra, respeitadas as limitações conjunturais, fatalmente colocará a sua segurança em jogo. Tal assertiva ganha maior consideração, em particular, no caso brasileiro, onde fatores de desagregação econômicos, sociais e geográficos ainda conspiram contra a unidade nacional.

Assim sendo, como instituição, o Exército não faz exceção e vive o drama de País. Na ânsia de desenvolvimento participa da disputa entre o atual e o pretérito.

EXÉRCITO DE ONTEM E DE HOJE

Hoje, retrata o Exército antigo uma organização pesada, mais ou menos isolada da sua destinação democrática, de marcantes contrastes com a sociedade em geral, presa às teias de convenções e preconceitos inflexíveis, de rígida estratificação social, fundamentada num regime extremamente autocrático e de obediência cega que enfatizava a rotina em tudo e desencorajava a iniciativa. Este tipo de instituição só encontra similares atualmente em certas ordens religiosas e alguns estabelecimentos de ensino ortodoxos.

O Exército Moderno emergiu do pós-guerra como um organismo vivo, caracterizado pelo cidadão-soldado, identificado com os problemas da comunidade, côncio da necessidade do elevado sentido de uma hierar-

quia militar e de uma disciplina consentida, porém, mais integrado na sociedade, flexível, realístico, democratizado, especializado, aparelhado e instruído.

Pequeno como foi o Exército Antigo, eram suas tradições e proficiência. Mas as lições aprendidas nos campos-de-batalha do Velho Mundo e os horizontes ampliados pela Revolução Democrática deram, respectivamente, o sôpro inicial e o incentivo que faltavam para imprimirlhe a feição nova de uma organização dinâmica realmente eficiente, cuja concretização está a reclamar das gerações presentes.

O FATOR EDUCAÇÃO

"A história da humanidade é a história do pensamento, da progressiva ascendência do intelecto sobre a matéria, do predomínio da inteligência sobre a força bruta."

O principal fator que leva o Exército a se modernizar está no alto nível educacional atingido por seus quadros. Muitos dos contrastes assinalados surgiram da obrigação de chamar às fileiras um potencial humano bem diverso do outrora incorporado. Tal fenômeno se prende a especialização que a II Guerra Mundial trouxe ao Exército. Haja vista a quantidade de Qualificações Militares Gerais e Qualificações Militares Particulares postergadas e criadas, a bagagem de conhecimento imposta ao jovem cadete de hoje e as qualificações do sargento formado pela Escola de Sargentos das Armas. Sem considerar o volume crescente de oficiais e praças com cursos de aperfeiçoamento e extensão no estrangeiro e, portadores de diplomas universitários. Se por um lado o soerguimento do Exército na esfera cultural lhe emprestou nova seiva de desenvolvimento, por outro, gerou inegáveis embates que pedem solução urgente. É normal que o acultramento provoque o homem a solicitar padrões mais condizentes com a sua situação de "animal político".

FÁBRICA DE PROJETOS

No momento em que o País inteiro se lançou à Revolução, e vale dizer revolução é modificação, não seria lícito à Nação em armas — o Exército, que sempre liderou nossos movimentos renovadores e a quem compete plasmar e devolver cidadãos aptos a viver em sociedade e para a sociedade, permanecer insensível às reivindicações democráticas.

Destarte, em tão boa hora, recebe-se com agrado a notícia da elaboração de um plano para a reorganização do Exército em bases modernas. Contudo, afigura-se oportuno antecipar aos trabalhos de planejamento, uma inovação. A doutrina administrativa atual, extrai suas regras e procedimentos de estudos experimentais. Os países desenvolvidos, no curso da conflagração de 1939-45, provaram a importância de se valer de tudo que o conhecimento humano já sistematizou técnica e cientificamente, inclusive no terreno das ciências sociais, e de não se deixar os planejamentos ao sabor do empirismo, acaso ou de capri-

chos pessoais. Congêneres mais adiantados, tais como os Exércitos da Inglaterra, França, EUA e Rússia concedem à pesquisa operacional uma especial atenção. Com muito mais forte razão, aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, dada a complexidade de seus problemas e as limitações de recursos e tempo, convém uma programação que ajuste "os fins aos meios", isto é, que "a clareza de visão e a frieza de cálculos prevaleçam" na escolha dos objetivos e que a confiança não se dissipe em esforços vãos. Nos dias que correm, o Exército não mais pode prescindir de um órgão de pesquisas para realizar os planejamentos futuros dentro do espírito de "maximização" de lucros com "minimização" de investimentos, calcados em dados quantitativos que expressem o todo. "Não bastam projetos de fábricas. É preciso uma fábrica de projetos", como diz Roberto Campos.

TEMAS BÁSICOS

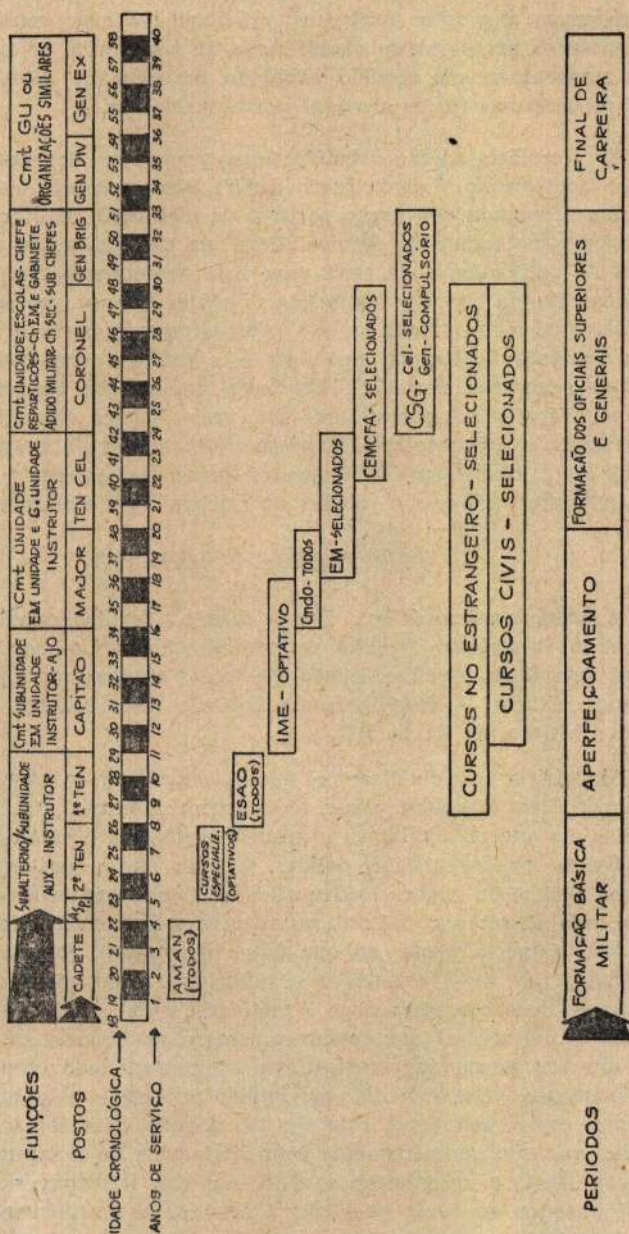
De acôrdo com esta concepção, numa pesquisa sumária, conclui-se que sendo o homem a pedra angular das fôrças terrestres, a sua eficiência, apesar de se condicionar a uma multiplicidade de fatores interpenetráveis, depende, preliminarmente, do ajustamento dêste ao meio. Sômente depois de procedida esta integração poder-se-á esboçar uma infraestrutura racional que leve a uma doutrina eficaz. A justificativa dêste pensamento evidencia-se na máxima de Napoleão: *o moral está para o físico assim como 3 está para 1.*

Se localizados os principais focos de desajustamentos nos quadros do Exército nos vencimentos e no acesso às várias graduações, resta apenas abordar de imediato êstes cruciais problemas com firmeza e coragem.

O militar, melhor do que ninguém, conhece a difícil crise econômico-financeira que assola o País e, nas recentes e amargas horas vividas por todos nós, deu sobejas provas à Nação de desprendimento e acendrada noção de cumprimento do dever, colocando-se acima de interesses particulares e paixões partidárias. Todavia, a fim de não sucumbir tragado pelas sucessivas ondas de possibilidades que o mar da vida civil oferece, merece uma remuneração mais condizente com a posição ocupada na sociedade e os compromissos assumidos perante o Estado.

A reformulação da legislação que regula as promoções é imperiosa. Há que ter energia para abandonar o grande costume de remendar "colchas de retalhos". Com a última lei promulgada sôbre a matéria deu-se um passo à frente invalidando os elogios para a contagem de pontos, arregimentando os instrutores e burilando o processo de escolha dos futuros generais. Mas persistem falhas contornáveis. Por que insistir? Discute-se ainda calorosamente nos quartéis o método de seleção para a promoção por merecimento. Se o instrumento de medidas utilizado revela-se impreciso, determine-se outro que satisfaça os anseios de jus-

QUADRO DEMONSTRATIVO DE UM PROJETO DE CORRELAÇÃO ENTRE A HIERARQUIA MILITAR - - IDADE CRONOLÓGICA E O TEMPO DE SERVIÇO -



tiça da maioria. A ficha de informações vigente, por exemplo, conserva-se excessivamente subjetiva. Evitar-se-ia injustiças se os conceitos obedecessem a padrões explícitos, pré-fixados e mais consentâneos com os modernos processos de classificação de pessoal. À guisa de colaboração, apresenta-se um modelo adaptado da ficha de eficiência em uso com proveito nas forças armadas norte-americanas.

Em corolário ao tão debatido tema promoções, depara-se com o não menos controverso "Lei da Inatividade". Mas a verdade é que se carece de uma acentuada correlação positiva da hierarquia militar, à idade cronológica e ao tempo de serviço. Urge uma revisão célere das idades limites de permanência na ativa para rejuvenescimento dos quadros e revigoramento da própria instituição. Àqueles que se contrapõem a esta medida saneadora, alegando que sobrecarregaria bastante o erário, argumentar-se-ia declarando que êsse é o prêmio correspondente à apólice da segurança nacional. Não basta possuir um Exército, é preciso que seja forte. Há porém, uma alternativa pouco simpática para contrabalançar o aumento das despesas conseqüentes da passagem à inatividade de militares em idades menos avançadas: suprimir as promoções na reserva e extinguir o quadro de oficiais especialistas e auxiliares.

RENOVAÇÃO DO EXÉRCITO

A matéria-prima é boa. Propiciadas as devidas condições para vivificar o tradicional espírito de profissionalismo no seio do Exército, honra seja feita, precioso legado de nossos antepassados, passar-se-ia ao segundo estágio — atualização do Estatuto dos Militares e dos regulamentos básicos, do R1 ao R4.

Simplificar e lubrificar a nossa emperrada e obsoleta máquina administrativa. Desburocratizar o Exército. Lembrar que já vão longe os dias em que se aquilatava o grau disciplinar e o valor de um militar por botões luzidios e botas polidas. Atentar que o anti-econômico plano de uniformes em vigor, inadequado ao clima equatorial e tropical variado, não atende aos elementares requisitos de comodidades e boa apresentação (especialmente, no que tange às praças). Regulamentar o uso de traje civil pelos graduados e soldados e o casamento de militares em bases mais coerentes com a realidade social. soldado de hoje não é mais o indesejável que procurava abrigo na caserna em tempos idos. Por-que um jovem que freqüentava um determinado círculo social, repentinamente, vê-se impedido ou inibido de fazê-lo pelo simples fato de cumprir com o seu dever supremo de cidadão? Não faz sentido punir o militar que contrai matrimônio com infrigência do Estatuto, até por imposição legal, e reconhecer a concessão das indenizações previstas no CVM por não se dever penalizar a família. A continência em bicicleta ou motocicleta, as praças fazerem alto nas escadas à presença de um superior hierárquico, o problema de sentar-se à frente ou atrás nos coletivos criam situações embaraçosas, para não dizer constrangedoras.

Feitas estas considerações, um outro ponto a atacar é a reforma geral da rede de ensino do Exército. Revisto com muita oportunidade e propriedade o regulamento da AMAM, corrigida a posição da EsAO no tempo e instituído o curso de preparação à EsCEME, seria de bom alvitre aproveitar o impulso e efetuar uma completa reestruturação nesse setor. Adequar os currículos à época e aos objetivos em mira. Não se admite perder horas e jornadas transmitindo conhecimentos sem aplicação em detrimento de outros de utilidade indiscutível ou submeter oficiais a tarefas incompatíveis com sua hierarquia, sob a desculpa de que é bom fazê-los sentir os óbices concernentes ao desempenho de funções peculiares de postos ou graduações inferiores. Por exemplo, passar um capitão 24 horas no campo empunhando balizas num levantamento topográfico e ignorar totalmente como conferir um requisitório na qualidade de fiscal-administrativo. Já era tempo, pelo menos, de se lançar a pedra fundamental das escolas das armas e dos serviços, velho sonho acalentado desde priscas épocas pelos que nos precederam. Ainda no catálogo de aspirações defronta-se com a visão de um CTE e CCP fundidos num Instituto Militar de Psicologia e Pedagogia, ocupando o lugar que lhe está reservado por direito no organograma da cadeia de ensino do Exército. As instruções que regulam a matrícula nos diversos cursos de especialização devem restringir o acesso aos mesmos apenas a tenentes e graduados modernos, pois somente assim o Exército colherá os juro do capital empatado na formação dos especialistas. Dar prioridade ao aparelhamento material dos estabelecimentos de ensino e preencher seu claro com pessoal credenciado, eis um assunto para agenda. Não obstante, jamais olvidar os ensinamentos de Fayol. Os melhores instrutores e monitores não se acham exclusivamente entre os diplomados com menção "MB". A aptidão para o tablado, devidamente comprovada, prevalece sobre uma dosagem básica de conhecimentos técnicos profissionais.

Conseguida a vitória parcial de proporcionar oportunidades idênticas aos oficiais de todas as guarnições e de favorecer o recrutamento de maior número possível de candidatos à EsCEME com a organização do curso de preparação a cargo da referida escola, por que não acabar com o tabu da arregimentação para o concurso de admissão? Há uma incongruência entre a Lei de Promoções de Oficiais e as instruções para o concurso à EsCEME. Se a LPO considera arregimentada todas as funções de instrutor, por que as instruções para o concurso à EsCEME prescrevem que somente computar-se-á como arregimentado o tempo passado em corpo-de-tropa ou como instrutor da EsA, AMAN, EsSA e CPOR? Outra proposta digna de registro é a revisão dos assuntos constantes do programa para o concurso de admissão à EsCME. Parece mais interessante, senão lógico, tendo em vista as prováveis hipóteses de guerra formuladas hoje e o preparo intelectual do futuro oficial de estado-maior, que estudassem os candidatos temas mais relacionados com a atualidade, sem natural-

mente abandonar o necessário lastro à cultura geral. A interpretação da Carta das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, *verbi gratio*, não aparenta ser mais atraente e útil do que o estudo polêmico da localização da Colônia do Sacramento?

Numa tentativa de articular outra linha-de-ação para solucionar a problemática do ingresso na EsCEME, expõe-se o ponto-de-vista, defendido ardorosamente por muita gente: o desdobramento do curso em dois — um de comando e outro de estado-maior propriamente dito. O primeiro, com duração de um ano, teria por finalidade capacitar o oficial superior ao exercício do comando de unidades e selecionar dentre os melhores aqueles que mostrassem aptidão e qualificações para assumir a direção do Exército. Matricular-se-ia, compulsoriamente, neste curso, todos os maiores das armas e serviços. Os oficiais que não obtivessem aproveitamento ou não lograssem a matrícula no curso de estado-maior (com duração de dois anos), teriam a carreira limitada, respectivamente, ao posto de major e coronel. Para justificar esta medida é necessário ressaltar que todo homem tem o seu teto. Ter sido um bom tenente, não equivale a posteriormente tornar-se um ótimo capitão, e assim sucessivamente, o fato de um oficial distinguir-se no comando de uma subunidade não o obriga a comandar mais tarde um batalhão, regimento ou uma divisão com mestria. Há necessidade de se separar o joio do trigo, de se colocar o homem certo no lugar certo.

Este processo daria oportunidades iguais aos que desejam galgar todos os degraus da hierarquia militar, propiciaria a vantagem de obrigar os oficiais a manterem a cultura técnico-profissional atualizada, faria justiça aos realmente dedicados à profissão e supriria o nocivo hiato verificado entre a conclusão do curso de estado-maior, como capitão, e o emprêgo efetivo, como oficial superior do QEMA, dos conhecimentos adquiridos.

Finalmente, conveniente se faz enquadrar todos os órgãos de ensino sob uma única cúpula, coordená-los, fiscalizá-los e orientá-los de baixo da égide de uma doutrina comum, não os deixando entregues à iniciativa própria ou apetite indiscriminado dos instrumentos e diretores.

Depois de tomadas estas providências, poder-se-ia enfim voltar a atenção para o físico, ou seja, equipar o Exército e aplicar-lhe nova indumentária — uma ordem-de-batalha adequada à sua missão interna, continental e ultra-marina.

NECESSIDADE DO DIÁLOGO

Este sem número de controvertidas e apaixonantes idéias aqui preconizadas que visam a melhorar a condição de vida e de serviço do militar não são novidades; apenas adquiriram tardiamente no nosso meio dimensões e implicações de realce.

Em 1937, o Exército britânico via-se às voltas com problemas semelhantes e Libell Hart — o Clausewitz do Século XX — os debatia aberta

e honestamente. Naturalmente, suas opiniões, julgadas revolucionárias então, suscitaram ferrenhas críticas e oposições, especialmente por parte do tesouro e do estado-maior imperial. Entretanto, torna-se desnecessário mencionar que muito contribuíram para que, após o desastre de Dunquerque, o Exército inglês modernizado "ganhasse a Paz" em 1945.

As chamadas "Fúrias do Século XX", causadoras de todo êste tumulto, têm como agentes as conquistas científicas e como raízes as idéias novas, que nada possuem de nôvo, pois remotam à "Declaração dos Direitos do Homem" e não ao "Manifesto Comunista" como insinuam os marxistas. Que todos os homens são criados iguais, que todos foram contemplados pelo Criador com direitos inalienáveis como a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade, que para garantir êsses direitos instituíram-se os governos com o assentimento dos homens para que tenham maiores possibilidades de viver em segurança e atingir o Bem-Estar comum, não há dúvida de que são verdades evidentes por si mesmas, genuínos axiomas.

Não se pretende condenar tudo aquilo que foi transmitido às gerações contemporâneas pelas antecessoras. Raciocinar nestes termos seria o maior dos absurdos. Mesmo porque o fenômeno da evolução traz implícito no seu bôjo — aperfeiçoar e corrigir. Haverá sempre o nôvo e o antigo. O moderno de hoje, depois de corporificado amanhã pela sociedade, com o passar dos tempos, oporá a mesma resistência que encontra do antigo no presente. Portanto, as gerações conflitantes estão no pleno uso de seu dever. O Brasil de agora exige diálogo. Só a fraqueza de argumentos se escuda no quietismo, na falsa consolação e na procrastinação. A rejeição simplista a qualquer idéia que demande raciocínio se assemelha a solução mais fácil e cômoda para a preguiçosa mente humana.

"Não estão nas estrélas a nossa salvação e o nosso pecado", canta o poeta, "mas em nós mesmos".

"Não atingiremos", afirmou Kennedy, "êsse objetivo nem hoje nem amanhã. Talvez não o alcancemos até o fim de nossa vida. Mas a busca é a maior das aventuras de nosso século. Impacientamo-nos, às vezes, ante o pêso de nossas obrigações, a complexidade das decisões, a agonia da escolha. Mas não há, para nós, nem conforto nem segurança na evasão, não há solução na abdicação, não há alívio na irresponsabilidade"

O momento não é de indecisão, mas de opção. De opção no sentido de lutar desassombradamente para caminhar sem preconceitos em busca de maior perfeição. Cumpre lembrar que a História é implacável e não regateará em pungir com o ostracismo os conservadores exarcebados que relutam em aceitar um revisionismo puro.

"Se nós mesmos não construirmos nosso destino, ninguém o fará por nós."

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- **Fôrças Armadas e Outras Fôrças** — Gilberto Freire.
- **Guerra do Paraguai** — Cel João Perboyre de Vasconcellos Ferreira.
- **Alguns Aspectos da Guerra Contra os Holandeses (1624-1654)** — Tipos de combatentes e de chefias — Ten-Cel Gustavo Moraes Rego Reis.
- **Os perigos da explosão demográfica** — Ten-Cel Germano Seidl Vidal.
- **Uma tendência de hoje ?** — Maj Cid de Goffredo Fonseca.
- **Plano sucinto para instalação do Batalhão Esportivo das Fôrças Armadas** — Cap José Antônio Pires Gonçalves.
- **Análise Histórica da Bandeira do Brasil** — Cap Filadelfo Reis Damasceno.
- **8 de Maio de 1945** — Dia da Vitória — Ten-Cel R/1 Tadeu Cershi.
- **Fronteira Brasil-Bolívia** — Histórico — Formação — Questões de limites — Maj Chiderico Fernandes de Carvalho.
- **O Canal do Panamá** — Cap Luiz Paulo Macedo Carvalho.
- **A Artilharia de Exército nas Ardenas** — Maj Álvaro Galvão Pereira.
- **Prisioneiros de Guerra** — 1º Ten A. Machado Paiva.
- **Origem dos Postos Militares** — 2º Sgt Adolpho Avóglcio Hecht.

AS GUERRAS, FENÔMENOS PSICOBIOLOGICOS

LEONE BOURDET

(Revue Militaire D'Information, agosto de 1962)
Tradução do Cel MOACYR POTYGUARA
Oficial de Estado-Maior

O ÂNGULO PSICOBIOLOGICO

Gastão Bouthoul já disse tudo sobre a guerra ou guerras encaradas sob esse aspecto. Os elementos que aqui alinhamos não são mais do que confirmação e ilustração de suas teses encaradas segundo a psicobiologia. Realmente, o conhecimento da repartição dos quatro grupos sanguíneos A, O, B, e AB, que variam de povo para povo, nos permite traçar a curva psicobiológica de cada grupo étnico e ter, desse modo, a representação gráfica de seu temperamento. Veremos assim que os povos, como os indivíduos, não se assemelham uns aos outros. E não se trata entre eles — ainda menos do que entre os indivíduos — de uma questão de “civilização” mais ou menos desenvolvida, mas pura e simplesmente uma questão de adaptação à vida, de sensibilidade e de reação ao meio ambiente e domínio desse meio, em uma palavra de “temperamento”. As guerras, como as revoluções, não são mais do que “falhas de adaptação”, provindas da incompreensão mútua dos agentes profundos que impulsionam os indivíduos — e os povos — e da interpretação automórfica dos fatos e gestos do vizinho, atribuindo-lhe intenções que nós próprios teríamos em relação a essas atitudes e procurando impor-lhe nossa própria lei, sem levar em conta que ele tem uma mentalidade diferente e que não se agride impunemente as leis da natureza. As guerras são sempre, inicialmente, fenômenos psicobiológicos e seus diversos aspectos são múltiplos e variados precisamente porque os homens não se assemelham.

Os estudos que foram realizados em várias partes do mundo, por ocasião das transfusões sanguíneas, permitem chegar, para os principais grupos étnicos atualmente conhecidos, a amostras suficientes que dão as proporções aproximadas de sangue A, O, B e AB, que os constituem.

Confrontando as curvas assim obtidas, nos apercebemos facilmente que os quatro grupos sanguíneos existem em todas as raças do mundo porém são desigualmente repartidos e, por outro lado, que não existe nenhum povo que possua uma fórmula cuja curva se traduza por uma linha horizontal, isto é, cuja percentagem respectiva de

cada grupo sanguíneo corresponda à média de sua distribuição mundial. Ao contrário, os povos com forte personalidade são aqueles nos quais um dos grupos sanguíneos predomina nitidamente.

Na escala estatística, é o sangue O que surge como o mais difundido, através todos os continentes (entre 43 e 45%), depois o A (um pouco menos de 40%); em seguida o B (entre 17 e 18%) e finalmente o AB, o mais raro (aproximadamente 5,5%), porém o que é muito mais interessante de observar são as variações de povo para povo. Os de sangue A atingem proporções muito mais elevadas em toda a Europa Ocidental, na América do Norte e na Austrália ao passo que os de sangue B são muito freqüentes no Oriente e no centro da África. Quanto aos de sangue AB, são encontrados no limite das áreas geográficas com predominância A de um lado e B do outro; aí onde o A e o B se defrontam isto é: nos Bálcãs e na Polônia, no Jidão, na África do Norte, na América Central e ao norte da América do Sul.

Há poucos povos nos quais o sangue O predomina de modo absoluto. Parece até que os de sangue O procuram unir-se aos de sangue A ou aos de B, aqueles atraindo-os com mais freqüência e intensidade do que estes, talvez pelo seu poder de renovação, ao passo que os AB, ao contrário, parecem encaminhar-se de preferência para os B como se encontrassem nêles uma maior estabilidade que viesse equilibrá-los.

Há povos Harmônicos, povos Rítmicos, povos Complexos e também povos Melódicos, segundo sua predominância temperamental. É um fato que todos os povos com predominância relativa do sangue A, mesmo se situados em áreas geográficas distantes umas das outras, possuem pontos comuns de semelhança; são povos sensíveis entre os quais a afetividade desempenha papel saliente. Se eles forem muito Harmônicos, constituem sem dúvida um povo que possui muita riqueza interior, porém, que pode ficar recolhido consigo mesmo sem expansão externa. É o caso dos aborígenes da Austrália Central, por exemplo. Se, ao contrário, encarmos povos Harmônico-Melódicos nos quais ao sangue A se acrescenta suficiente dose de sangue O, como é o caso da França, Alemanha Ocidental, Inglaterra, Estados Unidos... teremos povos em permanente estado de evolução, criadores e expansivos, com espírito de pesquisa e de realização, e entre os quais as concepções econômicas e de trocas aumentam na proporção em que o sangue O é mais presente (os Estados Unidos e a Bélgica que são mais Melódicos do que a França, se bem que permaneçam com uma relativa predominância Harmônica, têm uma política orientada nitidamente para objetivos econômicos).

Os povos Rítmicos, são tradicionalistas, continuadores de idéias herdadas, procurando seu equilíbrio e desenvolvimento na estabilidade de suas instituições, podendo sofrer bruscas "mutações" mas tratando, desde logo, de se organizar de uma maneira rígida e estável que represente para eles uma segurança e no seio da qual não haja en-

traves para seu dinamismo. É o caso da Rússia que, após a revolução, se tornou um dos povos cujo governo é dos mais rígidos. É o caso também da China que, hoje, ultrapassa a Rússia na rigidez de sua disciplina (o sangue B é mais freqüente na China do que na Rússia).

No que tange aos povos de sangue AB, temos a dizer que são Complexos e ao mesmo tempo hipersensíveis e místicos como os Harmônicos, ávidos de interações e trocas como os Melódicos, e impulsivos em suas determinações como os Rítmicos; são porém instáveis e contraditórios. Se é o fato que se podem apoiar em tradições rigorosas de duplo imperativo: religioso (correspondendo ao lado harmônico de seu temperamento) e militar (atendendo a seu lado rítmico), eles encontram seu equilíbrio como a Polônia e o Japão antes da última guerra mundial; dois povos cuja curvas psicobiológicas são, curiosamente, idênticas.

Já se afirmou que a guerra era uma porfia de tôdas as forças, mas estas não são nem da mesma intensidade nem da mesma natureza nos quatro grupos básicos; como essas forças diferem, de um para outro grupo, os povos em guerra nunca falam a mesma linguagem. É pois uma das causas que faz com que na elaboração dos tratados de paz se cometa erros que não contentam nem uns nem outros, já que cada tratado leva em si mesmo o germe de uma guerra de revanche mais ou menos longínqua.

Entre os Harmônicos, os Melódicos, os Rítmicos e os Complexos não são motivos idênticos que fazem desencadear a guerra em seu desenvolvimento, elas não seguem os mesmos princípios e os tratados que as terminam são construídos sobre pensamento preconcebidos que variam de um a outro temperamento.

A GUERRA HARMÔNICA

O Harmônico, em princípio, não concebe a guerra. Para êle, a vida nada mais é do que contemplação e amor, como para o garoto feliz no seio de uma família amada.

É o que os etnólogos descobriram e se surpreenderam quando estudaram os povos tais como os aborígenes da Austrália Central, entre os quais não existia nenhuma palavra para traduzir a luta, a concorrência, o assassinio, e que não compreenderam, quando os primeiros Anglo-Saxões invadiram seu deserto e atiraram nêles, como homens podiam matar outros homens. Durante muito tempo êles acreditaram que êsses estrangeiros vindos de outro continente os haviam tomado, devido a sua pequena estatura, como animais bons para alimentar seus cães. Ora, êsses aborígenes eram portadores exclusivamente de sangue A e O. Da mesma forma, no que tange aos Pés-Prétos, aldeamento de pele-vermelhas, inteiramente formada de sangue A e O com forte predominância do primeiro (igual aos Aus-

tralianos citados acima), que quando os Inglêses desembarcaram pela primeira vez nas costas da América do Norte, vieram esperá-los com flôres e frutos, e se espantaram também de serem tratados como malfeitores.

Mas quando o Harmônico compreende que o atacam ou que atacam aquêles que êle estima, sua reação é terrível. Êle se revolta e pode se tornar de uma violência extrema. Uma vez desencadeadas suas paixões, não se consegue fazê-lo voltar facilmente à razão. Êle que está sempre pronto a todos os sacrifícios, quando é traído e enganado entra na guerra a todo transe até que se lhe faça justiça.

Para os povos Harmônicos, a guerra é sempre uma autodefesa da intimidade afetiva. Os povos de sangue A fazem a guerra para a salvaguarda de seu ideal — é a guerra da Cavalaria do Ocidente, as Cruzadas. Os sêres e os lugares amados são protegidos mais pelo princípio afetivo do que pelo de utilidade, valor ou oportunidade. Em 1914, tôda a Nação se levantou para defender a terra de seus antepassados e também a cultura francesa (lembremo-nos dos cantos de Péguy). Ê apegado à civilização que criou mais do que a si próprio (é o drama dos “desesperados” de ORAN). Para o Harmônico, a obra que êle admira pode sobrepujar a conveniência e a obediência, é talvez a explicação da salvação de Paris em 1944 por Von Choltitz, pois, no plano do idealismo no qual a guerra se situa, ela pode ter suas grandezas e seus heroísmos onde a razão não tem lugar e no qual sômente o sentimento arrebatava. Fanatismo afetivo, como as guerras religiosas, as lutas pela liberdade de crença e pensamento, a guerra Harmônica é sempre uma reação, ela nunca é espontânea. O Harmônico só é belicoso em resposta a uma agressão contra seus valores, contra o que êle ama, para manter a palavra empenhada, para defender sua honra. Ê o famoso “morrer por Dantzig” de 1939.

Finalmente, entre os povos Harmônicos, a guerra é leal. São Luiz tendo que pagar um resgate para obter sua libertação e tendo os Sarracenos se enganado no cálculo combinado em favor do rei da França, êste exigiu que a diferença fôsse devolvida aos próprios Sarracenos que nada haviam reclamado. Da mesma maneira, devendo atacar o bey de Tunis, êle exigiu que êste fôsse avisado com antecedência, a fim de não passar nunca por traidor. Os Gauleses já tinham essa concepção de guerra leal e desafiavam o inimigo indicando dia e hora para a peleja. Melhor ainda, o Harmônico se sacrifica pelo seu povo: Napoleão em Waterloo redigiu essa declaração ao povo francês: “... ofereço meu sacrificio ao ódio dos inimigos da França. Possam êles ser sinceros em sã declaração e não desejar mais do que a minha pessoa”. Mais ainda, o Harmônico vai além de seu país e, voluntariamente, dá seu sangue para salvar o mundo; os mártires cristãos já haviam dado tal exemplo. Napoleão engajava a França em nome da humanidade e dizia: — “A França só luta hoje pelos mais sagrados direitos das Nações, enquanto que a Inglaterra só defende os privilégios que ela se arrogou”.

Os povos Harmônicos, uma vez satisfeito seu desejo de vingança, se não puderam sublimar sua guerra transpondo-a para um sentimento de defesa de um ideal mais alto que eles próprios, sentem-se como faltosos e procuram fazer-se perdoar; após a bomba de Hiroshima sabemos que complexo de culpa pesou sobre os ombros dos chefes dos Estados Unidos que não souberam mais o que fazer para vir em socorro dos japoneses que eles haviam vencido, e, no entanto, Hiroshima não foi mais do que uma réplica à traição de Pearl Harbour.

A GUERRA MELÓDICA

Os povos de sangue O são os mais pacíficos do mundo. A guerra é para eles um fenômeno que eles buscam afastar. O Melódico não é belicoso. Ele encara primeiramente as soluções negociadas e põe em ação a diplomacia antes de chegar às vias de fato. Quando ele chega a entrar em guerra, é geralmente por causas econômicas mais do que por ideológicas. É dessa forma que certos povos com forte predomínio relativo de sangue O têm tendência a sofrer a influência do mais forte no momento onde esta influência se faz sentir em um plano imediato, pois eles são sensíveis à força aparente mais do que à real. A Itália (onde o sangue O é relativamente predominante) entrou na guerra quando julgou que era de seu interesse, quando a maior parcela da batalha da França já estava vencida e que julgou que só se tratava para ela de organizar a vitória. Mas tendo a sorte mudado de campo, com a chegada dos Americanos, ela soube rapidamente fazer meia-volta e aproveitar toda a ajuda econômica que eles traziam.

Os Esquimós, os Pigmeus com predominância de sangue O, são também povos pacíficos.

Os povos Melódicos são, aliás, os únicos que crêem no fim das guerras. Os de sangue B não acreditam nisso e os de sangue A menos ainda. Todavia quando há guerra, esta pode se revestir de aspectos Melódicos. Na guerra Romana, o comércio e o interesse econômico tinham um lugar primordial. A organização militar era prescrita quase que cientificamente e correspondia ao desejo de reduzir a parte de bravura pessoal, a incerteza dos combates e de conduzir a guerra com o menor risco possível — concepção duplamente contrária à concepção Harmônica e à Rítmica, daí a grande importância que os Romanos emprestavam às fortificações de campanha, a concepção de acampamentos, etc... Notamos hoje concepções idênticas entre os Americanos. Por outro lado o Senado Romano estabelecia, com antecedência, uma política de agressão metódica e de guerra preventiva que ele aplicava para ir aumentando, de maneira implacável, suas conquistas. Ele fez da guerra uma enorme indústria nacional que se revelou na Antiguidade como a mais frutuosa de todas.

Os antagonismos econômicos e comerciais podem regularizar-se por outra forma. Entre todos, esses são os mais passíveis de negociações, transações e compromissos. Temos uma infinidade de exemplos de Estados que, em seguida a dificuldades econômicas aceitaram reorganizar certos fatores de sua economia nacional e até mesmo uma baixa em seu padrão de vida. Quando conflitos econômicos degeneraram em lutas sangrentas, é porque surge um novo fator como Bouthoul já afirmou. Os povos pobres nunca iniciaram uma guerra; são sempre os povos ricos que atacam.

As vezes, o Melódico vê na guerra algumas vantagens tais como: uma luta contra a monotonia, uma ocasião para experiências pessoais, ação, viagens, uma melhoria da produção, pois é por ocasião das guerras que se fazem as invenções mais extraordinárias e sobretudo que se difunde o máximo de utilização desses meios.

A GUERRA RÍTMICA

Os povos Rítmicos em que predomina o sangue tipo B, são os mais espontaneamente guerreiros por sua própria natureza. Assim, para eles, a guerra é uma função natural e um prazer, ao mesmo tempo que buscam nela a unificação do meio exterior. Quando a complexidade e as oposições os perturbam, eles não hesitam em empregar a força para reduzi-las. É necessário que eles próprios se sintam suficientemente fortes para empreendê-la; é a única condição que exigem. A URSS, essencialmente Rítmica em sua organização, não hesitou em intervir com a brutalidade que se sabe para subjugar a Hungria à sua lei, a fim de manter a "linha" e a continuidade de sua zona de influência.

A Índia, um dos países de maior contingente B do mundo, é essencialmente belicosa em seus livros sagrados. Civa, Vichnu, Mitra e muitos outros são deuses guerreiros. Sabe-se também que na Índia existia uma seita secreta (que não se tem certeza se desapareceu), os Thugs, que praticavam o culto do assassinato coletivo segundo rituais notavelmente rebuscados e que, fora de suas cruzadas mortíferas, eram gente respeitável e honrada pelos seus concidadãos que, evidentemente, ignoravam as ocupações às quais eles se entregavam quando partiam em cruzadas.

Os países de sangue B são, além de tudo, os únicos a possuir regimentos de soldados femininos o que choca enormemente o Harmônico para quem a mulher é o ser a preservar juntamente com a criança. Para os Rítmicos no entanto, tudo o que representa fraqueza é dispensável, se não desprezível.

Os povos B são os povos das grandes invasões e das guerras totais, mas que não levam a estas nem o ódio nem a vingança. Para eles isso representa uma prova de força, uma afirmação de seu poderio, uma operação de salubridade.

Grousset, em sua "História da China" lembra o massacre maciço de prisioneiros em honra da vitória, massacre que não era mais necessário para obter um final feliz pois que este fôra conseguido, mas que servia para reforçar a incontestada autoridade do Chefe que o decidiu. Em 331, Tching mandou decapitar 400.000 homens. Em 293, foi uma safra de 240.000 cabeças que outro chefe reclamou para si. Em 274, foram 150.000 cabeças que rolaram. Em 260, cerca de 400.000 cabeças, e assim sucessivamente. Dessa forma estavam eles se guardando também contra possíveis revoltas futuras desses ex-inimigos. Os massacres de Katyn, que nos parecem incompreensíveis, talvez tenham tido origem similar.

Os de sangue B se, por um lado, são espontaneamente guerreiros, é também verdade que o são, em ódio. Nenhum laço afetivo os liga àqueles com os quais acabaram de lutar, eis a razão pela qual se pode vê-los apertar a mão daqueles que momentos antes insultaram. Por outro lado, eles não compreendem que ninguém possa se armar a título preventivo. O grande Frederico, antes de Stalin, emitira uma teoria segundo a qual, constituía para ele uma ofensa o simples fato de seu vizinho se fortificar com medo de um ataque e tal fato era até tomado como agressão!

AS REVOLUÇÕES COMPLEXAS

Os povos com predominância Complexa são aqueles no qual os de sangue AB são relativamente numerosos mas, ao mesmo tempo os de A e B são também bastante numerosos e sem possuir os de sangue O para estabelecer a ligação entre eles. Estão sempre em estado de tensão interna entre sua afetividade e seu racionalismo, entre sua necessidade de fantasia e sua necessidade de ação, enfim entre todas as tendências contraditórias que neles habitam. A revolução existe neles em estado endêmico pois a guerra parece ser para eles um meio de sair do marasmo. Sua história não é mais do que uma seqüência de revoluções e golpes nos quais surge um ditador implacável que, por sua vez, será eliminado por um outro e assim sucessivamente, pois, esses povos acreditam (em seu subconsciente) que sua sorte virá com o chefe que eles se tiverem adjudicado quando, em realidade, conduzem consigo seu próprio calvário, do qual não poderão escapar a não ser na base de soluções psicológicas.

É a atual tragédia da África do Norte. São as fogueiras permanentes constituídas pelos Bálcãs, Oriente Próximo, América Central...

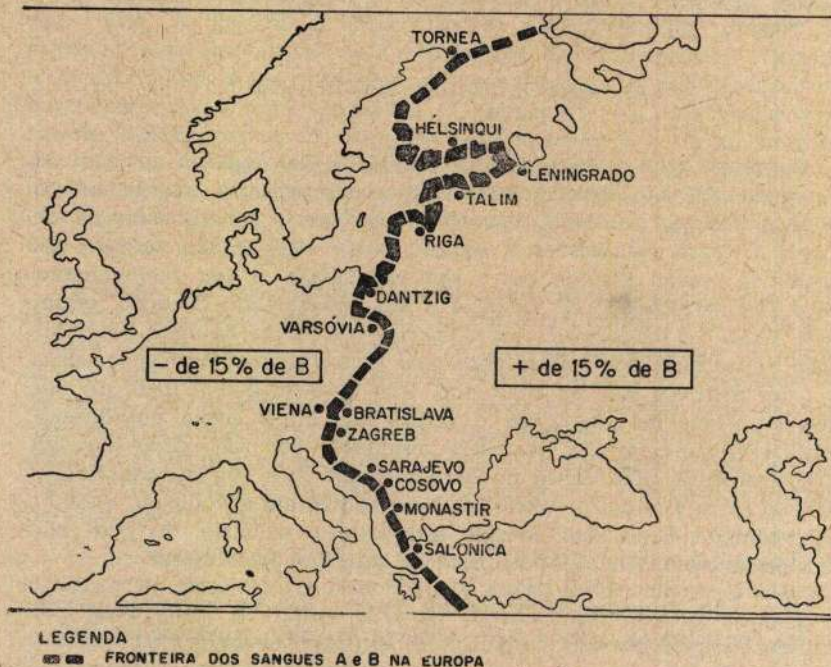
Nada é mais instrutivo do que a comparação das curvas psicológicas dos povos em estado de tensão. Se compararmos as curvas da Alemanha Ocidental (Colônia e Bonn) com as da Oriental (Prússia e Alta Sibéria), salta aos olhos a realidade de que temos diante de nós duas Alemanhas. A primeira com forte predomínio Harmônico, livre

da opressão prussiana voltou a ser a Alemanha criadora, poética, musical e pacífica que havia sido anteriormente.

A outra, a oriental, ao contrário, é muito mais Rítmica e daí compreender-se que ela se tenha voluntariamente inclinado para a Rússia. Se se reunificasse a Alemanha, seriam os rítmicos de Leste que remilitarizariam o conjunto e a Alemanha tenderia a ser novamente bélica por um duplo impulso *rítmico* de hegemonia e *harmônico* de reação.

* *

É quando os sangues A e B estão diante um do outro além de uma certa taxa crítica que as guerras explodem entre concepções diferentes de vida e de governo. Um etnólogo iugoslavo, JOHAN CJIVIC, estabeleceu o que denominou de carta dos sangues. Essa curiosa fronteira dos sangues, que reúne em uma linha de força todos os pontos históricos em que houve lutas ao longo dos séculos, corresponde ao que hoje, praticamente, constitui a Cortina de Ferro.



A curva psicobiológica da Rússia, em confronto com a dos Estados Unidos, esclarece sobre as divergências do verdadeiro problema que existe entre eles. O diálogo deles permanecerá diálogo de surdos se eles não apelarem para as luzes da psicobiologia. Com efeito, quando os Estados Unidos em um gesto de delicadeza que corresponde a sua

mentalidade Harmônico-Melódica, cedem em um dos pontos de litígio para demonstrar boa vontade em relação à Rússia, esta, de acôrdo com sua concepção Rítmica inerente a seu temperamento dominante, não entende essa atitude cortês e a toma como fraqueza. Assim é que, nêsses casos, ela (a Rússia), aproveita para acentuar suas reivindicações e exigir novas vantagens. Os Estados Unidos, sentindo então a incompreensão e as exigências descabidas, endurecem novamente seu procedimento o que faz com que os Russos requeiem pois, julgando-os novamente fortes, voltam a ser prudentes.

A curva dos brancos dos Estados Unidos em confronto com a dos negros dêsse país faz-nos compreender a fôrça do instinto psicobiológico que, por inconsciente que seja, domina tôdas as considerações teóricas da moral. Os brancos dos Estados Unidos que pregam em tôda parte o amor entre os povos, temem mais do que qualquer um as uniões genéticas entre negros e brancos em seu país. Tudo se passa como se houvesse um sobressalto da raça contra o que a destruiria, pois, efetivamente, se se unisse as duas curvas, ver-se-ia que a tendência seria chegar a uma linha horizontal correspondendo à morte já que, conforme dissemos, não há povos em que todos os grupos sanguíneos sejam representados em proporções relativamente idênticos em confronto com a repartição mundial dos referidos grupos.

Quanto à África do Norte, ela se nos apresenta como um mosaico de grupos étnicos, todos diferentes uns dos outros e inassimiláveis entre si. Se tratarmos de submetê-los a uma lei comum, preparamos revoluções permanentes cujos acontecimentos atuais são uma prefiguração de reações em cadeia que não terão fim. A solução só pode ser viável em uma organização federal no seio da qual cada grupo étnico teria sua autonomia e seus chefes, correspondendo a suas necessidades psicobiológicas; o conjunto permanecendo unido sob uma mística religiosa, respeitando as crenças de cada um e presidindo-a, a própria concepção de federação, apoiada em uma sólida armadura militar que mostrasse sua fôrça para não se servir dela.

SOLUÇÕES PSICOBIOLOGICAS DE PAZ

Há um outro aspecto psicobiológico das guerras que é igualmente interessante sublinhar: é o que Gastão Bouthoul denomina de conflito das gerações. É verdade que um povo se torna mais belicoso quando seu impulso demográfico é tal que o número de elementos jovens se torna, subitamente, bastante ponderável e ávido por tomar um lugar na comunidade face a outras gerações mais idosas e mais bem dotadas que, por isso mesmo, não concebem perder suas prerrogativas. Os mais velhos se utilizariam pois dos jovens para enviá-los para a luta enquanto eles (os velhos) tirariam proveito e honras do sacrifício daqueles. Os jovens, a seu turno, não desejariam mais do que lançar-se nessa ação que lhes é oferecida, proje-

tando nela o que seu temperamento lhes sugere de heroísmo, aventura divertida e de ação.

As guerras, porém, tornam-se a cada dia mais Rítmicas, isto é: cada vez mais mortíferas e totais (em todos os campos). Esta uniformização do mundo, para a qual parece tender a humanidade, contrária às leis da vida que anseia por diversificação, acarreta reações que explodem sucessivamente em todos os pontos do planêta. Atrás de um igualitarismo dos povos, que se procura obter quando aí justamente não se deveria instaurá-lo, o instinto psicobiológico dêsses mesmos povos desencadeia sobressaltos de saúde, pelo desejo de sobrevivência, que é preciso tratar de compreender.

O trato das populações, que se faz cegamente, termina neste resultado desastroso porque os homens permaneceram automórficos, mas as soluções psicobiológicas de paz estão a nosso alcance. Só se pode suprimir as guerras substituindo-as, já que elas correspondem fenômenos biológicos profundos; é necessário realizar êsses mesmos fenômenos biológicos de outra maneira, de sorte a evitar a morte do próximo. Para solucionar o conflito das gerações, seria preciso proibir os antigos de resolver pela guerra seus antigos conflitos e proporcionar aos jovens um campo de ação à sua feição, isto é: as explorações submarinas e polares, os gigantescos trabalhos a executar nos desertos mundiais as explorações espaciais que recém-começaram abrem uma oportunidade apaixonante para onde lançar a juventude. Eis pois tôda uma organização mundial a ser reestruturada.

É preciso dar a cada um o máximo de possibilidades de se realizar de acôrdo com sua verdadeira natureza. O problema de uma humanidade harmoniosa deve ser reconsiderado no próprio escalão da humanidade, mas tendo em vista: — dar aos povos Harmônicos um máximo de desenvolvimento Harmônico a ser buscado nas atividades contemplativas, as obras de beleza, a criação estética, a criação científica, a criação e a pesquisa filosóficas, as experiências gratuitas para ver "a vida íntima"; — dar aos Melódicos o máximo de desenvolvimento Melódico pelo comércio, atividades sociais, realizações de utilidade prática, experiências úteis, criação de diversões sociais, as atividades de relações públicas, os estudos econômicos; e — dar aos Rítmicos um máximo de desenvolvimento Rítmico nas atividades coletivas de massa, as grandes realizações técnicas, os trabalhos gigantescos de grande fôlego que exijam continuidade e força, as pesquisas de profundidade e as gigantescas explorações.

Há uma orientação profissional dos povos que é necessário encontrar e que leve em conta a convicção de que: — os Harmônicos saberão encontrar sempre soluções aos problemas de adaptação futura que, ciclicamente, serão propostos, — os Melódicos saberão sempre transpor essas soluções para o plano de aplicação prática e que — os Rítmicos saberão sempre como dar continuidade e dinamizar o conjunto.

A paz deve ser estabelecida tendo por base um conhecimento psicobiológico recíproco dos grupos étnicos que se defrontam ou que são susceptíveis de fazê-lo, de modo a impedir qualquer incompreensão e julgamento automórfico. Até agora conhecemos os outros povos através nós mesmos e não exatamente como eles próprios são; nós os abordamos com um preconceito devido à educação, à História, ao que cremos, sem nunca haveremos verificado ou termos tido elementos objetivos que permitam reformular nosso juízo. É necessário pois, que tomemos consciência, nesse conhecimento objetivo dos outros, do caráter complementar dos diferentes grupos étnicos, aceitar e respeitar reciprocamente a profundidade da alma, a vocação, a personalidade de uns e outros. É preciso também aceitar e respeitar o ambiente criado e desejado por cada qual dos outros, porque este é o que lhes assenta e somente este. Respeito ao outro em sua essência e em suas manifestações culturais, estéticas, etc... Por que iremos impôr uma arquitetura de concepção Harmônica a povos Rítmicos e inversamente? Seria insultar o ambiente pois a arquitetura cria um quadro de vida. Da mesma forma para a música.

Algumas expressões técnicas podem, talvez, ser estandardizadas, tais como algumas ferramentas, porém é preciso impedir, a qualquer preço, a estandardização mundial que corresponderia a uma verdadeira cancerização da humanidade e a conduziria à letargia ou à revolta suicida.

É necessário, ao contrário, reforçar os pontos de diversidade, permitir a cada grupo étnico de acentuar sua personalidade, manter um federalismo mundial — na base de diferenciações e complementações — contra o universo concentrado, monolítico, antibiológico, preconizar um regionalismo que favoreceria unidades e vocações étnicas locais e homogêneas, e assegurar, ao mesmo tempo, a solidariedade pela manutenção do equilíbrio e das complementações.

Se os homens forem razoáveis — e aos povos mais civilizados compete dar o exemplo — o exército terá um papel de organizador e formador, cada dia mais importante. Sua mais bela missão será uma missão pacífica. O Exército sempre foi e permanece a ossatura das civilizações prósperas que constituíram em todos os tempos sinfonias de sociedades ordenadas e de complementação.



PORQUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 51 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

Página	Cr\$
Inteira	90.000
$\frac{1}{2}$	60.000
$\frac{1}{4}$	40.000
2ª capa	110.000
3ª capa	120.000
Contracapa	130.000

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida mais 100%.

EXERCÍCIO DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

(APONTAMENTOS DE UM ÁRBITRO)

Pelo Major Inf JOSÉ MAURY DE ARAUJO SILVA

(Oficial de Estado-Maior)

EXPICAÇÃO NECESSÁRIA

Na verdade, muito já se tem estudado, meditado e escrito sobre a Guerra Revolucionária. E não resta dúvida de que o assunto é apaixonante e merece as freqüentes preocupações que dá, atualmente, aos táticos e estudiosos da arte da guerra. Existe vasta literatura, focalizando táticas, métodos e processos de guerrilhas, de guerra psicológica — seja na guerra revolucionária, seja na insurrecional.

Vamos deixar aos mestres definirem, conceituarem e analisarem semelhanças e diferenças entre os vários tipos de guerras modernas. Agora nos propomos a relatar despretensiosamente, sem atavios, os resultados dos nossos apontamentos, como árbitro de uma das mais interessantes manobras a que temos assistido. Trata-se da Manobra de Guarnição do Recife, realizada em 1964, sob a direção do Cmt da 7ª RM-7ª DI — o Exmo. Sr. General Antonio Carlos da Silva Muricy.

Esclarecemos que nem a forma literária, nem a linguagem regulamentar ou doutrinária, foram objeto das nossas preocupações. Aqui aparecerão apontamentos esparsos, tomados no próprio campo, sobre a prancheta, à medida que os fatos se desenrolavam. Pareceria, assim, mais o esboço de um mau artista do que uma pintura pronta, acabada.

PRELIMINARES

Em face da prorrogação do tempo normal de incorporação do contingente do Grupamento A, viu-se a 3ª Seção do EMR-7 diante da necessidade de elaborar documentos regulando o prosseguimento da instrução nas OOMM. Complementou-se, pois, de maneira objetiva e atual, a Diretriz anteriormente baixada pela RM.

Como coroamento dessa instrução, recém-ativada, e considerando-se que o contingente vivera uma fase bem diferente, uma experiência nova, durante os acontecimentos de março e abril, — determinou o

Cmt da RM a realização do Exercício de Combinação de Armas e Serviços, previsto pela DGI regional de 1964. Para o início dos trabalhos pelo seu EM, baixou a seguinte Diretriz, simples e incisiva:

"O Exercício deverá comportar duas fases distintas:

1ª. fase — Quadros no terreno.

2ª. fase — Exercício de Campanha, com a participação da tropa da Gu do Recife, subordinada à 7ª RM-7ª DI.

Deverá ser feita a montagem dentro de um clima de Guerra Revolucionária, explorando-se a atuação de um GT na limpeza de um eixo que assegure a ligação entre dois grandes centros. Deverá ainda incluir-se, no final, uma ação de cerco".

Além dessa Diretriz, ainda recomendou particularmente:

"Usem a imaginação! Fugam das situações convencionais!

Não se esqueçam, um só momento, de que iremos viver um clima de imprevistos, de ações ousadas de guerrilheiros, — surpreendendo, não se deixando engajar, incomodando de dia como de noite, desaparecendo aqui no terreno, para surgir inopinadamente à frente, à retaguarda ou onde menos se possa prever ou imaginar."

Teve de trabalhar exaustivamente a 3ª Seção, buscando realizar algo novo, já que não se poderia socorrer de notas e documentação de anos anteriores, de manobras passadas, feitas à base da guerra convencional. Criou-se, então, uma Situação Geral simples: o partido comunista buscava apossar-se do poder, estimulado sobretudo por fatores econômicos e pela mudança da direção política, como resultado das eleições presidenciais; com a eclosão do movimento revolucionário, vê-se o Governo Federal na contingência de declarar "estado de sítio", o que lhe permite controlar a situação no Sul, enquanto que no Nordeste o inimigo consegue dominar algumas áreas e organizar até mesmo forças regulares; bandos de guerrilheiros agitam o interior, conseguindo adeptos, aterrorizando os descontentes e contando, em algumas regiões, com o beneplácito da indiferença comodista da massa inculta.

Era essa a situação na área, quando o Comando do IV Exército, decretada a intervenção federal, assumiu o controle da Zona de Operações. Formaram-se cinco Comandos Estaduais, decretando-se a mobilização geral.

Segundo a técnica, os documentos seguintes davam conta da evolução dos acontecimentos no Nordeste, procurando-se sempre apresentar situações, quando não prováveis, ao menos perfeitamente possíveis. Assim é que do sul foi enviado um GT para integrar o Comando Estadual n. 4 e familiarizar-se com a concepção geral das operações. Me-

rece atenção o fato de que o GT escolhido para essa difícil missão desconhece a região de operações, o que, por certo, influirá ponderavelmente no desenrolar dessas (e fica este aspecto como tema meditação).

Em linhas gerais, a missão dada foi:

“Atuar no mais curto prazo, na direção....., a fim de assegurar por aí, a todo custo, uma ligação com a cidade de

Destruir os bandos inimigos em sua zona de ação.

Em..... e ficar em condições de ser empregado na destruição de e”
(estas seriam duas áreas em que os comunistas já haviam conseguido estabelecer-se com tropas regulares).

Não pretendemos falar da farta e bem cuidada documentação que ilustra e instrui o tema: Quadro de Trabalho, Anexos de Logística, de Informações, de Comunicações, Planos de Arbitragem e de Figuração Inimiga são alguns dos documentos normais, sempre presentes, mais ou menos pormenorizados, conforme a orientação do Chefe e o interesse do seu EM.

Também haveremos de nos deter muito pouco na reprodução de algumas anotações da 1ª fase do Exercício. Bastará assinalar que, durante duas penosas jornadas sucessivas, estiveram presentes no campo, desde os coronéis comandantes de unidades até os aspirantes estagiários. E afirmamos que poucas vezes fomos testemunhas de tanto interesse em torno de um exercício de campanha.

Efetivaram-se estudos de situação, reconhecimento, reuniões de EM, etc., evitando-se, sempre que possível, excessivo academicismo, buscando-se obter um cunho de realidade e dando-se, enfim, em todos os escalões, expansão exuberante à imaginação.

Como complemento da 1ª fase, realizou-se em sala uma Crítica, a qual também fugiu dos moldes convencionais. Fêz-se com realismo um bem cuidado Trabalho de Comando de GT, no qual, sem formalismo, estudou-se e discutiu-se a missão, fazendo-se sua análise. Os “S”, os Cmt de Armas de apoio, e os demais participantes emitiram opiniões, apresentaram conclusões, estudaram linhas de ação, até que fôsse emitida a Decisão do Cmt do GT. O “teatrinho” ganhou, em expressão e em valor, por não ter sido ensaiado; mas isto gerou situações curiosas, e obviamente estas aumentaram ainda mais o realismo.

2ª FASE — ASPECTOS CURIOSOS

A 2ª fase é a que se constitui em novidade, com vasta gama de ensinamentos úteis, diversificados, e de improvisações necessárias, indispensáveis em tal tipo de exercício. Como é natural, procuraremos

fugir dos lugares comuns, das NGA de manobras, porquanto este trabalho se destina a militares, afeitos aos problemas típicos. Se formos obrigados a uma ou outra citação de fato corriqueiro será, naturalmente, para atender à conveniência de algum esclarecimento, de ilustrar alguma passagem mais curiosa. Vamos, pois, aos fatos que caracterizaram esta fase.

Uma manhã, bem cedo, lá estávamos em nosso jipe da arbitragem, esperando surgir a tropa numa volta da estrada. Já havia muito que a figuração inimiga se largara na frente a preparar as suas "surpresas". De repente, tivemos nossa atenção despertada por uma camioneta repleta de civis, entre os quais reconhecemos alguns agentes da 2ª Seção; mas, pouco duraria nossa estranheza, imbuídos que estávamos daquela fórmula — "usem a imaginação"... De modo que admitimos, sem maiores considerações, que a Figuração fizera tábua rasa das suas instruções, impostas pela Direção de Manobra, e resolvera representar a ação de guerrilheiros realizando emboscadas. A Figuração, assim procedendo, estaria dificultando a ação dos árbitros, os quais deveriam conhecer as "regras do jogo" de ambos os partidos, a fim de interferir, ajustar, informar, — "dando realidade ao exercício, fazendo com que esse se desenrolasse no ritmo previsto e com a evolução natural e razoável das operações". Todavia, estávamos diante de fatos que se configuravam e que iriam exigir providências.

Só então começavam a surgir as surpresas. É que em breve se apresentava o chefe da Figuração, conduzindo um "sertanejo" com seus típicos trajes nordestinos.

Major, este é o Cap Fulano, do 7º RO-105. Ele chefia um bando de contraguerrilheiros. Nossa Figuração está toda descoberta. Os incidentes até agora preparados já foram revelados e a tropa está sendo devidamente informada. Não há tempo para nova preparação...

Apuramos então que o 14º RI usara o mesmo expediente, o que explicava a presença dos agentes que assinaláramos, todos homens da confiança do atual Cmt daquela unidade (ex-E2 do IV Ex). Havia homem puxando carneiro, cortando cana, auxiliando na reparação da estrada, e de tais modos e formas que já nem era possível distinguir guerrilheiros, contraguerrilheiros ou cidadãos comuns, em seus afazeres diários normais. O jeito seria usar também a imaginação e passar a viver clima diferente do que fôra planejado. Caberia agora à Direção de Manobra e, principalmente, à Arbitragem, controlar as situações imprevistas e imprevisíveis. De uma breve reunião da Arbitragem, resultou:

1. Obedecer ao planejamento somente em suas linhas mestras, essenciais ao desenrolar do exercício.
2. Determinar à Figuração que desencadeasse os principais incidentes, mudando-se os locais anteriormente escolhidos, e que procedesse de acordo com a conduta das operações.

3. Agir a Arbitragem com o máximo de liberdade, criando ou removendo incidentes, funcionando inclusive como Figuração (quando necessário), prendendo guerrilheiros, contraguerrilheiros e pessoal da tropa, enfim, modificando situações, etc.

4. Dar imediata conta, sempre que possível, à Direção de Manobra, de todos os seus atos e providências.

Por meio da rede rádio, instalada ao longo dos eixos de progressão, foi solicitada e obtida a devida autorização e passou a Arbitragem a trabalhar com mais ampla liberdade de ação.

Vale a pena destacar algumas ocorrências, que nos pareceram inéditas.

Certa vez, estava a Figuração tranqüilamente montando o primeiro incidente, relacionado com a abordagem daquele local em determinada hora. Despreocupação absoluta, já que o inimigo andava por longe. Eis que aparece um matuto, trazendo pela mão um garotinho, e na linguagem simples de sertanejo vai molemente puxando uma conversinha despretensiosa com os elementos da Figuração; pouco a pouco, colhia informes e mais informes sobre todo o trabalho ali realizado... Acreditamos mesmo que só não lhe foi dado o Quadro da Figuração pela pressuposição de que ele seria analfabeto... Pois aquele sertanejo era um sagaz agente do 14º RI. Descoberta a trama, havia necessidade de retardar a tropa para dar tempo a se fazer nova montagem. Obtivemo-lo, danificando pontes que, segundo a Engenharia, só dariam passagem a viaturas depois de duas horas de reparos; e criando incidentes não previstos, que obrigassem a ponta e o escalão de reconhecimento a fazerem desbordamentos.

Estes fatos trouxeram conseqüências e ensinamentos proveitosos, como no caso do destemido Ten do 7º Esq Rec Mec que, ao tomar conhecimento da inutilização da ponte sobre o Capibaribe, viu-se na iminência de não cumprir a missão com seus carros de combate; então, desembarcou, procedeu a exaustivos reconhecimentos, reforçou como pôde um velho pontilhão abandonado, que servira a uma usina canavieira, e finalmente com o arrôjo natural da Arma, arrancou-se, indo surpreender inclusive a Arbitragem atenta, rompendo célere pela frente dos elementos da Figuração. Foi preciso tirá-lo de situação por algumas horas, para que a manobra pudesse prosseguir!

Doutra feita, preparava-se emboscada para a Artilharia. Ocultos nos canaviais, os guerrilheiros deixaram que passasse a Infantaria e, ao se aproximar o Grupo do RO, fizeram destruir a ponte, o que obrigou ao desembarque imediato dos elementos mais avançados. Um grupo de Oficiais aproximou-se para reconhecer o local, com isto descuidando-se um pouco da segurança, favorecendo aos guerrilheiros, sempre prontos a se aproveitarem de qualquer descuido. Neste caso, foi somente à custa de ousada manobra de viaturas e de penosa, embora eficiente, ação da Segurança que os Oficiais do Grupo escaparam

fugir dos lugares comuns, das NGA de manobras, porquanto este trabalho se destina a militares, afeitos aos problemas típicos. Se formos obrigados a uma ou outra citação de fato corriqueiro será, naturalmente, para atender à conveniência de algum esclarecimento, de ilustrar alguma passagem mais curiosa. Vamos, pois, aos fatos que caracterizaram esta fase.

Uma manhã, bem cedo, lá estávamos em nosso jipe da arbitragem, esperando surgir a tropa numa volta da estrada. Já havia muito que a figuração inimiga se largara na frente a preparar as suas "surpresas". De repente, tivemos nossa atenção despertada por uma camioneta repleta de civis, entre os quais reconhecemos alguns agentes da 2ª Seção; mas, pouco duraria nossa estranheza, imbuídos que estávamos daquela fórmula — "usem a imaginação"... De modo que admitimos, sem maiores considerações, que a Figuração fizera tábua rasa das suas instruções, impostas pela Direção de Manobra, e resolvera representar a ação de guerrilheiros realizando emboscadas. A Figuração, assim procedendo, estaria dificultando a ação dos árbitros, os quais deveriam conhecer as "regras do jogo" de ambos os partidos, a fim de interferir, ajustar, informar, — "dando realidade ao exercício, fazendo com que esse se desenrolasse no ritmo previsto e com a evolução natural e razoável das operações". Todavia, estávamos diante de fatos que se configuravam e que iriam exigir providências.

Só então começavam a surgir as surpresas. É que em breve se apresentava o chefe da Figuração, conduzindo um "sertanejo" com seus típicos trajes nordestinos.

Major, este é o Cap Fulano, do 7º RO-105. Ele chefia um bando de contraguerrilheiros. Nossa Figuração está toda descoberta. Os incidentes até agora preparados já foram revelados e a tropa está sendo devidamente informada. Não há tempo para nova preparação...

Apuramos então que o 14º RI usara o mesmo expediente, o que explicava a presença dos agentes que assinaláramos, todos homens da confiança do atual Cmt daquela unidade (ex-E2 do IV Ex). Havia homem puxando carneiro, cortando cana, auxiliando na reparação da estrada, e de tais modos e formas que já nem era possível distinguir guerrilheiros, contraguerrilheiros ou cidadãos comuns, em seus afazeres diários normais. O jeito seria usar também a imaginação e passar a viver clima diferente do que fôra planejado. Caberia agora à Direção de Manobra e, principalmente, à Arbitragem, controlar as situações imprevistas e imprevisíveis. De uma breve reunião da Arbitragem, resultou:

1. Obedecer ao planejamento somente em suas linhas mestras, essenciais ao desenrolar do exercício.
2. Determinar à Figuração que desencadeasse os principais incidentes, mudando-se os locais anteriormente escolhidos, e que procedesse de acordo com a conduta das operações.

3. Agir a Arbitragem com o máximo de liberdade, criando ou removendo incidentes, funcionando inclusive como Figuração (quando necessário), prendendo guerrilheiros, contraguerrilheiros e pessoal da tropa, enfim, modificando situações, etc.

4. Dar imediata conta, sempre que possível, à Direção de Manobra, de todos os seus atos e providências.

Por meio da rede rádio, instalada ao longo dos eixos de progressão, foi solicitada e obtida a devida autorização e passou a Arbitragem a trabalhar com mais ampla liberdade de ação.

Vale a pena destacar algumas ocorrências, que nos pareceram inéditas.

Certa vez, estava a Figuração tranqüilamente montando o primeiro incidente, relacionado com a abordagem daquele local em determinada hora. Despreocupação absoluta, já que o inimigo andava por longe. Eis que aparece um matuto, trazendo pela mão um garotinho, e na linguagem simples de sertanejo vai molemente puxando uma conversinha despretensiosa com os elementos da Figuração; pouco a pouco, colhia informes e mais informes sobre todo o trabalho ali realizado... Acreditamos mesmo que só não lhe foi dado o Quadro da Figuração pela pressuposição de que ele seria analfabeto... Pois aquele sertanejo era um sagaz agente do 14º RI. Descoberta a trama, havia necessidade de retardar a tropa para dar tempo a se fazer nova montagem. Obtivemo-lo, danificando pontes que, segundo a Engenharia, só dariam passagem a viaturas depois de duas horas de reparos; e criando incidentes não previstos, que obrigassem a ponta e o escalão de reconhecimento a fazerem desbordamentos.

Estes fatos trouxeram conseqüências e ensinamentos proveitosos, como no caso do destemido Ten do 7º Esq Rec Mec que, ao tomar conhecimento da inutilização da ponte sobre o Capibaribe, viu-se na iminência de não cumprir a missão com seus carros de combate; então, desembarcou, procedeu a exaustivos reconhecimentos, reforçou como pôde um velho pontilhão abandonado, que servira a uma usina canavieira, e finalmente com o arrôjo natural da Arma, arrancou-se, indo surpreender inclusive a Arbitragem atenta, rompendo célere pela frente dos elementos da Figuração. Foi preciso tirá-lo de situação por algumas horas, para que a manobra pudesse prosseguir!

Doutra feita, preparava-se emboscada para a Artilharia. Ocultos nos canaviais, os guerrilheiros deixaram que passasse a Infantaria e, ao se aproximar o Grupo do RO, fizeram destruir a ponte, o que obrigou ao desembarque imediato dos elementos mais avançados. Um grupo de Oficiais aproximou-se para reconhecer o local, com isto descuidando-se um pouco da segurança, favorecendo aos guerrilheiros, sempre prontos a se aproveitarem de qualquer descuido. Neste caso, foi somente à custa de ousada manobra de viaturas e de penosa, embora eficiente, ação da Segurança que os Oficiais do Grupo escaparam

de cair prisioneiros. Ficara contudo o ensinamento; e toda falha, todo descuido, por menor que pudesse parecer, passou a receber imediatamente a sua sanção.

Não havia tempo morto sem ações imprevistas, já que a Arbitragem recebera poderes também de Figuração Inimiga valendo-se agora de sua onipresença junto a todos os escalões. Até mesmo a onda de boatos foi desencadeada, propagando-se pelos pacatos moradores dos arredores tal boataria que deu incrível trabalho para serem feitos os convenientes desmentidos. Era outra nova experiência trazendo um aspecto de guerra psicológica.

Seria exaustivo descrever as ações noturnas, quando, caracterizado o cerco, esforçavam-se os guerrilheiros por rompê-lo. Sucederam-se pitorescos atos de magnífica improvisação, de ousadas ações de patrulhas, de curiosas tiradas de imaginação, criando-se situações de um realismo impressionante, nessa guerra difícil e plena de surpresas, imprevistos e sustos para ambos os partidos, como também para a Arbitragem.

Vale relatar uma ação levada a efeito contra uma viatura do rancho. Esta, meio fora de situação, conduzia o jantar quente para uma Cia Ref, quando foi apanhada, o que constituiu dura provação para os soldados, que só haviam enfrentado um "catanho" na ensolarada jornada nordestina que se findava. Foi o ensejo, que aguardávamos, para testar as palavras de Euclides, na sua descrição de resistência e do estoicismo dos valentes sertanejos.

Finalmente, dada a impossibilidade de rompimento do cerco, que mais e mais se apertava, em ato desesperado resolveram os guerrilheiros vender caro a derrota e resistiram bravamente à ação de destruição. Nesse ato derradeiro, epílogo de duas estafantes jornadas, tivemos a esplêndida cooperação da FAB, bombardeando e metralhando redutos de Engenho de Aldeia, em eficaz e adequado trabalho de amaciamento, o qual juntamente com a massa dos fogos da nossa Artilharia, propunha-se a facilitar a árdua arrancada da "rainha dos campos de batalha". A Infantaria irrompeu resoluta, caminhando para a indispensável consolidação da vitória e a limpeza do terreno.

Eis, em resumo, alguns aspectos tirados dos nossos apontamentos. Aqui encerramos, afirmando convictos: exercícios desta natureza são atuais e necessários, pelo acervo de ensinamentos e de experiências que poderão propiciar, estimulando a imaginação, retemperando os nervos e preparando-nos, soldados e quadros, para os incertos dias de amanhã.



GEN NEWTON CASTELLO BRANCO TAVARES

Foi êle soldado de rija têmpera, virtuoso, ativo, altamente capaz, que deixou um lastro imenso de serviços ao Exército e um edificante exemplo àqueles que trilham ou houverem de trilhar a carreira das armas.

(Da Citação Especial do Ch EME, consignada no Bol Int nº 64, do EME, de 7 Jun 65, dia seguinte ao falecimento do Gen NEWTON).

Foi por estarem convencidos de que a vida do Gen Newton — tanto militar quanto civil — não poderia ser sepultada junto com seu corpo que um grupo de seus companheiros de armas — colegas de turma, amigos íntimos, antigos instruídos, companheiros de serviço em unidades ou escolas — julgou que “um lastro imenso de serviços ao Exército e um edificante exemplo àqueles que trilham ou houverem de trilhar a carreira das armas” não devia ficar no olvido, mas sim ser narrada a todos.

É o que fazemos agora, num preito sincero ao amigo que não se foi, porque conosco convive diariamente, mormente quando entramos no quartel para desempenharmos nossas funções. Continuas conosco, velho companheiro! A rememoração da tua conduta e do teu modo de proceder há de nos dar alento para procurarmos imitar-te, pois igualar-te difícil será, senão impossível.

Foi o Gen Newton bem a expressão do brasileiro comum. Oriundo de pai civil — José Ferreira Tavares, brasileiro — pelo lado materno herdou o nome de tradicional família — os Castello Branco, filho que era de D. Maria Alice Castello Branco Tavares, também brasileira.

Natural do antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, já no Colégio Militar se destacara entre os de seu tempo e turma pelo companheirismo são, pela camaradagem desinteressada, pela correção de atitudes. A 28 de março de 1929 ingressa voluntariamente na carreira das armas, como praça, na Escola Militar do Realengo e quase três meses depois presta o Compromisso à Bandeira. Esse ato solene, esse juramento máximo impregnou todo o ser, todo o corpo, todo o espírito do jovem Cadete. Teve dêle a plena consciência de sua significação, a transcendência de sua vital importância e a perenidade de que se revestia. E pautou sua vida militar nêle. Tratou com afeição os irmãos de armas. E deu bondade aos subordinados. Cumpriu as ordens dos superiores e fez cumprir as suas. E teve a ventura de integrar a Fôrça Expedicionária, onde poderia ter feito o sacrifício máximo pela Pátria que, felizmente, o destino não o exigiu. Mas o arranhou um desastre de jipe.

Na Escola Militar, aumentou o destaque que já trazia do Colégio. Despontou na turma por sua compreensão para com os colegas, por sua dedicação ao estudo e ao serviço, por sua irrepreensível conduta militar. Seus graus são altos, confirmando sua inteligência acima do normal. Nos anos de 1930 e 1931 está na Artilharia, Arma de sua escolha, e a 25 de janeiro de 1932 é declarado Aspirante-a-oficial. Na Escola Militar, não poucas vezes, deixando suas horas de lazer ou destinadas ao estudo, era visto o Cadete Newton procurando resolver as dificuldades dos outros, fossem de estudo ou disciplinares. Qual de seus contemporâneos não se recorda da "Irmã Paula" como carinhosamente era chamado?

Um dos companheiros batizou-o de "patrono" da turma. Outro preferiu fôsse conhecido como "padroeiro". Patrono tem um sentido ético; padroeiro é de substância espiritual.

Classificado no Grupo Escola — a unidade padrão da Artilharia — nêle começa a revelar com exuberância tôda a sua personalidade, todo o seu pendor militar, tôda a sua fibra, tôda a sua dedicação ao serviço, todo o seu empenho para bem fazer, bem cumprir, bem executar, bem obedecer, bem comandar. De corpo e alma devotou-se ao serviço. Seus predicados pessoais conjugados à sua natural tendência castrense e à profundidade do cabedal que trouxera da Escola Militar fá-lo-iam despontar no Grupo entre seus pares.

Transcendia tanto, notava-se de tal modo essa sua destacada conduta que dois meses após apresentar-se na unidade, seu Comandante, que não o conhecia anteriormente, assim se expressava ao dar-lhe o primeiro elogio como oficial: "Ao Senhor Aspirante-a-oficial Newton Castello Branco Tavares, pelas provas de correção, iniciativa, amor ao trabalho e capacidade com que inaugurou sua carreira, honrando seus instrutores e o instituto que o preparou, prometendo belos, grandes e úteis serviços à Pátria. É com grande satisfação que abro a primeira página do histórico da vida profissional dêsse jovem camarada, em nome do Senhor Ministro da Guerra, fazendo-lhe justiça e desejando que continue a aprimorar suas virtudes militares, a aperfeiçoar seus conhecimentos profissionais e, sendo a ação demolidora dos vencidos e céticos, trabalhe sempre e marche sobranceiro para o futuro, confiante na grandeza do Exército e do Brasil". (Ten-Cel Pantaleão da Silva Pessoa).

Não seria possível ser mais exato nem mais justo; mais preciso nem mais correto. Em dois meses de atividade o Newton se mostrara todo como era — e continuou a ser até morrer — a seu Comandante que ao elogiá-lo, a par da justiça com que o fez, vaticinara tôda sua vida profissional. E outra coisa o Newton não fez que trabalhar sempre e marchar sobranceiro para o futuro, "confiante na grandeza do Exército e do Brasil". Nós e todo o Exército aqui estaríamos para o confirmar, se fôsse preciso; felizmente não o é.

Já então nitidamente percebia-se o quanto era querido por seus subordinados, que viam sempre nêle um chefe amigo, um quase irmão.

Newton sabia que o subordinado quer compreensão e justiça e justiça e compreensão são fáceis quando se tem a inteireza moral de um Newton.

Ainda no Grupo Escola ascende a 2º e 1º Tenente. Em 1934, ao ser designado auxiliar de instrutor da Escola de Artilharia, começou talvez a mais longa carreira de instrutor de todo o Exército brasileiro, culminando-a na Escola Superior de Guerra.

Em 1937 vai ser auxiliar de instrutor de Artilharia da Escola Militar. Centenas de oficiais de tôdas as armas recordam-se do Ten Newton ou do Cap Newton. Dezenas e dezenas de artilheiros muito devem do que sabem da Arma ao "Bacalhau" ou, mais afetuosamente, ao "Baculha". Na Escola Militar continua o que já era. Sua atividade é operosa e fecunda. Enfrentar e resolver dificuldades era a constante de sua vida. Avêssô à estagnação, estava sempre realizando tarefas complementares e espontâneas, após cumprir tôdas as suas atribuições normais. Constantemente dizia: "Sempre se pode melhorar o que foi feito ontem". Aconselhado por amigos a poupar-se respondia: "Rusticidade adquire-se!".

Newton sabia DAR. Sim, DAR, coisa que muita gente não o faz; uns por não saber e outros por egoísmo. Newton dava porque não era egoísta e porque sabia dar. Assim como deu sua camiseta certa vez para limpar as peças de sua Seção, dava tempo, dava atenção, dava justiça, dava conhecimentos, dava dever, dava companheirismo, dava amizade, dava exemplo moral. Dava horas de seu lazer e descanso para auxiliar aquêles que se encontravam em dificuldades. Muitos não sabem que, à noite, ia buscar oficiais na Vila Militar para darem aulas a cadetes que não tinham média em certas matérias. E não o fazia para artilheiros, somente. Fazia-o sem qualquer espírito de arma, sem egoísmo e, o que é notável, sem que alardeasse o fato e impondo silêncio aos amigos que o atendiam nesse mister extraordinário.

Impecável na conduta, impecável o era no fardar-se.

Todos os seus chefes, sem exceção, a êle se referiram em termos os mais dignificantes e — extraordinário — numa constância surpreendente a seus predicados. Pincemos frases sôltas: "Oficial subalterno dotado de qualidades excepcionais". "Espírito de cooperação invulgar. Empreendedor. Assiduidade e pontualidade rígidos". "Conhecedor minucioso e profundo de todos os detalhes de sua Arma". "Constitui pela sua inteligência, correção, dedicação, capacidade de trabalho, pontualidade, assiduidade, espírito de coordenação, de realização e seu bom humor o Instrutor ideal para esta Escola". (a Escola Militar). "Tem feição tôda especial para ser educador emérito".

Tudo que fazia era espontâneo e humano, com sinceridade, sem esperar crédito, agradecimentos ou recompensas. Assumia integralmente a responsabilidade de seus atos e de sua iniciativa. Certa vez, ainda na Escola Militar, um Cadete acidentou-se, suspeitando-se de fratura da base do crânio. Sabedor de que nesses casos a remoção do ferido apresenta sérios riscos à sua vida, o então Cap Newton, não permitiu a remoção do Cadete. Seu desvêlo foi muito além do simples dever de Cmt

Bia. Noites seguidas passou à cabeceira do acidentado, dando-lhe auxílio e calor humano. Exames posteriores confirmaram o acerto daquela decisão, ditada certamente pelo seu profundo senso de responsabilidade e de amor ao próximo.

Da Escola Militar, onde ascendera a Capitão em 1938, vai para a Escola das Armas (hoje EsAO). Nesta foi o primeiro de uma turma de 34 com 8,8 de grau. Retorna à Escola Militar e dela sai para matricular-se na então Escola de Estado-Maior. Cursa esta de Dez 1942 a Nov 1944. Obtém a menção Bem. Terminado o curso vai servir na Força Expedicionária Brasileira como adjunto da 3.^a Seção de seu Estado-Maior. Novos reconhecimentos a seus méritos. Escolhamos um: "... o Major (fôra promovido a 25 Jun 1945) Newton termina a campanha de posse de um apreciável tirocínio de oficial de EM, o que vem juntar-se as suas conhecidas qualidades de oficial de tropa. O Exército encontrará nêle um instrutor moderno e autorizado para qualquer uma de suas escolas além de sua aptidão para o Comando e para o Serviço de EM". Quem assim a êle se referia era o então Chefe da 3.^a Sec EM/FEB, hoje Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Ao regressar da Itália foi para a Escola de Estado-Maior, como instrutor. Após 10 meses sai para o Gabinete do Ministro da Guerra de onde retorna à Escola, após ter ido cursar a Escola similar do Exército, norte-americano onde obtém o grau SUPERIOR, "O mais alto concedido em Leavenworth". É agraciado com a "Bronze Medal", dos EUA e a "Cruz de Guerra com Palma", da França.

Na EEM desponta seu extraordinário pendor de instrutor, seu nome está ligado indelêvelmente ao período de renovação das bases estruturais e doutrinárias do Exército e da renovação da Escola.

Sentia o fracasso de um oficial-aluno como se fôra o seu próprio. Ficava inquieto por isso. E exultava quando seus instruendos sobresaiam-se. Dedicava-se, empolgava-se, vibrava em tôdas as situações, sentindo-as em uma pungente realidade, emocionando-se com os problemas alheios, incorporando como suas as alegrias e tristezas dos outros. Por pilhéria um turma da EEM ofertou-lhe um diploma que dizia uma grande verdade sobre o Newton: "Só o Amor constrói para a Eternidade". Queriam enaltecer, em sua personalidade estimada, aquele ardor incontinente que punha em tôdas as suas tarefas. Eram cerca de cem oficiais-alunos. Saberiam que a pilhéria era contra êles? Pois para o Newton aquele poderia ser facilmente o moto de sua vida.

Nada fazia pelo meio e não se amoldava ou conformava com a rotina que estaciona, que retarda, que deforma, que vicia, que anda para trás. Ainda na EEM ao receber a incumbência de dirigir um curso para os novos instrutores fêz tudo de nôvo. Organizou um programa, planejou, preparou, convidou companheiros para auxiliá-lo. Surgiu um eficiente e proveitoso curso que se tornou uma das tradições da Escola. Publicou-se pela primeira vez o Manual do Instrutor, oficializado, após, como documento básico dos trabalhos escolares, o qual, da Escola, expandiu-se

para as demais congêneres do Exército. Tudo pela vontade, pela inteligência, pela pertinácia, pelo ardor, pela dedicação, pelo exato cumprimento do dever de um major — o Maj Newton Castello Branco Tavares.

Até 1951 transmitiu seus conhecimentos militares a várias turmas. Muitos a êle muito devem. Em setembro desse ano, devido à promoção a tenente-coronel, assume seu primeiro comando de unidade isolada — o Grupo Art Cav de Santana. Mudou o ambiente mas não mudou o Newton; ou melhor, em pouco transformou o Grupo à sua feição. Porque só compreendia eficiência, honestidade, dedicação, pois “era um soldado de raça”. O serviço, as obrigações do cargo constituíam como que uma constante de sua vida.

A Escola de Estado-Maior não esqueceu seu instrutor de escol. Galardoou-o com a Menção Especial que seu regulamento consigna.

De Santana foi para o Estado-Maior do Exército onde ficou por dias, indo cursar o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas. De aluno passa a instrutor, após o término do curso (concomitantemente faz o Curso Superior de Guerra). Sempre com o mesmo destaque, com o mesmo brilho, com a mesma dedicação, por cinco anos (1953-1958). Em 1956 ascendeu ao coronelato.

Vai chefiar a Comissão Militar Brasileira em Washington e pouco depois acumula a função com a de adjunto do adido militar.

As citações e os louvores agora não mais são vaticínios, porém, o reconhecimento tácito de uma honesta e profícua carreira de quase 30 anos.

Regressa para o Estado-Maior do Exército onde dirige o Curso de Informações e Contra-informações.

Em maio de 1961 está no Gabinete do Ministro da Guerra, novamente. Daí sai para a chefia do Gabinete da Sec Delegação Brasileira da CMMBEU.

Em 1962, quando já surgiam ainda quase imperceptíveis os primeiros sinais da doença que o levou, ainda apresentava o certificado de conclusão do curso por correspondência de Leavenworth!

Vai ser Chefe de Gabinete do DPG, em março de 1963. Começam a surgir as primeiras manifestações de sua enfermidade. Não se entrega. Procura médicos. O mal é insidioso e age subrepticiamente. Mas um Jequitibá não vai assim com qualquer ventania.

Em 25 Mar 1964 chega ao ápice da carreira — atinge o generalato aos 54 anos. Indiferente à doença, certo de que a venceria, pois fôra tôda a vida um Jequitibá impávido, erecto, sobranceiro, puro, de nobre estirpe, a estirpe dos honestos, dos dedicados, dos cumpridores do dever, dos que sabem dar desinteressadamente amor e compreensão a amigos e companheiros. Não deu a inimigos, pois não os teve.

Agravava-se a doença. Vai aos Estados Unidos e volta cheio de vida. Não se enganava a si mesmo. Estava convicto de que a venceria. Não vencera sempre todos os obstáculos? Não se importava com o mal que ela lhe fazia mas sim com as dificuldades que lhe trazia ao pleno desempenho de suas tarefas. Trabalhar, queria trabalhar! Não compreendia aquele empecilho que transtornava seu trabalho. Sua força de vontade sobrepunha-se ao mal. Já na Chefia do Gabinete do EM e avançada a doença ainda submetia suas atividades, atitudes e condutas a normas severas. Só falava do futuro. Aos mais íntimos dava esperanças na exuberância com que acreditava na sua recuperação: "Descobriram o que tenho... já iniciei nôvo tratamento... fiz uma operação... já não sinto mais dores... já posso trabalhar!" Quando muitos com saúde fogem covardemente o Newton corroído pelo câncer e os meses contados, senão os dias, só pensava em trabalhar! Porque o trabalho era a razão de sua vida e queria intensamente saúde para poder trabalhar. Quantos seriam capazes dêsse estoicismo?

A mão constantemente na frente indicava as fortes dores que sentia. Mas não faltava ao trabalho! Um de seus auxiliares no Estado-Maior encontrou em seus bolsos um cartão que de vez em quando o Newton lia e que trazia escrito: "Agora que perdi uma vista, preciso trabalhar em dôbro para atender minhas obrigações". Edificante. Enquanto tantos são fogem do trabalho o Newton queria trabalhar dobrado. Pode existir algo de mais estimulante, como exemplo, para as novas gerações que precisam de fatos para guiarem-se, na instabilidade da vida moderna?

Com tôda a doença continuou a DAR. Só parou de trabalhar para morrer. A um companheiro que se desculpava de um grande espaço entre duas visitas devido ao seu trabalho respondeu, já no leito do hospital: "Estaria aborrecido se você tivesse abandonado seus afazeres para vir visitar-me. É grande a tarefa que o EMFA desempenha e você tem obrigação de ajudar a levá-la a bom termo. É a responsabilidade de um organizador do Grupo Escola!" Era o mesmo Newton de 35 anos de vida militar. Era um general moribundo expressando-se com palavras de um tenente recém-formado. Era o mesmo Newton que antes de tudo DAVA ao Exército e à Pátria.

Quando se cansava, levantava o polegar naquele gesto tão difundido na 2.^a Grande Guerra. Aquêlê polegar para cima era mais que um sinal, pois a expressão do seu rosto indicava aquela firmeza e fôrça de vontade que constituíam a característica de sua personalidade.

O grande Jequitibá estava prostrado. Furacão sorrateiro e repentino deitava no chão a copa que resplendera 35 anos exuberante e pura. Mas ainda restava alento ao Jequitibá para dar algo. Sua sombra agora era pouca, quase nenhuma. Poucas raízes traziam a seiva da terra que chegava a seu âmago. Esse âmago tinha um lema que não desapareceria. E no próprio estertor ainda se lembrava de DAR. Três dias antes de morrer, no leito do hospital falou a um amigo: "Desejava que você dissesse ao

Ernesto que gostaria de falar com o Gen Castello. *Não é nenhum caso pessoal.* Tenho sido tratado maravilhosamente pela equipe d'êste Hospital que, no momento, se acha desprovido de recursos. O Presidente precisa saber disso e fazer com que, doentes como eu, que vivem de esperanças, sintam, juntamente com o calor humano dos que cuidam d'êles, a assistência do Governo". Grifamos nós o trecho. A morte, Newton não pedia para êle! À sua agonia sobrepunha um sentimento de solidariedade humana que caracteriza o homem puro. Pois puro era o Newton. Não era para si que queria benefícios, era para aquêles que, como êle, sofriam a dor de um tratamento sem esperanças! Que desprendimento! Que nobreza! Às vésperas da morte vencia conscientemente o espírito de conservação inato em todo ser humano e pedia para os outros. Dava amor. Dava-se aos próximos. A "pilhéria" sobreexistia no seu âmago: "Só o Amor constrói para a Eternidade".

Morreu. Mesmo morto conservou o dedo polegar em riste. Fenera um corpo mas não um espírito. Seu rosto irradiava a expressão que sempre teve: firmeza e honestidade. Morto, não se despedia, mas sim estimulava e incentivava.

Adeus NEWTON!

Fôste "Soldado de rija têmpera, virtuoso, ativo, altamente capaz que deixou um lastro imenso de serviços ao Exército e um edificante exemplo àqueles que trilham ou houverem de trilhar a carreira das armas".

Mais perdeu o Exército do que nós com tua partida. Queremos seguir teu exemplo. Queremos DAR. Antes de tudo DAR às novas gerações, àqueles que não tiveram a ventura de contigo privar o conhecimento suscito de tua vida militar. Pois tua vida militar foi um exemplo de estoicismo, de amor e de capacidade de trabalho. Tua vida se revestiu de eficiência, modéstia, tenacidade e permanente preocupação de ser útil. Fôste bom e humano. Em ti pensavas por último, porém, sempre pensaste bem e sobrou tempo para construir uma carreira digna que findou com a consideração dos superiores, o carinho dos amigos, a compreensão dos companheiros e a admiração dos subordinados.

Não somos egoístas como tu não o fôste. Quisemos, portanto, render-te êste preito póstumo de carinho fraternal. Continuas vivo em nossos corações e continuarás vivo para todo o sempre, pois fizeste o que teus instruendos disseram: "Com Amor construístes para a Eternidade".



INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : Cr\$ 150

A HEVEICULTURA NO VALE DO TAPAJÓS

Maj Eng DARINO CASTRO REBELO
Oficial de Estado-Maior

1. UM POUCO DE HISTÓRIA DA BORRACHA

- 1.1. Na segunda viagem de Cristóvão Colombo à América (1493 a 1496) parece ter o famoso genovês tomado conhecimento da borracha nativa, na atual Ilha de Haiti — São Domingos, antiga Espanhola.
- 1.2 Segundo consta, foram os índios omáguas ou cambebas que começaram a utilizar o látex. Viviam em região acima da foz do Rio Negro, no Amazonas. Frei Manoel da Esperança, catequizador desses silvícolas, levou para Belém a notícia sobre o látex e sua indústria rudimentar.
- 1.3. Os sertanistas do Pará e do Maranhão, predadores de índios e negociantes, notadamente com as chamadas "drogas do sertão", tomaram interesse pela borracha e seus artefatos, pelo valor comercial despertado. Depois de 1720, em pleno ciclo da mineração na região Centro-Sul do país, foi criado o comércio da borracha, evidentemente de forma incipiente. Em 1759 o governador da então Capitania do Grão-Pará ofereceu ao rei de Portugal um terno impermeabilizado com borracha, possivelmente a primeira manufatura de certa importância, feita com aquele produto. Por volta de 1762, o botânico Fusée Aublet descreveu e classificou a seringueira, denominando-a de "Hevea Brasiliensis".
- 1.4. No início, os seringais nativos foram localizados na Ilha de Marajó e outras ilhas situadas no estuário amazônico, assim como nas margens dos rios Capim, Guamá, Acará e Moju. Mais tarde foram encontrados nas regiões dos rios Xingu, Tapajós, Madeira, Juruá, Purus e Javari. As árvores mediam de 25 a 30 metros de altura e um diâmetro de 0,60 a 1,50 metros, chegando às vezes, a quatro metros de circunferência.
- 1.5. No ciclo da borracha, o braço escravo importado da África foi inexpressivo. Seu elemento humano preponderante foi o nordestino, que no Século XIX empreendeu o desbravamento da Amazônia, a procura dos seringais nativos dos vales do Tocantins, Tapajós e Xingu, seguindo-se depois a dos situados no Acre, a partir da grande seca de 1877, que iria povoar a grande

área, mais tarde adquirida à Bolívia por dois milhões de libras e o compromisso de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, segundo o Tratado de Petrópolis, negociado por Rio Branco em 1903. A exploração desenfreada e predatória dos seringais da Amazônia fizeram de Belém e Manaus capitais de fausto e de grande progresso, criando verdadeiras lendas sobre as opulências e esbanjamentos a que se entregavam os seringalistas, hoje contadas com alguma tristeza e mágoa.

- 1.6. Em 1839 Charles Goodyear descobriu a vulcanização, tornando a borracha por este meio, de grande importância e utilidade, um produto de larga aplicação industrial. As consequências imediatas foram o aumento do consumo, disponibilidade da matéria-prima inferior à demanda e elevação de preços no comércio internacional. Por volta de 1890 a difusão da bicicleta, com roda de borracha, é grande. Cinco anos mais tarde os automóveis passam a utilizar pneumáticos em suas rodas. As exigências do consumo crescem de ano para ano com a expansão da indústria automobilística.
- 1.7. No ano de 1875 o navio "Amazonas" leva para a Inglaterra cerca de 70.000 sementes de seringueiras, despachadas clandestinamente por Henry Wickham, que foram cultivadas no Jardim Botânico de Kew. Somente 2.390 germinaram. Em agosto do ano seguinte, aproximadamente 1.920 mudas tomaram o caminho de Ceilão. Assim os ingleses iniciam a heveicultura em suas colônias asiáticas (Ceilão, Bornéu, Java e Sumatra), todas situadas em região equatorial como a Amazônia. Em 1910 chega ao mercado mundial a borracha cultivada no sudeste da Ásia, em franca competição à borracha nativa brasileira, então no apogeu, dominando amplamente o comércio internacional. O curioso é que a princípio os plantadores asiáticos reagiram em substituir suas plantações de café, cuja cultura foi levada da África Oriental, inicialmente pelos muçulmanos, mais tarde pelos holandeses e franceses, pelas de borracha. Assim, enquanto os asiáticos substituem suas culturas de café pelas de seringueiras, a cafeicultura em São Paulo se expande, de tal sorte que a partir de 1880, saem pelo porto de Santos cerca de cinco milhões de sacas de 60 quilos.
- 1.8. Em 1905 as plantações do Oriente produzem 145 toneladas de borracha, no ano seguinte sobem a 510 toneladas e atingem 8.000 em 1910. Enquanto isto, o Brasil continuava a tirar partido da demanda no comércio mundial, embora sem melhorar os meios de produção, como faziam os ingleses na Ásia. O preço alcança o máximo de 3,06 dólares à libra. Mas já em 1913 desce, calamitosamente, para 0,65, chegando ao irrisório valor de 0,115 por libra, em 1921. Era o golpe de misericórdia na borracha de coleta do vale amazônico. Isto porque, já no início da Primeira Grande Guerra a produção da borracha plantada na

Ásia, atingia a 72.000 toneladas anuais, enquanto a de coleta e nativa do Brasil, não passava de 37.000. Para enfrentar a grave situação da baixa produtividade e preço vil, o Brasil ensaiou fraca reação, criando a Superintendência da Defesa da Borracha, em 13 de junho de 1912, sem resultado animador, tornando-se órgão burocrático, ineficiente e oneroso. É interessante assinalar, que nessa época a pauta de nossa exportação de borracha se aproximava da do café.

- 1.9. O preço de 3,06 dólares por libra alcançado em 1910 estimulou a pesquisa nos laboratórios, visando a obtenção do produto sintético. Tão vitoriosas foram estas pesquisas, que no início da Primeira Grande Guerra os alemães começaram a produzi-lo numa usina, com a capacidade de 24.000 toneladas por ano.
- 1.10. Na década de 1915 a 1925, a maior produção brasileira de borracha foi obtida em 1917, num total de 33.988 toneladas, e a menor ocorreu no ano de 1921, cerca de 17.439. Seu preço era 20 vezes inferior ao de 1910. A Amazônia se acomoda com sua produção de borracha, estagnada. Já os ingleses a incrementam cada vez mais, obtendo em 1930 a apreciável marca de 820.000 toneladas e dez anos mais tarde, cerca de 1.400.000.
- 1.11. A guerra no Oriente privou os Estados Unidos das fontes de produção de borracha natural, a partir de 1941. Na terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres americanos, foram estabelecidas as bases de fornecimento mútuo de materiais críticos e estratégicos, entre os quais estava a borracha. Como consequência dos melhores preços e financiamentos amplos, a Amazônia recebeu de 15.000 a 30.000 nordestinos, para a chamada "batalha da borracha", conseguindo aumentar a produção, ao máximo de 30.593 toneladas, em 1945.
- 1.12. O Banco da Borracha foi fundado em 1942, objetivando proporcionar financiamentos e incentivos aos seringalistas para aumento da produção de coleta, a fim de cooperar com o esforço de guerra dos aliados às potências do Eixo. Oito anos mais tarde é transformado no Banco de Crédito da Amazônia, embora funcionando independentemente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada pela Lei n.º 1.106 de 6 de janeiro de 1953, como decorrência do artigo 199 da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.
- 1.13. Tendo em vista o desenvolvimento da indústria de artefatos de borracha no País, particularmente a de pneumáticos, bem como a produção insuficiente de borracha na Amazônia, o Governo Federal promulgou leis em 1952 e 1954 determinando a ampliação de 20% dos lucros dessa indústria em plantações de seringueiras. Atualmente, estima-se que existam cerca de 500.000 seringueiras plantadas na região Bragantina do Pará, 50.000 no núcleo Colonial do Guamá, próximo de Belém, 40.000

na Colônia Militar do Oiapoque, 2.000.000 no Território do Amapá, 2.000.000 em Belterra, 8.000.000 no Sul da Bahia e 1.000.000 nas regiões de Ubatuba e Iguapé, em São Paulo. Nas regiões Bragantina, Sul da Bahia e Sudeste de São Paulo, por iniciativa daquelas Companhias; em Belterra, por iniciativa da Ford, como veremos mais adiante; nas demais citadas, por iniciativa oficial. Levando-se em conta que a seringueira começa a produzir depois de oito a dez anos de plantada, o cumprimento daquelas leis, hoje já deveriam estar causando efeito benéfico na colheita de látex no país, o que, infelizmente não acontece.

- 1.14. Em virtude da produção de borracha natural não satisfazer a demanda interna, obrigando até a importação, parece que o Brasil tenderá para o incremento de sua produção de borracha sintética. Junto à Refinaria de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, já se encontra em funcionamento a primeira fábrica de borracha sintética do país, com capacidade de 40.000 toneladas por ano, aproveitando subproduto do petróleo, e em Pernambuco, encontra-se em fase final de instalação a fábrica da Companhia Pernambucana de Borracha (COPERBO), com capacidade inicial de 20.000 toneladas, aproveitando o álcool obtido da cana-de-açúcar.
- 1.15. No ano de 1963 o Brasil importou 21.000 toneladas de borracha, no valor aproximado de 7,6 bilhões de cruzeiros, produziu 30.000 toneladas de borracha sintética e 25.000 toneladas de borracha natural. Aí está definido o triste papel desempenhado pela produção de borracha nativa na Amazônia, relegada a plano inferior pela novel indústria de borracha sintética.

2. CONCESSÃO A COMPANHIA FORD

- 2.1. Pelo ano de 1925 as companhias americanas produtoras de borracha natural, na Ásia, firmaram um convênio com o fim de forçar a alta do produto. Henry Ford, famoso industrial que ligou seu nome à indústria automobilística, para ficar livre das imposições daquele convênio, resolveu plantar seringueira no seu próprio habitat, na Amazônia, de forma metódica e intensiva. Para isso tratou de obter uma concessão do governo brasileiro que lhe permitisse concretizar o ambicioso empreendimento. Mas não foi fácil. A gritaria dos políticos aproveitadores e "nacionalistas" da época, foi grande, tal como hoje contra o Instituto Interamericano de Pesquisas Tropicais, apontado como a pretender criar condições para internacionalizar a Amazônia. Felizmente, venceu o bom senso dos "entreguistas" e a concessão foi dada em 1927, sem que se concretizasse o preságio das aves agouzeiras.
- 2.2. Foi escolhida uma grande área de terreno no município de Aveiro, no vale do rio Tapajós, no Pará, cerca de 200 quilôme-

tros da cidade de Santarém. A posição face aos centros de consumo da borracha nos Estados Unidos, era muito mais vantajosa do que a dos seringais ingleses no Sudeste da Ásia, reduzindo as distâncias de transporte a um quarto, oferecendo ainda a vantagem da localização da fonte de produção, em território sul-americano. A partir de 1928 começaram a chegar toda sorte de material, em embarcações de grande calado, tornando necessário a realização de transbordo das cargas para embarcações menores, no porto de Santarém. A região começou a sentir o esforço benéfico do empreendimento ao ser feito o recrutamento da mão-de-obra, no próprio meio amazônico. A Companhia passou a fazer o saneamento da área, construção de casas, instalação de grupos geradores, oficinas de carpintaria e mecânica, instalação de água encanada, rede de luz elétrica, hospitais, escolas, igreja e demais instalações necessárias a um núcleo populacional promissor. Logo foi iniciada a plantação de seringueiras, sob a supervisão de James R. Weir, que fora Diretor do Instituto de Pesquisa de Borracha da Maláia, contratado agora pela Ford. A região recebeu o nome de Fordlândia, como homenagem ao notável industrial norte-americano, idealizador do projeto e seu financiador.

- 2.3. Por volta de 1939 começaram a aparecer pragas e fitonoses nas seringueiras plantadas em número aproximadamente de 1.200.000 pés, prejudicando o crescimento e a futura produtividade. O combate químico então realizado não produziu os efeitos desejados. Para combater um fungo pernicioso que também apareceu, esteve na região um entomologista americano de fama mundial, cujos resultados de sua passada por lá, não foram animadores. Mas o Dr. Weir não se intimidou. Como resposta ao desafio do ambiente ingrato, criou um Departamento de Pesquisas para tentar o melhoramento da seringueira e sua cultura. Entretanto, o terreno acidentado de Fordlândia onerava o plantio, que aliado às pragas e fitonoses, impôs a seguinte reflexão: a permanência na região levaria ao completo fracasso da empresa, face aos resultados até então alcançados; em outra região mais favorável, talvez melhores resultados podessem ser conseguidos.

- 2.4. Foi assim, que a 4 de maio de 1934 a concessão feita à Ford sofreu modificação, nos termos da permuta realizada de comum acordo entre o Estado do Pará e a concessionária, com a troca de uma área de 285.500 hectares, localizada nos fundos da antiga concessão, por outra situada na mesma margem do rio Tapajós, porém, cerca de 150 quilômetros abaixo do rio e 40 quilômetros de Santarém, que veio a constituir o atual núcleo denominado Belterra. Até 1940 haviam sido plantados 5.820 hectares com 2.000.000 seringueiras. O povoado se expandiu. Houve verdadeiro fluxo de progresso na região, com reflexos favoráveis no comércio e na assistência médica e social da po-

pulação. Mas o nôvo lugar não se revelou melhor do que o primeiro. As árvores foram atacadas por pragas e doenças, reduzindo as possibilidades de ser conseguida regular produtividade. Para um empreendimento de iniciativa privada visando o lucro como objetivo principal, o golpe era aterrador e fatal. O fracasso de Fordlândia se propagava à Belterra.

- 2.5. A luta foi grande durante quase vinte anos, porém os resultados práticos ficaram aquém do suportável a um estabelecimento industrial de iniciativa privada. Após o término da Segunda Grande Guerra e da morte de seu filho Edsel, Henry Ford decidiu desfazer-se da empresa. Os acervos da Companhia Ford no Pará foram postos à venda. Consta que a Goodyear estêve interessada, mas recuou ao tomar conhecimento da fôlha de pagamento do pessoal estável. Foi aí que o Govêrno Federal, julgando ser negócio favorável, adquiriu por 5 milhões de cruzeiros, importância esta inferior 40 vêzes à invertida pela Ford.

3. A CONCESSAO DEPOIS DA FORD

- 3.1. O negócio com a Ford foi realizado pelo Govêrno Federal através do Banco de Crédito da Borracha (hoje Banco de Crédito da Amazônia), em 28 dezembro de 1945. Daquela época até 18 de julho de 1958, o acervo adquirido ficou a cargo do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), que aumentou o referido patrimônio territorial com a aquisição da Fazenda Daniel de Carvalho, situada à margem esquerda do rio Tapajós, mas para fins criatório e não plantação de seringueira. Em 18 de julho de 1958, pela Lei n.º 3.431, foi criado o Estabelecimento Rural do Tapajós (ERT) englobando Fordlândia, Belterra e Fazenda Daniel de Carvalho, com personalidade própria e de natureza autárquica, subordinado ao Ministério da Agricultura. Finalmente, em 11 de outubro de 1962, pela Lei Delegada n.º 11, foi o ERT incorporado à Superintendência da Política Agrária (SUPRA), de triste memória. A Delegacia Regional da SUPRA no Pará compreendia, além do ERT, o Núcleo Colonial de Monte Alegre, o Núcleo Colonial do Guamá, a Hospedaria Rural do Tapanã e o Pôsto de Imigração do Pará (Agência de Belém). A Delegacia foi entregue a um deputado estadual comunista, que tentou agitar os meios rurais, levando o órgão ao descrédito e à ruína, felizmente afastado após a revolução de 31 de março de 1964.
- 3.2. A Direção do IAN julgando improdutivos, comercialmente, os seringais de Fordlândia, resolveu transformar a área em campo de pastagem, passando a utilizá-la como criatório de gado de raça. As seringueiras se transformaram em mato, entregues à "doença das fôlhas" e à "môscas de renda", pragas que os técnicos da Ford não conseguiram debelar. Aumentaram os plan-

teís de raça Nelore (gado de corte), Red Sindi (gado leiteiro), Sindi-Jersey e Guzerá (gado de corte e leiteiro) e bufalo. Existiam no ano passado: 1.900 cabeças de gado em Fordlândia; 2.200 na Fazenda de Daniel de Carvalho; e 20 em Belterra. Talvez venha a ser explorada esta atividade econômica nos terrenos da antiga concessão Ford, onde se observa hoje o abandono e o desinteresse pela heveicultura.

- 3.3. Dos 285.500 hectares de Belterra, hoje apenas 6.672 estão plantados com seringueiras em número de 1.500.000, das quais 640.000 estão em corte; 160.000 existentes dentro da área de seringueiras de corte, deveriam ser utilizadas pela Seção de Fitotécnica e Técnica Experimental para pesquisa; o restante não oferece condições de corte por sua baixa produtividade, já verificada, havendo necessidade de ser instituído um programa de eliminação dessas árvores, para dar lugar à plantação de novas mudas mais resistentes, se o objetivo fôr realmente o de produzir borracha. Em 1964 a produção de borracha de Belterra ficou em torno de 420 toneladas, com uma média de 35 toneladas mensais.
- 3.4. O ERT é um verdadeiro "elefante branco", órgão burocrático destinado a proporcionar "emprego" aos afilhados políticos. Em junho de 1964 figuravam nas suas folhas de pagamento: 8 funcionários da Agência de Belém; 877 de Belterra; 303 de Fordlândia; 67 da Fazenda Daniel de Carvalho; e 4 de Santarém. Total: 1.259 funcionários, acarretando uma despesa mensal em torno de 78 milhões de cruzeiros. A produção mensal da borracha bruta ao custo médio de um mil cruzeiros por quilo, proporcionou uma arrecadação de 35 milhões de cruzeiros. A criação de gado não deve cobrir o restante para completar os 78 milhões, só com a folha de pagamento do pessoal. Desta maneira, pode-se concluir com facilidade que é mais um órgão a pesar no orçamento da União, com mais de meio bilhão de cruzeiros por ano.
- 3.5. Em setembro de 1964 estive em Belterra, tendo assim a oportunidade de constatar "in loco" a incúria e abandono dos seringais. Foi com tristeza que vi o mato, ervas daninhas e até cupim, graçando devastadoramente as quadras de seringais, transformando-as em mata agressiva e improdutiva. Foi o que conseguiu a demagogia política e o aliciamento à subversão no meio agrário, tão do agrado dos dirigentes da SUPRA.
- 3.6. Como consequência da revolução de 31 de março, o Congresso Nacional votou a Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências, como no seu artigo 116, que revoga a Lei Delegada n. 11, de 11 de outubro de 1962, extingue a SUPRA e transfere suas atribuições ao Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA).

Parece que, de acôrdo com essa Lei, o ERT passará para o IBRA, devendo ficar subordinado à Delegacia Regional do IBRA no Pará. Não será medida feliz. Mudará apenas de nome. Possivelmente não teremos, nem produção de borracha em escala econômica e nem colonização. Assim, o grandioso sonho de Henry Ford de produzir borracha cultivando a seringueira racionalmente no vale do Tapajós, chegará ao melancólico fim do esquecimento, apenas lembrado numa triste página da história da heveicultura na Amazônia.

4. CONCLUSÕES

- 4.1. As seringueiras plantadas oferecem mais fácil coleta e proporcionam maior produtividade do que as nativas, disseminadas em grande área, tornando baixo o rendimento da coleta do látex.
- 4.2. Os preços altos, o desenvolvimento do emprego na indústria e o espírito empreendedor, levaram os ingleses a plantar, racionalmente, as seringueiras no Sudeste da Ásia e os cientistas, a pesquisar nos laboratórios a borracha sintética.
- 4.3. Parece que Henry Ford foi menos astuto do que seus avós ingleses ao pretender cultivar a seringueira no vale do Tapajós, não levando em conta as condições reais que iria enfrentar, talvez até por ignorância, o que não diminui o êrro do planejamento. O resultado é que, seis anos após o início da plantação em Fordlândia, foi obrigado a mudar para Belterra, antes mesmo que as árvores ficassem em condições de corte. Ainda na segunda região escolhida não foi feliz, levando-o, onze anos mais tarde, a abandonar o empreendimento. Num ponto foi prático e inteligente: quando percebeu a inutilidade do esforço despendido, as adversidades do meio insensíveis às providências tomadas, renunciou habilmente ao projeto tão ambicioso. Passou-o adiante com grandes prejuízos, mas não ficou com aquele pêso morto a perpetuar uma improdutividade incômoda.
- 4.4. Depois da Ford, os seringais de Fordlândia e Belterra ficaram entregues à sanha dos políticos, desvirtuando os objetivos de produzir borracha, passando então a produzir votos. A estatização mais outra vez revelou que o Estado, normalmente, não é bom empresário, no sentido industrial de produtividade, ficando a idéia de que estatizar "é sinônimo de tornar uma empresa deficitária, pela elevação desmedida dos salários e pela diminuição da sua produtividade".
- 4.5. Há necessidade de uma providência que restitua o interesse pela heveicultura no vale do Tapajós. Parece que uma solução seria o ajuste comercial com as Companhias de pneumáticos,

de acôrdo com as Leis de 1952 e 1954, que determinam a aplicação de 20% dos seus lucros dessa indústria, em plantações de seringueiras.

- 4.6. Espera-se que a Direção do Instituto de Reforma Agrária, ao tomar conhecimento da verdadeira situação dos seringais de Fordlândia e Belterra, através do relatório que deve ser feito pela Delegacia Regional do IBRA no Pará, tome as providências reclamadas, no sentido de aliviar o orçamento da União do peso tão incômodo, em benefício de uma produção de borracha à altura das necessidades nacionais.



VOCE QUE JA É ASSINANTE, faça mais um assinante para a **DEFESA NACIONAL**, e estará assim contribuindo para o engrandecimento de sua Revista, QUE PRECISA DE VOCE.

REPRESENTANTE!

1. Prestígie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 51 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a ele e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto mínimo em folha está sendo de Cr\$ 200;
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nosso preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais esse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

MODERNOS CARROS DE COMBATE

Bulletin de L'Arme Blindée. Ste Cyr, França
Tradução do Cap NEY SALLES

Durante a I GM, o princípio da manobra quase desaparecera dos campos de batalha e, devido à preponderância da artilharia e o aparecimento da metralhadora, recorreram os beligerantes à Guerra de Posições. Em presença, entretanto, de enormes perdas, buscavam os Exércitos em operações, um meio de forçar o inimigo entrincheirado a retomar a guerra de movimento, única capaz de levar a resultado decisivo.

Concebido para superar essas dificuldades o carro de combate, como hoje o conhecemos, fez sua estréia nos campos de batalha em 15 de setembro de 1916, na ofensiva britânica do SOMME. Apesar disso, sem emprêgo só se iria confirmar nos dois anos subseqüentes, a 20 de novembro de 1917 em CAMBRAI e a 8 de agosto de 1918 no MARNE, "o dia negro do Exército Alemão", segundo Ludendorff.

Desde os primórdios do carro de combate, as características que predominaram em seu desenvolvimento foram a mobilidade, a potência de fogo e a proteção blindada, necessárias a levar o fogo a domicílio. Daí o aparecimento de "Escolas", defendendo cada qual, uma das características do CC.

Durante a II GM, duas características assumiram papel importante: a mobilidade e a potência de fogo. No decurso das operações blindadas, levadas a efeito nos diversos TO, o desenvolvimento do armamento, influiu sobremodo na mobilidade, com o aumento da proteção blindada.

Na atualidade, fruto da experiência do passado, surgiu uma quarta escola, a Escola Interdependente, preconizando sejam observadas, no desenvolvimento do carro de combate, as missões a serem desempenhadas nos futuros campos de batalha; um sistema armamento-contrôle de tiro, que lhe permita cumprir a missão; proteção para a guarnição contra o armamento convencional dos carros de combate adversos e contra as radiações atômicas; mobilidade através campo e finalmente sejam examinadas "qual das três características básicas deve preponderar em detrimento das demais, nenhuma reduzida abaixo do risco calculado".

Em seguida, consideremos, em separado, as três características básicas dos blindados:

MOBILIDADE — "A mobilidade do CC deve ser considerada tanto do ponto de vista tático quanto estratégico." Depende de fatores como potência do motor, raio de ação e sistema de suspensão.

A fim de obter a mobilidade necessária, procuram-se aperfeiçoar motores mais possantes, mais econômicos, transmissões mais aperfeiçoadas e sistema de suspensão que permitam maiores estabilidade e pressão unitária. Assim é que dos seis CC — tipos considerados entre os mais modernos, há uma tendência entre motores diesel ou mult carburantes, com potência de 700 a 800 HP, peso 35 a 50 ton, transmissões hidramáticas, suspensão por barras de torção, pressão unitária de 800 gr/cm², capacidade de transposição de vau em torno de 2 m, raio de ação da ordem de 400 km, velocidade de 40 a 50 km/h e largura de cerca de 3 m para facilitar o transporte ferroviário, preconizado para as grandes distâncias.

Os limites à mobilidade residem na necessidade de conservar uma base suficiente para suportar o armamento e oferecer proteção à guarnição e ao equipamento. Deve proporcionar ainda o espaço interior, possibilitando condições de habitabilidade à guarnição por longas horas, sem fadiga, conduzindo combustível e a munição utilizados em combate.

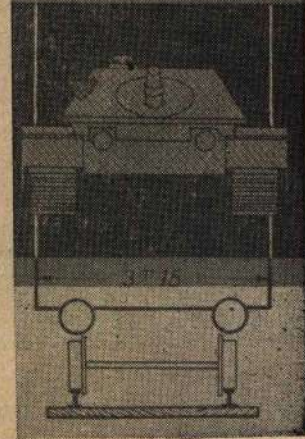
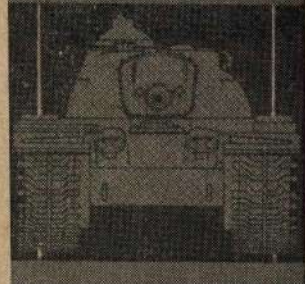
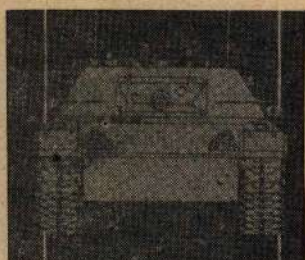
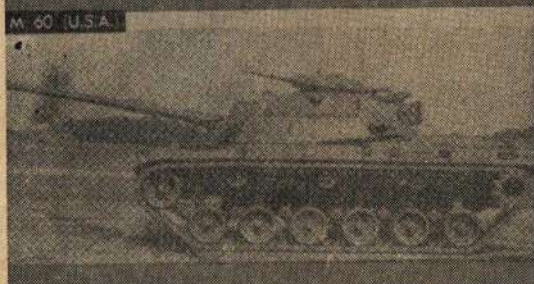
POTÊNCIA DE FOGO — “Um CC vale sobretudo pela qualidade de seu armamento.” A potência de fogo mede-se pelo calibre, rapidez e velocidade de tiro, capacidade de penetração da granada e dispositivos de controle de tiro. Assim o CC deve possuir um armamento principal e um armamento secundário. O canhão de 100 mm com alcance de utilização variável de cerca de 2.000m, velocidade inicial de cerca de 1.500 m/seg parece aceito pela maioria das grandes potências, enquanto o armamento secundário compreende uma metralhadora coaxial, para defesa aproximada e uma metralhadora para DCA montada na torreta do chefe do carro.

A munição empregada pelos CC é geralmente de três tipos: explosiva-perfurante, explosiva e perfurante. Os tiros não devem ser muito pesados para facilidade de municiamento.

Os dispositivos de controle de tiro variam dos mais simples aos mais precisos. Assim, na França, Alemanha e Estados Unidos, os CC utilizam por aparelho de pontaria um telêmetro. Na Inglaterra uma arma de regulação ex-calibre e de características semelhantes a do canhão. Na Rússia e Suécia, empregam-se as lunetas telescópicas. Entre os seis CC — tipos considerados constitui exceção o “Chieftain” inglês no que concerne às peculiaridades a saber: o canhão 120 mm, o dispositivo de controle de tiro acima referido e o fato de ser o único CC que dispõe de estabilizador para o tiro em movimento.

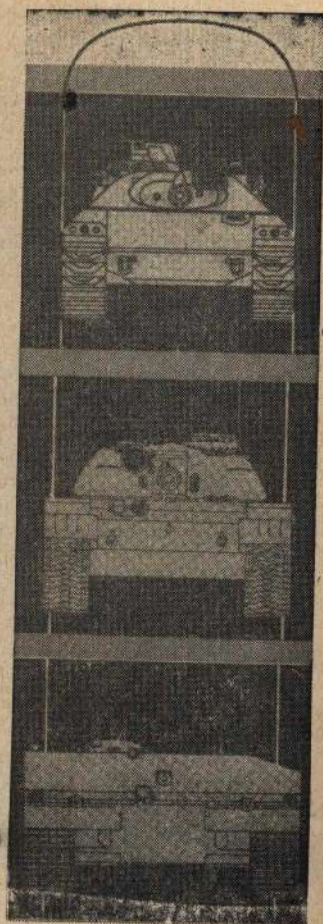
PROTEÇÃO BLINDADA — “O carro de combate, plataforma de tiro móvel, deve resistir à potência destruidora do moderno armamento.” A couraça deve proteger a guarnição e o equipamento. Essa proteção é função da silhueta e espessura da couraça.

A procura de uma proteção eficaz tende a aumentar o seu peso com a espessura da couraça, que todavia não resiste aos projéteis perfurantes e a velocidade inicial elevada dos modernos canhões. O critério



adotado nesse aspecto prevê a espessura suficiente para resistir aos impactos diretos dos tiros de metralhadoras de 20 mm e aos estilhaços de obus 155 mm, bem como proteção contra os efeitos instantâneos das explosões nucleares.

A redução da silhueta é fator primordial. Entretanto não deve prejudicar a observação e elevação do canhão, para permitir o tiro a distância. A proteção frontal é obtida pela inclinação da couraça e a lateral pela espessura relativa, variando de 1,5 a 3 cm. A torre, cujo interior é o verdadeiro compartimento de combate, deve ser fundida como uma



só peça inteira. Enfim a proteção nuclear é obtida pela pressurização do compartimento de combate ou instalação de dispositivo de filtros de ar coletivos, conforme encontrado no CC M60.

Consideraremos a seguir alguns dispositivos suplementares, especialmente destinados a aumentar a mobilidade e a potência de fogo dos atuais CC. Entre estes, os dispositivos infravermelhos que permitem o movimento e execução do tiro à noite são utilizados em todos os CC. Dos grandes exércitos mundiais, inclusive no Brasil. Outro dispositivo utilizado na França e nos Estados Unidos é o indicador de direção, que permite a guarnição controlar a direção de deslocamento e a qualquer momento corrigir os desvios de itinerário.

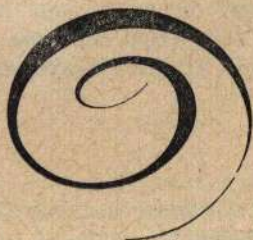
Finalmente, os CC, desde que foram idealizados introduziram nos campos de batalha o conceito da guerra de movimento. Grandes progres-

Foram feitos no seu aperfeiçoamento técnico e emprego tático. Foram empregados em todos os campos de batalha do mundo, demonstrando a sua versatilidade face as mais adversas condições de climas e terreno.

Na época atual as G U Bld representam uma parcela considerável das forças terrestres das grandes potências mundiais.

Numa guerra futura, convencional ou atômica, tudo indica que os Blindados desempenharão papel proeminente. Sua mobilidade é o requisito básico da guerra atômica e dos campos de batalha do futuro.

As principais potências da atualidade estão empenhadas em tornar suas forças blindadas o instrumento com que contam para vencer um eventual conflito — A ARMA DA DECISÃO.



A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. **É a sua tribuna.** MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras:

- "Revue de Défense Nationale" — França (agosto-setembro de 1965).
- "Berlin Repot" (Ns. 21, 22 e 23 de 1965).
- "TAM" (Terre — Air — Mer) — França (N. 72, 25/7-10/8/65; n. 73, 10/9/65; n. 74, 25/9/65; e n. 75, 10/X/65).
- "El Caballo" — Argentina (julho de 1965).
- "Jornal do Exército" — Portugal (agosto, setembro de 1965).
- "Military Review" — Edição Brasileira (fevereiro, março e abril de 1965).
- "Ejército" — Espanha (n. 307, agosto; n. 308, setembro de 1965).
- "Guión" — Espanha (n. 279, agosto; n. 280, setembro de 1965).
- "Revista Militar" — Portugal (Ns. 8-9, agosto-setembro de 1965).
- "Revista de Publicaciones Navales" — Argentina (n. 556, janeiro-março; n. 557, abril-junho de 1965).
- "Armas y Servicios" — Revista del Suboficial — Chile (n. 41, maio-junho; n. 42, julho-agosto de 1965).
- "Revista Militare" — Itália (n. 9, setembro de 1965).
- "Revista de las Fuerzas Armadas da Venezuela (ns. 225-226, março-abril de 1965).

Nacionais:

- "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais" — Volume IX — Belo Horizonte, 1962.
- "Boletim do Clube Naval (n. 182, 2º trimestre; n. 183, 3º trimestre de 1965).
- "Carta Mensal" — CNC — SESC (n. 122, maio; n. 123, junho de 1965).
- "Revista Marítima Brasileira" (ns. 4, 5 e 6 de abril, maio e junho de 1965).
- "Digesto Econômico (n. 185, setembro-outubro de 1965).
- "Antenas Cirúrgicas na Guerra Subversiva" — Cel Méd Dr. Américo Pereira, Ten-Cel Dr. Vasco José Vieira dos Reis, Ten-Cel Eng Dalnio Teixeira Starling — III Congresso Brasileiro de Medicina Militar, 1965.
- "Anuário do Conselho de Ensino do Colégio Militar de Fortaleza" — (n. 2, 1963-1964).

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM OUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

ORIGEM DOS NOMES DOS ESTADOS; TERRITÓRIOS E DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

2º Sgt ADOLPHO AVOGLIO HECHT

AMAZONAS

O rio que deu o nome ao Estado. Deve-se ao capitão espanhol Francisco Orellana, companheiro de Pizarro, na conquista do Peru, o nome do rio. Descobriu-se em 1541. Tendo sido atacado por uma tribo de índios guerreiros, junto a foz do Nhamundá, Orellana lembrou das "amazonas" de Termodonte, rio do Ponto, em cujas margens viviam mulheres aguerridas que, desde a infância, queimavam ou comprimiam o seio direito, a fim de melhor manejar o arco. "Amazona" tem o significado de "sem seios" ou "mulher cavaleira" porque também guerreavam montadas a cavalo. As amazonas, segundo a tradição (mais mitologia), viviam na Capadócia, Ásia Menor.

MANAUS

De "Manaus", índios que habitavam a região do rio Negro (afluente do Amazonas). O nome da tribo passou à cidade que, anteriormente era denominada "Vila da Barra do Rio Negro".

PARÁ

O Estado tomou o nome do rio (afluente do Amazonas, chamado Pará). Do tupi "pa'ra" (mar, rio que parece com o mar).

Há quem veja a origem na expressão "Pará! Pará!". Um comandante de destacamento gritara aos soldados que não matassem mais.

BELÉM

Viria de "Betlém", cidade da Palestina, onde nasceu Cristo. O português Francisco Caldeira Castelo Branco, seu fundador, deu-lhe o nome de "Nossa Senhora de Belém", "para rememorar a data da véspera do Natal, pois sua expedição partiu de S. Luiz do Maranhão em 24 de dezembro de 1615".

Para outros viria do nome de um subúrbio lisboeta, onde se acha a torre de Belém.

MARANHÃO

Para alguns autores, vem do tupi "mba'ra" (mar) e "nã" (corrente). Para outros, seria originário de "maranhas", topônimo de Minho (rio de Portugal). Outros ainda vêm a origem no tupi-guarani "Mair-Anhangá" (alma ou espírito de Mair). O nome do rio que passou ao Estado, em 1621, originária de "Marañon" ("Mar (mar) e "non" (não)), na língua castelhana. Os primeiros exploradores do conhecido rio indagavam dos companheiros se aquilo era mar, ao que respondiam "Mar non" (não era mar).

SÃO LUIZ

Chama-se assim em honra de Luiz XIII de França. A colônia que deu o nome à cidade foi criada por franceses.

PIAUI

O nome teria origem no tupi "pi" "au" (piau, designação que se dá as piaba grandes) e "ü" (rio). Piauí tem sentido de "rio dos piaus".

TERESINA

De Teresa (D. Teresa Cristina Maria, Imperatriz). O nome formou-se com o sufixo "ina".

CEARA

Para alguns, o nome viria de "ciará" (canto da jandaia, no linguajar indígena). Outros vêm a formação da palavra em "cemo" (cantar forte) e "ara" (pequena arara).

Originária ainda de "ci" e "araã" (moléstia do calor, lugar sujeito aos perigos do calor ou da seca).

Existe até quem veja a origem em "Saará", os primeiros exploradores da terra viram notável semelhança da região com o famoso deserto africano.

FORTALEZA

Numa povoação ergueu-se um forte por ordem de D. Pedro II de Portugal, para dar combate aos piratas franceses. O povoado passou a chamar-se "Vila do Forte" e, posteriormente, "cidade da Fortaleza".

RIO GRANDE DO NORTE

O nome originou-se de um rio, Potengi, mais conhecido naquela Região por Rio Grande.

NATAL

Teria sido porque a cidade foi praticamente fundada durante as festas do Nascimento de Cristo (ano de 1599).

PARAÍBA

Seria originário do tupi "pa'ra" (rio), e "a'iba" (ruim, impraticável). Outros dão como "para'iba" (nome indígena da árvore "Simaruba versicolor", que floresce abundantemente na região).

JOÃO PESSOA

Do ex-governador do Estado (João Pessoa). O nome data de 4 de setembro de 1930. Antigamente chamava-se Paraíba.

PERNAMBUCO

Diz que se formou do tupi "para'nã" (rio caudaloso) e "puka" (gerúndio de "pug", arrombado, rebentar). Para outros, havia uma pedra furada nas margens do rio Capibaribe por onde o mar entrava com grande ruído.

RECIFE

Grupos de rochedos no mar denominam-se "recife". Nas costas de Pernambuco, principalmente à altura de Olinda, são numerosos os rochedos a flor d'água.

ALAGOAS

De "alagoa", antiga forma protética (aumento de uma letra ou sílaba no início de uma palavra, sem mudar-lhe o sentido) de lagoa. No Estado vêem-se muitas lagoas costeiras.

MACEIÓ

Viria do tupi "ma" por "mba'é" (coisa) e "sai" (dilatada, estendida), "ma-sai-ó" que quer dizer "o que se estende, encobrindo".

Maceió era o nome de um antigo engenho de açúcar, herdando mais tarde a cidade esse nome.

SERGIPE

Igualmente viria do tupi "si'ri ü pe" (no rio dos siris). Outros vêem em "cerigip" (ferrão do siri), o nome do mais influente cacique que se opôs ao domínio português, a origem de Sergipe. Antigamente o nome do Estado era "Seregipe del Rei".

ARACAJU

Do tupi "ar" (nascer) e "ka'yu" (cajueiro). Para outros ainda do tupi, porém com "a'ra aka'yu" (cajueiro dos papagaios).

BAHIA

De "baía" ou "enseada". Deu-lhe o nome Cristóvão Jacques, seu descobridor, em 1526.

SALVADOR

O nome teria sido dado pelo então Governador Geral (Tomé de Souza), em honra do Salvador (Cristo).

No local havia uma capela devotada a S. Salvador.

ESPIRITO SANTO

Deve-se o nome a Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania, que aí desembarcou no domingo do Espírito Santo, a 23 de maio de 1535, fundando uma vila com esse nome.

VITÓRIA

Antigamente ostentava o nome de "Vila Nova do Espírito Santo", posteriormente, "Vila de N.S. da Vitória", em homenagem à padroeira.

Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania, obteve decisiva vitória na defesa da povoação, sob a invocação da Virgem. "Vitória" se chamou a freguesia.

RIO DE JANEIRO

André Gonçalves, ao descobrir a Baía da Guanabara, no dia 1 de janeiro de 1502, julgou-se navegando na foz de um grande rio. O acontecimento foi em janeiro, daí o nome do suposto rio (Rio de Janeiro).

NITERÓI

Para alguns viria do tupi "nte'ró" (frio) e "ü" (água) ou de "hy" (água) e "nitheró" (oculta).

Outros ainda dão a origem em "ü" (água) e "te-rō" (torto).

Há quem veja a origem em "nheterōü" ("nhê, ou "anhê" (proteger)) e "te'rō" (coisa torta).

No linguajar tupi "ü-i-te'rói" significa "água que se esconde".

Niterói, quer dizer "baía segura", "água escondida", "mar morto" ou "águas tortas".

SÃO PAULO

Do nome do Santo. Na vila de Piratininga levantou-se uma igreja para São Paulo, a 25 de janeiro de 1554, com a ajuda de Tibiriçá, cacique dos guaianases. Os padres Manuel da Nóbrega e Leonardo Nunes aí instalaram um colégio a que deram o nome do santo.

A povoação passou a ser a "Vila de São Paulo de Piratininga" até 1712, data em que se transformou em cidade.

PARANÁ

A palavra viria do tupi "pa'ra" (mar) e "nã" (semelhante, parecido). Tem o significado "semelhante ao mar", "parente do mar", "rio grande". O Estado tomou o nome do rio (Paraná).

CURITIBA

Viria do tupi "ku'uri" (pinheiro) e "tüba" (sufixo coletivo). "Mata de pinheiros", "pinhal" ou "muitos pinheiros", seria o significado em tupi.

SANTA CATARINA

Do nome da santa. Francisco Dias Velho Monteiro fundou uma povoação sob as bênçãos de Santa Catarina, tomando-a como padroeira da aldeia. No dizer de outros, Catarina era o nome de uma de suas filhas.

FLORIANÓPOLIS

Em homenagem ao "Marechal Floriano Peixoto", e o sufixo grego "polis" que quer dizer cidade. Antigamente chamava-se Destêrro.

RIO GRANDE DO SUL

O Estado tomou o antigo nome de um canal que liga a Lagoa dos Patos com o Oceano. Chamou-se Rio Grande do Sul à barra do Rio Grande.

PÔRTO ALEGRE

Formou-se de "pôrto" e "alegre". Os forasteiros aí aportavam atraídos pela alegria do ancoradouro.

MINAS GERAIS

O nome provém do fato de se descobrirem em suas terras minas de quase todos metais. Para outros, o adjetivo "gerais" foi dado em oposição as minas do rio das Velhas, das Mortes e do Caetés, que eram particulares.

BELO HORIZONTE

Inspirada na bellissima topografia da região. Antigamente chamava-se "Vila de N.S. da Boa Viagem de Curral d'El-Rei" e, mais tarde, "Cidade de Minas".

GOIÁS

Para a maioria o nome de origem tupi "gwa ya" (gente e semelhante, ou (indivíduo da mesma raça). Para outros vêem em "guaiás" (nome dos índios) a formação da palavra.

Há ainda quem diga que o vocábulo é originário de "Goiá" (tribo indígena antiga).

GOIÂNIA

De "Goiás" mais o sufixo "ânia".

MATO GROSSO

Teria sido inspirado nas densas florestas que cobrem o Estado. Viria ainda de uma aldeia nos afluentes do alto Paraguai, a que se chamou "Mato Grosso", por causa de sua espessa vegetação.

O nome antigo do Estado era "Vila Bela de Mato Grosso".

CUIABÁ

Viria do tupi "kui-aba" (gente forte), ou "kui-a-ba" (farinheiro, homem da farinha). Para outros em "cuia" (vasilha) e "a'ba" (criador).

Dizem ainda que "Cuiabá" era o nome de uma tribo que habitava a região.

ACRE

Originaria do tupi "a'kir ü" (rio verde). Diz no entanto a maioria dos estudiosos que a palavra é corruptela de "Aquiri", grande rio da região, que em uma carta o nome mal escrito teria dado o pretexto de que se lesse "Agri ou Acre".

RIO BRANCO

A cidade assim chamada em homenagem ao Barão do Rio Branco (Jose Maria da Silva Paranhos), destacado político e diplomata brasileiro (1845-1912). A êle devemos o anexamento do Acre ao Brasil (disputado com a Bolívia).

GUANABARA

Nome de origem tupi. Os tamoios chamavam-na (a baía) de "Igua-âmbara" ("iguaá (enseada do rio) e "mbara" (mar)). Dizem que antigamente era "Guanabará", que seria corruptela de "wa'nã pa'ra" (o lago mar).

AMAPÁ

O nome viria do tupi "ama'pa", árvore da família "Apocynaceae" (*Hancornia amapa*), muito abundante na região.

MACAPÁ

Originaria de uma forma contracta de "macaca-iba" (árvore da família Leguminosae). Para outros a origem seria "maka'paba" (o palmar de macabas ou estâncias de macabas).

RONDÔNIA

(Antigo Guaporé)

Em homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido desbravador daquelas regiões inóspitas e protetor dos índios. O último bandeirante.

É também o personalíssimo, patrono da Arma de Comunicações, do Exército Brasileiro.

Guaporé viria do tupi "wa" (campo) e "po'rê" (cachoeira, catarata).

RORAIMA

(Antigo Rio Branco)

Em homenagem ao ponto culminante em terras brasileiras, Monte Roraima. Outra vez originaria do tupi ("roro" (verde) e "imã" (monte),

Rio Branco, em homenagem ao Barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos), já comentado anteriormente.

FERNANDO DE NORONHA

Tomou o nome de seu descobridor e donatário, o português Fernão de Noronha. Fernão é forma apocopada de Fernando.



RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA "CMEI — A DEFESA NACIONAL"

ANO DE 1964

1. INTRODUÇÃO — O presente relatório contém, de modo sumário, um retrospecto das atividades da Cooperativa e outros assuntos de interesse, tudo relativo ao ano de 1964.
2. PESSOAL — Assumiu as funções de Diretor-Secretário, de acordo com eleição realizada, o Major Rubens Mario Caggiano Jobim.
3. MATERIAL — Sem alteração.
4. SITUAÇÃO FINANCEIRA — De acordo com o demonstrativo anexo.
5. REVISTA — As despesas da revista continuam em constante ascensão, dados os aumentos de custo de papel e serviços de que necessita. O número de assinaturas sofreu ligeiro acréscimo, o que revela crescimento de interesse pela Revista. Neste relatório damos ênfase para que a Revista contenha o máximo de trabalhos originais e espelhe realmente a cultura e a inteligência dos militares.
6. OUTRAS ATIVIDADES — Sem alteração.
7. AGRADECIMENTOS — Muitos foram os que nos ajudaram no decorrer do ano que findou: a todos somos muitos agradecidos. Em particular consignamos nossos agradecimentos ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, ao Exmo. Sr. Gen Secretário do Ministério da Guerra, ao Diretor da Biblioteca do Exército, à Imprensa do Exército e ao Gabinete Fotocartográfico.
8. CONCLUSÃO — A Diretoria Executiva acredita que pode proclamar que a despeito das dificuldades que enfrentou no ano de 1964, manteve a nossa Cooperativa à altura das suas melhores tradições.

Rio de Janeiro, GB, 28 de fevereiro de 1964.

Gen Div *Altair Franco Ferreira*
Diretor-Presidente

João Capistrano Martins Ribeiro
Ten Cel Diretor-Gerente

Rubens Mario Caggiano Jobim
Maj Diretor-Secretário

BALANÇO GERAL

<i>Ativo Imobilizado</i>	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra	18.887,50	
Móveis & Utensílios	22.455,80	41.343,30
<hr/>		
<i>Ativo Disponível</i>		
Caixa		54.319,90
<i>Contas de Compensação</i>		
Sobras & Perdas		351.433,10
<hr/>		447.096,30
<hr/>		<hr/>

<i>Passivo Exigível</i>	Cr\$	Cr\$
Capital Integralizado	42.020,00	
Associados c/Juros	19.353,95	
Associados c/Retorno	174.863,10	236.237,05
<i>Passivo Inexigível</i>		
Fundo de Desenvolvimento Social	84.304,00	
Fundo de Beneficência	49.760,30	
Fundo de Reserva	76.794,95	210.859,25
		447.096,30

Estado da Guanabara, 31 de dezembro de 1964.

a) *Arnaldo Gonçalves Pires*
Contador

a) Ten Cel *João Capistrano M. Ribeiro*
Diretor-Gerente

SOBRAS & PERDAS

	<i>Deve</i>	<i>Haver</i>
	Cr\$	Cr\$
DE — <i>Renda Eventual</i>		
Saldo desta conta		500.000,00
DE — <i>Abatimentos & Diferenças</i>		
Saldo desta conta		400,60
DE — <i>Revista A Defesa Nacional</i>		
Saldo desta conta		25.596,30
DE — <i>Publicidade</i>		
Saldo desta conta		102.670,00
A — <i>Ordenados</i>		
Saldo desta conta	492.000,00	
A — <i>Honorários — Diretoria</i>		
Saldo desta conta	151.000,00	
A — <i>Colaboradores</i>		
Saldo desta conta	16.000,00	
A — <i>Despesas Gerais</i>		
Saldo desta conta	321.100,00	
DE — <i>Sobras & Perdas</i>		
Prejuízo verificado		351.433,10
	Cr\$ 980.100,00	980.100,00

Estado da Guanabara, 31 de dezembro de 1964.

a) *Arnaldo Gonçalves Pires*
Contador

a) Ten Cel *João Capistrano M. Ribeiro*
Diretor-Gerente

CÓPIA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SÔBRE AS ATIVIDADES DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO ANO DE 1964

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, reunidos os membros do Conselho Fiscal, procedeu-se ao exame dos livros contábeis, Diário — Caixa — e suplementares e respectivos documentos, foi verificado que a escrituração foi feita dentro das normas legais. Foram apreciados os lançamentos relativos ao Balanço Geral e demonstração da Conta de Sobras e Perdas, estando tudo em ordem. Guanabara, 27 de fevereiro de 1965.

- a) Ten Cel *Confucio Pamplona*
- a) Ten Cel *Germano Seidl Vidal*
- a) Cap *Luiz Paulo Macedo Carvalho*

CÓPIA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 27/2/1965

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sede da C.M.E.C.I. "A DEFESA NACIONAL", terceiro pavimento da ala Visconde da Gávea, Ministério da Guerra, às dezesseis horas, em terceira e última convocação feita no Boletim do Exército, perante número legal de associados, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. General Adailton Sampaio Pirassinunga, servindo de Secretário o Major Rubens Mario C. Jobim, o qual procedeu à leitura do Relatório do Conselho de Administração relativo às atividades do ano de 1964; bem assim do Balanço Geral e Parecer do Conselho Fiscal, tendo obtido a aprovação dos associados presentes. — Estando vago o cargo de Diretor-Secretário, foi eleito para o exercício do mesmo até o término do mandato da atual administração, o Major Rubens Mario C. Jobim, que vinha exercendo interinamente essas funções. Em seguida procedeu-se a eleição para os membros do Conselho Fiscal e Suplentes, para o ano de 1965, sendo escolhidos os seguintes associados: General Antonio de Souza Junior, Tenente-Coronel José de Sá Martins e Major Aady de Almeida Valle e para Suplentes: General Armando Batista Gonçalves, Major Jonas Moraes Corrêa Netto e Major Lauro de Lima Santos. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos, dos quais lavrei esta ata que assino juntamente com o Exmo. Sr. General Presidente.

Gen Adailton Sampaio Pirassinunga

Major Rubens Mario C. Jobim

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Ten-Cel Rubens Mário Caggiano Jobim

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Adailton Sampaio Pirassinunga

Coronel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL — 1965

General Antonio de Souza Junior

Tenente-Coronel José de Sá Martins

Major Sady de Almeida Valle

SUPLENTES

General Armando Batista Gonçalves

Ten-Cel Jonas de Moraes Corrêa Neto

Major Lauro de Lima Santos

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 fôlhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acôrdo com julgamento da Redação.



Preço dêste exemplar
Cr\$ 200

S M G
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1965